



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LUCAS BARROS DE SOUZA**

**A COROA E A ESPADA NO ESPETÁCULO DAS NAÇÕES: AS AUTO-IMAGENS DA  
MONARQUIA E DA REPÚBLICA DO BRASIL NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS DE  
1889 E 1904**

**JOÃO PESSOA**

**2022**

LUCAS BARROS DE SOUZA

**A COROA E A ESPADA NO ESPETÁCULO DAS NAÇÕES: AS AUTO-IMAGENS DA  
MONARQUIA E DA REPÚBLICA DO BRASIL NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS DE  
1889 E 1904**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira.

**JOÃO PESSOA**

**2022**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S729c Souza, Lucas Barros de.

A coroa e a espada no espetáculo das nações: as auto-imagens da monarquia e da república do Brasil nas Exposições Universais de 1889 e 1904 / Lucas Barros de Souza. - João Pessoa, 2022.

98 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Exposições universais. 2. Política externa brasileira. 3. Imagem internacional. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

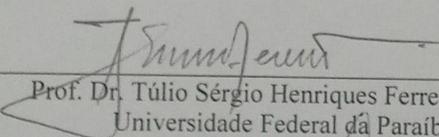
LUCAS BARROS DE SOUZA

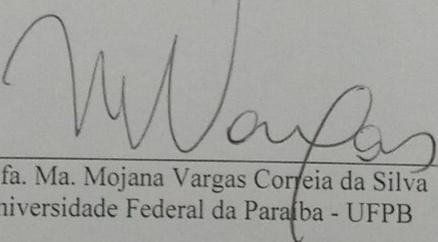
A COROA E A ESPADA NO ESPETÁCULO DAS NAÇÕES:  
AS AUTO-IMAGENS DA MONARQUIA E DA REPÚBLICA DO BRASIL  
NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS DE 1889 E 1904

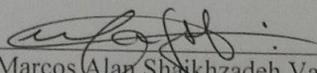
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 27 de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
Profa. Ma. Mojana Vargas Correia da Silva  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

## AGRADECIMENTOS

A priori, agradeço a Deus, meu fiel amigo e grande protetor.

Agradeço aos meus professores de graduação, por sempre lecionarem com dedicação e estarem dispostos a zelar pelos discentes, tendo me ajudado de inúmeras formas durante meus estudos.

Aos meus amigos de Fortaleza, cuja alegria sempre me foi um porto seguro para os períodos lúgubres da graduação. O apoio para começar uma nova fase da minha vida e o ânimo ao sempre me receberem quando eu retornava para as férias foram os propulsores para continuar perseguindo minha meta.

Aos meus amigos da universidade, os quais nunca pensei poder fazer tamanha amizade em um estado totalmente novo. Sem eles ao meu lado, certamente eu não teria conseguido chegar até aqui.

Ao senhor Maurício, pela solicitude e auxílio enquanto me ofertou meu lar durante os quatro anos e meio do bacharelado. Muito mais do que a casa, ele me proporcionou uma estadia mais segura e afável, reduzindo a solidão de morar sozinho.

Aos meus tios-avôs e tias-avós, influências incomparáveis para mim desde criança.

À minha amiga Thais, sua mãe Débora, seus irmãos Eduardo e Daniel, sua cunhada Camila, e seu pai Cícero, por serem minha segunda família. Ninguém conseguiria mensurar meu amor e gratidão a vocês.

Ao meu tio Mauro e à minha tia Francinete, a qual infelizmente não pode ver minha graduação concluída. Cuidando de mim e de minha mãe, devo a eles grande parte do meu caráter e da minha educação. Gratidão seria pouco para agradecê-los.

Ao professor Túlio, sempre alegre e disposto a ajudar nas horas mais fáceis e mais difíceis ao longo da escrita do trabalho e do meu bacharelado, o que reflete somente um pinga da destreza com a qual leciona a magistratura.

À minha mãe e à minha avó, bastiões de resiliência e atalhias da minha vida. Sem vocês, tudo seria em vão. Muito obrigado. Por tudo. Absolutamente tudo.

O Brasil veio a Paris, não para se impor aos olhos, mas para fazer a velha Europa perceber que não é indigno, pelo seu progresso, de entrar ainda no concerto econômico dos grandes Estados. [...] O Brasil veio [...] para amarrar mais solidamente os laços que o ligam à Europa, para abrir novos mercados para suas matérias-primas e, sobretudo, para dar confiança a todos aqueles que dispostos a escolhê-la para a sua nova pátria [...] – Frederico José de Santa-Anna Nery: *Le Brésil en 1889*. Paris: 1889, p. X-XI, tradução nossa.

Ricos, [desfrutando] raros [privilégios] para aspirarmos os mais alevantados [triumfos] da [civilização]; [inteligentes], com a faculdade de nos aprofundar facilmente nos segredos de todas as [ciências]; fortes, pela raça e pelas [inapreciáveis] [condições] de salubridade do vasto território que habitamos — nos sentimos pobres, [poucos], mórbidos, ao interrogar sombrios e [dúbios] as incertezas do nosso futuro. É imperioso reagirmos contra esta [incoerência] do [espírito], afastar o temor [injustificável] da medida de nossas [forças] e com a tenacidade e [audácia] dos filhos da grande [República] do norte entrarmos resolutos, confiantes na posse das maravilhas do progresso. – Francisco Marcelino de Souza Aguiar: *Relatório da Representação do Brasil na Exposição Universal da Compra da Luisiana*. Rio de Janeiro: 1905, p. 153.

[O] Espelho de Ojesed mostra-nos nada mais nem menos do que o desejo mais íntimo, mais desesperado de nossos corações. – Alvo Dumbledore: *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. Rio de Janeiro: 2000, p. 156.

## RESUMO

O presente trabalho trata das imagens construídas pelos governos brasileiros imperial e republicano para as grandiosas Exposições Universais, dentro da reorientação da política externa brasileira entre o fim do século XIX e o início do século XX. Assim, busca-se entender as imagens que o governo brasileiro promoveu de si para os outros países nas Exposições Universais de Paris de 1889 e de Saint Louis de 1904, com a primeira ocorrida ainda no Império e a segunda já no período republicano. A pesquisa foi realizada por meio da análise qualitativa bibliográfica e documental de documentos primários feitos pelas representações brasileiras nesses certames, obtidos de arquivos digitais governamentais, e da análise de fontes secundárias sobre política externa brasileira e as participações do país, a fim de explicitar as prioridades de cada participação e mostrar eventuais continuidades ou mudanças. Para isso, foram esboçados quatro âmbitos para estudo: político, modernidade, econômico e racial. Dos quatro trilhos, apenas o político possui alterações. Em Paris, exaltou-se a monarquia europeia, e em Saint Louis, a república brasileira era a grande responsável pelo progresso e deveria ser próxima aos Estados Unidos da América. Nos demais eixos, mostraram-se as mesmas imagens, mas com referenciais diferentes: ímpeto de se mostrar moderno pelo progresso e pela nascente indústria; atração de imigrantes europeus; e afastamento das influências das etnias indígenas e pretas. Portanto, se houve alterações nas relações internacionais do Brasil, essas descontinuidades também puderam ser vistas nas imagens levadas do país aqueles certames universais, porque mesmo com a continuidade em três searas, o referencial não era mais a Europa, e sim os Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Exposições Universais; Política Externa Brasileira; Imagem internacional.

## ABSTRACT

The present work deals with the images constructed by the imperial and republican Brazilian governments for the Universal Exhibitions, within the reorientation of Brazilian foreign policy between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Thus, it seeks to reveal the images that the Brazilian government exhibits to other countries at the Universal Exhibitions in Paris in 1889 and in Saint Louis in 1904, with the first still in the Empire and the second already in the republican period. The research was carried out through qualitative bibliographic and documentary analysis of primary documents made by the Brazilian representations in these events, obtained from government digital files, and the analysis of secondary sources on Brazilian foreign policy and the country's participation, in order to clarify the priorities of each participation and show eventual continuities or changes. For this, four areas of study were outlined: political, modernity, economic and racial. Of the four spheres, only the political one has changes. In Paris, the European monarchy was exalted, and in Saint Louis, the Brazilian republic was largely responsible for progress and should be close to the United States of America. In the other spheres, there were the same images, but with different references: they show itself modern through progress and industries; attraction of European immigrants; and distance from the influences of indigenous and black ethnicities. Therefore, if there were changes in Brazil's international relations, these discontinuities could also be seen in the images taken from the country to those universal events, because even with the continuity in three fields, the reference was no longer Europe, but the United States.

**Keywords:** Worlds Expos; Brazilian Foreign Policy; international image.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....</b>	<b>10</b>
<b>2 O ESPETÁCULO DAS NAÇÕES: AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Breve retrospecto sobre a participação do Brasil imperial nas exposições oitocentistas .....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 A <i>Exposition Universelle</i> de 1889.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3 A <i>Louisiana Purchase Exposition</i> de 1904.....</b>	<b>38</b>
<b>3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM DOIS MOMENTOS .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Fim do século XIX e o início do século XIX: morte e vida políticas.....</b>	<b>42</b>
3.1.1 Situação internacional.....	42
3.1.2 Cenário doméstico.....	44
<b>3.2 A PEB do ocaso do Império .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3 A PEB do início da Primeira República .....</b>	<b>54</b>
<b>4 A COROA E A ESPADA NO ESPETÁCULO DAS NAÇÕES .....</b>	<b>62</b>
<b>4.1 A Coroa imperial exposta na <i>Exposition</i> de 1889: “o brilho derradeiro de uma estrela em extinção” .....</b>	<b>62</b>
<b>4.2 A Espada republicana na <i>World’s Fair</i> de 1904.....</b>	<b>66</b>
<b>4.3 Uma comparação entre 1889 e 1904: O Brasil e suas imagens internacionais.....</b>	<b>70</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO: EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

As exposições universais<sup>1</sup> do século XIX foram grandes eventos internacionais nos quais os países exibiam suas tecnologias inovadoras, para serem considerados líderes daquele processo de modernização que estava se desenvolvendo a partir do fenômeno da Revolução Industrial. Por sua vez, o Brasil não estava alheio a esses eventos, participando dos certames e os utilizando como forma de projetar sua imagem internacional e ser melhor conhecido na Europa e nos Estados Unidos (BETHELL, 2012).

Iniciadas com a Grande Exibição dos Trabalhos das Indústrias de Todas as Nações de 1851 (*Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*, em inglês), eram realizadas para explicitar o progresso trazido pelas inovações tecnológicas da Revolução Industrial, mostrando um embate entre as ideias de avanço, associadas a realização de feitos que fossem considerados modernos para a época, e as ideias de atraso, relacionadas ao que não entrava no rol anterior (ALMEIDA, 2006; GOLDMAN, 2016; HARDMAN, 1988; PESAVENTO, 1997).

Construções de ferrovias, reurbanização, monumentos arquitetônicos como a Torre Eiffel; tudo isso representava uma máxima de progresso e modernidade que a partir do século XIX foi ficando mais visível na Europa e na América. Símbolos do progresso e consideradas “arenas pacíficas” de debate e relacionamento entre os Estados, essas feiras universais tinham por objetivo diminuir os conflitos, sejam eles quais fossem, entre classes ou entre nações, mostrando o ideal de sociedade e de relacionamentos doméstico e internacional que a burguesia europeia ansiava atingir (NEVES, 1986, 1988; PESAVENTO, 1997). Além disso, consagravam a ideia de “modernidade” em oposição à ideia de “atraso”, ligado às regiões colonizadas.

A despeito de muitos eventos internacionais utilizarem as denominações “expos”, e outras denotarem aspirações mundial, global, internacional, o termo “exposição universal” volta-se a um tipo<sup>2</sup> específico de certame: as exposições que seguem o modelo inaugurado pela

---

<sup>1</sup> Seguindo a tendência explicitada por Goldman (2016, p. 17), ao longo deste pré-projeto serão utilizados os termos “expos” e “feiras” para também se referir às exposições universais. Atualmente, “exposições universais” e “exposições internacionais” diferem de significado (GOLDMAN, 2016, p. 78-81). Ver rodapé 2.

<sup>2</sup> Conforme o *Bureau International des Expositions*, atualmente existem quatro tipos de exposições: universais (oficialmente “Exibições Internacionais Registradas”, dedicadas a oferecer soluções para diversos problemas enfrentados pela humanidade); especializadas (oficialmente “Exibições Internacionais Reconhecidas”, responsáveis por tratarem de respostas acerca de um problema específico); horticulturais (responsáveis por promover cooperação, conhecimento e solução entre países, produtores horticulturais e indústrias agrícolas); e a *Triennale di Milano* (oficialmente Exibição Trienal de Milão de Artes

*Great Exhibition*, e que hoje são reconhecidas e regulamentadas pelo *Bureau* Internacional de Exposições (BIE) (GOLDMAN, 2016). A Convenção sobre as Exposições Internacionais, fundadora do BIE em 1928, define uma exposição passível de reconhecimento como:

manifestação que, qualquer que seja a sua denominação, tem como fim principal instruir o público, ao fazer o inventário dos meios de que o homem dispõe para satisfazer as necessidades de uma civilização e fazer sobressair num ou vários ramos da actividade humana os progressos realizados ou as perspectivas do futuro. (PORTUGAL, 1983).

Como mostra Goldman (2016), a Convenção reflete duas características importantes dos certames que estão presentes desde o início de suas ocorrências: o caráter pedagógico, usado para difundir o conhecimento e os avanços científicos e tecnológicos; e o objetivo de ser abrangente ao máximo, procurando atrair o maior número de público possível. Nessa perspectiva, além de catalogar toda a produção humana e colocá-la a serviço das massas, as exposições oitocentistas projetavam perspectivas para o futuro de acordo com o tema de cada exposição (GOLDMAN, 2016).

Vale mencionar que o caráter eminentemente educativo das exposições atuais proposto pela Convenção, como aponta Goldman (2016), distancia elas da denominação de “feiras”, voltadas mais para uma natureza comercial. Todavia, essa é uma perspectiva que nasceu com a própria Convenção e com o BIE<sup>3</sup>, ou seja, no fim dos anos 1920. Como o escopo do projeto são duas exposições antes desse período e, logo, antes da institucionalização pelo BIE, o termo “feira” também será utilizado para denominar as feiras no geral.

As exposições universais são bem trabalhadas por Anne Rasmussen e Brigitte Schroeder-Gudehus, Robert Rydell (1984) e Nelson Sanjad (2017). Também sobre exposições universais, mas trazendo o Brasil, trabalhos importantes são os de Almeida (2006), Heloisa Barbuy (1996), Goldman (2016), Hardman (1988), Neves (1986, 1988) e Pesavento (1997). Já as mudanças nas política externa brasileira podem ser encontradas em Bueno e Cervo (2011), Ricupero (2017), Breda dos Santos (1991) e Luís Villafañe Santos (2004, 2014).

Rasmussen e Schroeder-Gudehus (apud BARBUY, 1993), na obra *Les fastes du progrès: le guide des Expositions universelles 1851-1992*, sistematizam referências documentais e dados de vinte e nove exposições ocorridas entre 1851 e 1992, trabalhando a história da

---

Decorativas e Arquitetura Moderna, a qual objetiva promover uma visão única entre arte e expressão artística ligada ao desenvolvimento socioeconômico) (THE EXPOS, c. 2022).

<sup>3</sup> Cf. GOLDMAN, 2016, p. 32-33.

regulamentação internacional desses eventos e a história das classificações. As autoras estudam as noções de permanências e rupturas ao longo da realização das exposições, e as classificações de grupos e classes de produtos e indústrias a serem expostas (BARBUY, 1993).

Outrossim, Robert Rydell (1984), ao trabalhar as exposições estadunidenses, considera o uso delas pelas elites empresariais, políticas e intelectuais dos Estados Unidos da América (EUA) como uma forma de manter a ordem, fomentar o sentimento nacional, e auxiliar na implantação da perspectiva imperialista dos EUA. Enquanto Barbuy (1996) trabalha as promoções de várias imagens do Brasil na Exposição Parisiense de 1889, Nelson Sanjad (2017) oferece uma perspectiva historiográfica, mostrando as formas de se abordar os megaeventos.

Sandra Pesavento (1997, p. 14) acredita que as exposições universais oitocentistas foram uma arma do capitalismo e da burguesia para demonstrar sua exemplaridade e seu esplendor, servindo como imagem da modernidade dos “novos tempos” e como demonstração das crenças e virtudes do progresso liderado pelas potências europeias. Já trabalhando a inserção econômica internacional do Brasil, Paulo Roberto de Almeida (2006) mostra que a participação nesses eventos também servia para angariar investimentos externos diretos ao Império, daí os laboriosos documentos feitos para mostrar as riquezas que o país possuía.

Por sua vez, Margarida de Souza Neves (1986, 1988) trabalha as exposições universais como os grandes símbolos da crença linear do progresso e da civilização do mundo ocidental, os quais dignificavam o trabalho industrial e promoviam a retórica da paz, por isso considerou as expos como as “arenas pacíficas” de embate entre as nações.

Nessa esteira, para Flavio Goldman (2016), a participação brasileira nas pioneiras exposições correspondem ao esforço primevo do país tanto na promoção comercial quanto na projeção de uma imagem internacional, difundindo para o público no exterior imagens e ideias sobre a nação brasileira – como uma monarquia progressista e aberta ao processo de imigração, um país exportador de bens primários (e poucos manufaturados) sedento em ampliar sua presença no comércio internacional, e uma nação de natureza exuberante e exótica.

Outrossim, Goldman (2016) considera que a participação dos Estados nessas expos oitocentistas foi um exercício pioneiro de diplomacia pública<sup>4</sup> – décadas antes da conceituação do

---

<sup>4</sup> Conceito desenvolvido nos anos 1960 por Edmund Gullion e Edward Murrow, a diplomacia pública reconhece a necessidade da atuação dos Estados não apenas com seus semelhantes, como na diplomacia tradicional, mas também com indivíduos e organismos internacionais, para que os objetivos de política externa de um país sejam alcançados (GOLDMAN, 2016, p. 19).

termo –, porque além de promover relações bilaterais com o país-sede e o comércio exterior, justificava-se pelas oportunidades singulares de projeção da imagem do país junto aos visitantes, tanto elites quanto o público em geral (GOLDMAN, 2016).

Por sua vez, Francisco Foot Hardman (1988) considera que o Brasil de meados do século XIX quis emular uma modernidade que não possuía bases sólidas, virando apenas um pastiche de moderno. Estudando a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, realizada *pari passu* a mortes dos trabalhadores de mais de 40 nacionalidades, ele considera que o país quis impor uma modernidade por meio de imagem cosmética: planos diretores modernos e arquiteturas elegantes eram construídos, mas sem mexer nos pilares da sociedade, impedindo mudanças concretas (HARDMAN, 1988).

Portanto, dentro desse ideal que vinha sendo construído pelas mentalidades burguesas capitalistas, o Brasil não ficou de fora. A partir de sua primeira participação oficial, em 1862, o país sistematicamente participou desses movimentos, sejam universais, sejam internacionais, tendo um saldo considerável nos certames ocorridos até a Primeira Guerra Mundial (tabela 1).

**Tabela 1 – Presença brasileiras nas exposições universais (1851-1913)**

ANO	CIDADE	Nº TOTAL DE EXPOSITORES	Nº DE EXPOSITORES BRASILEIROS	PAVILHÃO DO BRASIL*
1851	Londres	14.000	4	não
1862	Londres	23.954	230	não
1867	Paris	52.200	1.339	não
1873	Viena	53.000	não consta	não
1876	Filadélfia	30.864	436	sim
1889	Paris	61.722	838	sim
1893	Chicago	70.000	não consta	sim
1904	Sain-Louis	15.009	1.440	sim
1905	Liège	15.000	não consta	não
1906	Milão	27.000	não consta	não
1910	Bruxelas	29.000	1.445	sim
1913	Gand	18.932	2	não

Fonte: BARBUY, 1996, p. 213.

Nesse contexto, ao ter contato com as máquinas e as novas tecnologias desenvolvidas na Europa, e também com as ideias liberalizantes europeias, traduzidas em parte pela elite brasileira, o governo imperial brasileiro aspirou à participação naqueles eventos (PESAVENTO, 1997). Por isso, desde a primeira, em 1851, o país é exposto, mesmo que não oficialmente, divergindo apenas na forma com se fazia participar nessas feiras, seja com a mostra de produtos

nacionais, seja com a construção de pavilhões nas cidades-sede para alocar a representação diplomática brasileira.

Ademais, o Brasil procurava expor uma imagem de país perfeito para a estadia e o trabalho de imigrantes europeus, cansados das guerras que assolavam o continente europeu, a fim de impulsionar a mão-de-obra na produção agroexportadora, mas também para tentar embranquecer a população e se afastar das heranças indígenas e africanas (ALMEIDA, 2017; GOLDMAN, 2016; SCHWARCZ, 1996; SKIDMORE, 1976).

De fato, na segunda metade do Oitocentismo, o país se encontrava no Segundo Reinado (1840-1889), liderado pelo imperador Pedro II. Única monarquia da América do Sul, assim como singular massa de território habitada por falantes da língua portuguesa, o Império do Brasil não se via como um país da região, mas sim como um Estado intrinsecamente ligado à Europa, sendo essa uma das características da identidade internacional construída no país à época (LAFER, 2014).

Essa ligação com a Europa devia-se tanto ao Brasil ser a única monarquia da região, chefiada por uma dinastia europeia, e possuir imbróglios de navegação e limítrofes com os vizinhos, quanto ser a Europa o destino da maioria das exportações e de onde eram importadas as manufaturas (SANTOS, 2004). Por isso, nada mais lógico do que seguir as ações dos países europeus e adentrar nos debates e participar desses grandes eventos para mostrar sua singularidade em relação aos vizinhos e sua semelhança às “irmãs” do Velho Continente.

Assim, a participação do Brasil nesses eventos era uma forma legítima de ação de política externa brasileira (PEB) na medida em que era tomada como auxílio para que o Brasil se tornasse uma potência mundial, já que por meio delas o país poderia se fazer conhecido no plano internacional das grandes potências (FERRAZ; RAMOS, 1867). Dessa forma, trabalhavam sua imagem internacional, aqui entendida como a autoconstrução de uma determinada representação oficial do país a ser passada para os outros atores do sistema internacional (GOLDMAN, 2016, p. 18).

Nesse viés, nas palavras de Villafañe Santos (2014):

O discurso oficial sobre a identidade brasileira procurava apresentá-la como um império que, ainda que tropical e distante, se assemelharia mais às monarquias europeias e seria, assim, essencialmente distinto de seus vizinhos. Na clivagem metafórica entre América e Europa, o Brasil dos oitocentos alinhava-se com as monarquias. (SANTOS, 2014, p. 25-26).

De fato, no tangente à política externa, segundo Luís Santos (2004), o regime monárquico de legitimação dinástica condicionava a PEB do Império, sendo uma forma utilizada para diferenciar o país das repúblicas americanas vizinhas, consideradas instáveis e que romperam com o Antigo Regime e, logo, com a Europa.

Ou seja, o parâmetro a ser seguido era o das velhas monarquias europeias, associando-as ao progresso e à estabilidade, diferente da turbulenta vizinhança imperial. E se o Brasil voltou-se ao Velho Mundo, os demais países da América Latina republicana também suspeitavam do enorme império e da ligação deste com os antigos colonizadores (PEREYRA-DOVAL; ROMERO, 2013 apud MESQUITA, 2016, p. 21).

Entretanto, essa concepção se altera com a implantação da Primeira República no país, quando a PEB foi reorientada e passou a focar no continente americano, dando ênfase ao relacionamento com seus vizinhos latino-americanos, e com os Estados Unidos da América, o qual crescia em importância internacionalmente (BUENO; CERVO, 2011; CARVALHO, 1998; RICUPERO, 2017; SANTOS, 1991).

Na república, as relações internacionais do país foram direcionadas para os EUA, havendo a “republicanização” e “americanização” da política externa, na medida que se privilegiava agora o continente americano e fechava legações europeias improdutivas (BUENO; CERVO, 2011). Passada a instabilidade do início republicano, coube à gestão do ministro José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Branco<sup>5</sup>, sedimentar essa ideia e criar o paradigma que iria guiar a PEB até a Revolução de 1930: foco nas políticas territoriais fronteiriças, excelente relação pragmática com os EUA e liderança carismática na região (RICUPERO, 2017).

Porém, se o golpe republicano de novembro de 1889 impediu que a monarquia continuasse prosseguindo cambaleante, instaurado o regime republicano, os governos brasileiros vindouros continuaram a marcar presença nas exposições, não as associando a uma movimentação eminentemente monárquica. Mesmo no afã de se dissociar da monarquia, os governos republicanos ratificaram a presença brasileira devido a máxima do progresso estar ligada ao positivismo republicano utilizado como suporte teórico da implantação da república, e ao desejo de prestigiar os Estados Unidos (GOLDMAN, 2016). Vale ressaltar que a primeira

---

<sup>5</sup> O barão do Rio Branco foi o ministro das Relações Exteriores do Brasil entre 1902 e 1912, importante personagem das relações internacionais e história brasileiras.

exposição universal após a implantação do regime republicano no Brasil ocorreu na cidade estadunidense de Chicago, em 1893.

Mesmo com a deposição de d. Pedro II e a ascensão do republicanismo ao poder, um problema ainda persistia: a situação periférica no sistema internacional. Para Goldman (2016), todo o esforço oitocentista das elites econômicas e políticas nacionais da época visavam à superação, ou ao menos a atenuação, da situação subordinada no sistema internacional, por isso associando-se às grandes potências do centro do poder. Assim, é interessante perceber quais representações internacionais são construídas pelo Brasil durante essas exposições, principalmente se levarmos em conta os eventos internacionais realizados durante diferentes tipos de regime no país.

Tendo vista isso, o objetivo da pesquisa será analisar as imagens pretendidas e projetadas pelos governos brasileiros na conjuntura de dois desses eventos internacionais: na Exposição Universal de Paris de 1889 e na Exposição Universal de Saint Louis de 1904. Para isso, serão analisados quatro documentos primários feitos pelas representações do país nessas feiras: a separata *Le Brésil*, organizada por Émile Levasseur; o livro *Le Brésil en 1889*, organizado por Francisco José de Santa-Anna Nery; o livro *Brasil at the Louisiana Purchase*; e o relatório sobre a presença brasileira em 1904, endereçado ao ministro brasileiro de Viação e Obras Públicas da época.

No trabalho dirigido por Levasseur (2000), a primeira parte informa a geografia física do Império. Por sua vez, a segunda parte *Le Brésil* descreve a geografia política do país, trazendo dados da história, da administração governamental e da população brasileira. Por fim, a terceira e última parte aborda os aspectos econômicos do país, sobretudo os produtos da economia agroexportadora do país e a situação da indústria.

Na compilação de Nery (1889a), são elencados 25 capítulos sobre os mais diversos aspectos da sociedade brasileira, escrito por pessoas proeminentes na área, desde economia e educação até arte e âmbito militar, dando uma breve noção geral do Império em quase 700 páginas.

O relatório sobre a participação brasileira na Exposição Universal de Saint Louis de 1904 (BRASIL, 1905), feito pela delegação do país na expo, a fim de ser entregue ao então

ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller<sup>6</sup>, detalha muito bem a forma como o país foi representado naquele certame. Com pouco mais de 300 páginas, o trabalho inicia-se com uma explicação do evento, desde o motivo de celebração (a compra da região de Louisiana), até as atrações da feira. O segundo capítulo trata da representação do Brasil no certame, sucedido pelo longo anexo dos delegados brasileiros nos pavilhões da expo, o qual trouxe, em detalhe, tudo o que a república brasileira levou para a atração. Por fim, são apresentados matérias de jornais acerca da presença brasileira na feira.

Por fim, no livro *Brazil at the Louisiana Purchase* (BRASIL, 1904a), foram mostradas as geografias física e política, e também os aspectos econômicos e administrativos do país, próximo do realizado nos compilados de Levasseur e Nery. Além disso, a segunda parte do livro dedica-se a informar os produtos brasileiros levados aos departamentos da feira de 1904, detalhando-os e mostrando no fim do documento as amostras ganhadoras de prêmios.

Delimitou-se assim o período histórico entre o fim do Império brasileiro e os primeiros anos republicanos para ser análise de estudo, debruçando-se principalmente sobre as ações de políticas externas relacionadas à representação brasileira durante esse período. Considera-se aqui política externa como a estratégia escolhida pelo governo nacional com o fito de alcançar seus objetivos (interesses) em relação aos demais atores externos (HUDSON, 2016).

Foi escolhida a exposição parisiense devido a ocorrer no mesmo ano da queda da monarquia, além de haver documentação primária. Já o certame estadunidense, por ocorrer já com a influência da gestão do barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, e por também existirem documentos primários disponíveis.

Para atingir tal feito, a pesquisa realizou uma contraposição entre as imagens levadas pelos governos monárquico e republicano naqueles dois certames, utilizando da PEB como a condicional para identificar essas construções na ação externa brasileira. Assim, foram observadas possíveis mudanças e continuidades em quatro eixos da imagem internacional: político, modernidade, econômico e raça<sup>7</sup>.

Dessa forma, o trabalho buscou analisar a construção da imagem do governo brasileiro sobre o Brasil nas exposições universais em dois momentos (Paris de 1889 e Saint

---

<sup>6</sup> Posteriormente, Lauro Müller seria o primeiro ministro das Relações Exteriores após a morte de Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, atuando entre fevereiro de 1912 e maio de 1917 (RICUPERO, 2017, p. 327).

<sup>7</sup> Consideramos raça a estrutura ideológica da relação entre a branquitude – o domínio dos brancos – e outros grupos de etnias diversas (SILVA, 2021, p. 40-43).

Louis de 1904), a partir da leitura crítica dos documentos oficiais primários emanados das delegações brasileiras, buscando categorizar as principais vertentes da imagem pretendida e compará-las criticamente.

Nesse sentido, procurou-se entender as imagens internacionais que o governo brasileiro promoveu de si para os outros países nas Exposições Universais de Paris de 1889 e de Saint Louis de 1904. **Por isso, a pesquisa almeja responder a seguinte pergunta: houve mudanças nas imagens construídas pelo governo brasileiro a serem passadas ao cenário internacional durante as Exposições Universais de 1889 e 1904?**

Especificamente, revisou-se a literatura acerca das Exposições Universais de 1889 e 1904 e das participações brasileiras nos eventos; caracterizar a política externa brasileira dos dois períodos; analisou-se a documentação primária oficial do governo brasileiro das épocas acerca das Exposições; foram identificados os principais parâmetros da imagem do Brasil na Exposição de 1889 e na Exposição de 1904; e se comparou as imagens criadas nas duas exposições para observar possíveis mudanças ou continuidades.

Os estudos acerca das exposições universais possuem boa literatura a respeito (BARBUY, 1993; COFFEY; GEPPERT; LAU, 2006; GOEHLERT, 2005; HARDMAN, 1988; PESAVENTO, 1997; RYDELL, 1984). Entretanto, mostra Goldman (2016), os estudos acerca da participação brasileira em exposições universais ainda são incipientes. E como fator adicional, a maior parte do pequeno nicho literário foca-se exclusivamente na promoção comercial, deixando aquém as contribuições sobre a promoção da imagem internacional do Brasil (GOLDMAN, 2016). Sobre a participação brasileira, sobressaem-se Almeida (2006), Goldman (2016), Hardman (1988), Pesavento (1997) e Schwarcz (1998), também debruçando-se sobre a imagem passada para o cenário internacional. Dessa forma, se debruçar sobre esse tema pelas fontes primárias pode enriquecer o tema da imagem exterior do país promovida nesses certames.

Ademais, como visto, grande parte da literatura de política externa brasileira afirma que a PEB foi reorientada com a queda do Império e a implantação da república (BUENO; CERVO, 2011; CARVALHO, 1998; RICUPERO, 2017; SANTOS, 1991; SANTOS, 2014). Assim, a pesquisa se propõe a analisar, de modo comparativo, eventuais mudanças e permanências que possam ter existido por essa reorientação nas imagens construídas pelos diferentes governos brasileiros nas duas exposições a serem analisadas. Outrossim, a contribuição

da pesquisa se debruça sobre a empiria, trabalhando com documentação primária relativa à participação brasileira nos certames, o que também justifica a relevância do projeto.

Também, como argumentam Ferraz e Ramos (1867), a participação brasileira nas exposições universais era oficialmente considerada como um meio de auxiliar o país a se projetar internacionalmente e ser uma potência mundial, já que por meio delas o Brasil poderia se tornar conhecido no plano internacional das grandes potências. Portanto, se faz essencial debruçar-se sobre esse tema, à medida que isso era um meio efetivo de política externa utilizado para alcançar determinados objetivos do governo.

Como considera Goldman (2016), os países se utilizam das exposições universais para projetar sua imagem no cenário internacional, mormente por meio dos pavilhões nacionais, e também para aprofundar suas relações exteriores com os demais Estados, principalmente com o país-sede. Se o Brasil também participava desses megaeventos, faz-se mister pensar qual era a imagem que o governo brasileiro pretendia passar enquanto participante, envolvido no arcabouço que as expos traziam.

Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. Segundo Lamont (2015), a metodologia qualitativa refere-se à coleta de dados e às estratégias de análise desses a quais se debruçam sobre dados não-numéricos, principalmente as linguagens escritas e faladas, mas também formas não-textuais, como fotografias, mapas e afins.

A priori, foi feita uma sisuda pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos que versam sobre política externa brasileira e exposições universais, a fim de ser ter um aparato histórico acerca da participação do Brasil nesses eventos e um entendimento acerca da PEB durante as duas exposições escolhidas. Para Bervian, Cervo e Silva (2007, p. 61), essa coleta é o pontapé inicial de realização de monografias, já que se faz o “estudo da arte” sobre o tema.

Depois, ocorreu uma pesquisa documental, pois foram analisadas as documentações primárias feitas pelos representantes nas expos acerca da participação nacional, com vistas à explicitação das prioridades que foram estabelecidas pelos governos brasileiros das épocas. De fato, a pesquisa descritiva é essencial para observar, registrar, analisar e correlacionar fatos, buscando conhecer as relações e situações em todos os aspectos da vida humana (BERVIAN; CERVO; SILVA, 2007).

Realmente, documentos primários utilizados como fonte de pesquisa são elementos de processos mais complexos do que o conteúdo neles contidos (GOFF, 1984 apud

KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 17). Nesse sentido, os documentos analisados neste trabalho, feitos para auxiliar na divulgação da imagem internacional do país naqueles certames, podem ser considerados dentro do complexo processo de reorientação da política externa brasileira, ocorrida com o fim do Império e a criação da República.

Segundo Lamont (2015), trabalhar com fontes primárias é delicado porque nem sempre os documentos emitem a verdade, e podem ser difíceis de serem encontrados. Porém, esses empecilhos não ocorreram na pesquisa, haja vista a documentação primária estar disponível em arquivos *onlines* de instituições dos governos do Brasil (arquivo da Câmara dos Deputados) e dos Estados Unidos (mormente o acervo *online* da *Library of Congress*). Além disso, o foco do trabalho é a visão da imagem construída pelos governos brasileiros, e não a validade dessas imagens, e ao ter acesso à documentação primária disponível, consegue-se isso.

Portanto, almejou-se perceber as prioridades de imagens construídas do Brasil pelos governos em cada uma das duas exposições analisadas, explicitando as mudanças ou continuidades.

Foram visitadas as bibliotecas Setorial Berilo Borba, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e Central da UFPB. Ademais, sítios da Internet foram acessados, como o da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal, o do Ministério das Relações Exteriores, o da *Library of Congress*, o do *Missouri Digital Heritage* e da biblioteca digital *Gallica*, da Biblioteca Nacional da França, para a obtenção dos documentos primários. Também, pesquisou-se nos portais de periódicos, com foco no *Scientific Electronic Library Online – Brasil* (SciELO), e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para tal, o presente estudo foi dividido em cinco capítulos, contando a introdução e as considerações finais. O segundo versa sobre as exposições universais, trazendo conceitos e autores, além de mostrar um breve retrospecto do Império do Brasil nos certames, e as expos de 1889 e 1904 em detalhes. Depois, o terceiro capítulo mostrará um breve resumo histórico do fim do século XIX e início do XX, priorizando as políticas externas brasileiras durante o fim do Império e o início da República. Já o quarto capítulo trará uma breve participação do Brasil nos dois certames analisados, e focará na definição e comparação das imagens internacionais que os governos do país levaram para o certame. Por fim, serão feitas as considerações finais.

## 2 O ESPETÁCULO DAS NAÇÕES: AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS DO SÉCULO XIX

Acompanhando as grandes mudanças do século XIX, ao grupo das festividades e reuniões internacionais realizadas pelos Estados, foram acrescentadas um tipo particular, com características e influência próprias: as exposições universais. Durante a segunda metade do Oitocentos<sup>8</sup>, esses eventos serviam de vitrine do capitalismo por lançarem os novos equipamentos industriais e produtos utilitários ao público enquanto demonstravam o prestígio e o poderio econômico das nações que as recebiam, considera Paulo Roberto de Almeida (2017). Para Walter Benjamin (1985), as inovações do século XIX, tais quais as arquiteturas de ferro, a iluminação a gás e as fotografias, ampliaram a esfera mercantil ao lançarem no comércio internacional discursos, figuras e eventos imagéticos para ilustrar o aumento das vendas.

Logo, na concepção de Benjamin (1985, p. 35), eram o “[...] centro de peregrinação ao fetiche mercadoria”, devido aos eventos serem uma fachada para os interesses da burguesia em expandir ainda mais o sistema capitalista de produção, juntamente com a opressão ao trabalhador no qual era calcado.

Realmente, o capitalismo do século XIX precisava encontrar produtores e aumentar sua força de produção, além de descobrir consumidores ao redor do mundo, compreende César Santos (2013). As expos promoviam a compra e venda das novas tecnologias comerciais ali apresentadas, considera Alexander Geppert (2018). Por isso, as potências gastavam altas quantias para bancar os gastos da exposições, e os países fornecedores de matérias-primas faziam o esforço para também participarem a fim de promover seus produtos agrícolas e tomar conhecimento das novas tecnologias (SANTOS, 2013), como é o caso do Brasil, que se verá mais adiante.

A tabela abaixo, onde são elencados vários tipos de exposições, expõe a predominância dos países industrializados e o caráter centrado no eixo euro-norte-americano, considerado por alguns autores como uma perpetuação da predominância desse sobre os outros países (GUIMARÃES; LEMOS, 2016; SANTOS, 2013).

---

<sup>8</sup> Para fins práticos, utilizaremos o termo “Oitocentos” para nos referirmos ao século XIX em todos os seus aspectos e temporalidade, estando de acordo com a “Longa Duração” de Eric Hobsbawm.

Tabela 2 – Quadro sobre local e ano das expos entre 1851 e 2025

Local da Exposição	Ano	Local da Exposição	Ano
Londres (Inglaterra)	1851	Chicago (EUA)	1933
Paris (França)	1855	Bruxelas (Bélgica)	1935
Londres (Inglaterra)	1862	Paris (França)	1937
Porto (Portugal)	1865	Nova York (EUA)	1939
Paris (França)	1867	San Francisco (EUA)	1939-1940
Viena (Áustria)	1873	Porto Príncipe (Haiti)	1949
Filadélfia (EUA)	1876	Bruxelas (Bélgica)	1958
Paris (França)	1878	Seattle (EUA)	1962
Sydney (Austrália)	1879	Nova York (EUA)	1964
Melbourne (Austrália)	1880	Montreal (Canadá)	1967
Nova Orleans (EUA)	1884	San Antonio (EUA)	1968
Barcelona (Espanha)	1888	Osaka (Japão)	1970
Paris (França)	1889	Spokane (EUA)	1974
Chicago (EUA)	1893	Naha (Japão)	1975
Bruxelas (Bélgica)	1897	Knoxville (EUA)	1982
Paris (França)	1900	Nova Orleans (EUA)	1984
Buffalo (EUA)	1901	Tsukuba (Japão)	1985
Saint Louis (EUA)	1904	Vancouver (Canadá)	1986
Liège (Bélgica)	1905	Brisbane (Austrália)	1988
Milão (Itália)	1906	Sevilha (Espanha)	1992
Dublin (Irlanda)	1907	Génova (Itália)	1992
Hampton Roads (EUA)	1907	Daejeon (Coreia do Sul)	1993
Sattle (EUA)	1909	Lisboa (Portugal)	1998
Bruxelas (Bélgica)	1910	Hanôver (Alemanha)	2000
Turim (Itália)	1911	Aichi (Japão)	2005
Gante (Bélgica)	1913	Zaragoza (Espanha)	2008
San Francisco (EUA)	1915	Xangai (China)	2010
San Diego (EUA)	1915	Yesou (Coreia do Sul)	2012
Rio de Janeiro (Brasil)	1922	Milão (Itália)	2015
Sevilha (Espanha)	1929	Astana (Cazaquistão)	2017
Barcelona (Espanha)	1929	Dubai (Emirados Árabes Unidos)	2021-2022
		Osaka (Japão)	2025
<b>Total de exposições: 63</b>			

Fonte: Baseado em Guimarães; Lemos, 2016, p. 641-642; Dantas, 2010, p. 23; The Expos, c. 2022.

Ao contrário de Santos (2013), o Brasil não sediou uma exposição universal, mas sim uma internacional em ocasião do centenário da independência, sendo o Haiti o único país americano, além dos EUA e Canadá, a sediar um evento universal (THE EXPOS, c. 2022).

Todavia, engana-se aquele que toma as exposições apenas como projetos burgueses. Esses eventos também serviram para outras agremiações, as quais utilizaram os espaços para articularem-se a nível internacional, salienta Hardman (1988). Os operários utilizaram a exposição de 1867 para se reunir, ao passo que já durante a feira de 1889, os proletários reconstituídos nos partidos social-democratas organizaram uma exposição paralela a fim de delimitar suas demandas – nascia a Segunda Internacional Operária (HARDMAN, 1988).

Foram as exposições locais de vários sentidos e várias formas, cujo público não necessariamente ficou submisso ante as crenças dos idealizadores e fomentadores dos eventos, tendo sido utilizadas de forma diferente do idealizado (HARDMAN, 1988; SANJAD, 2017).

Ademais, as expos eram associadas a um tipo específico de expansão do capital; aquele legitimado por um discurso mais poderoso do que o capitalismo nascente: a difusão do progresso. Para Sandra Pesavento (1997, p. 14), os certames oitocentistas foram uma arma do capitalismo para demonstrar seu esplendor, servindo como imagem da modernidade dos “novos tempos” e como demonstração das crenças e virtudes do progresso liderado pelas potências europeias.

Por meio delas, a classe burguesa conseguiu expandir suas mercadorias e suas ideologias a nível internacional, universalizando ideias e crenças pertinentes ao *ethos* burguês – aqui, o ideal do progresso como algo necessário (PESAVENTO, 1997). Para os europeus, o avanço progressista era verificável com as novas máquinas da superioridade industrial, e as invenções que eram apresentadas nas festas (vapor, eletricidade, energia e o gás), as quais a longo prazo, também chegariam aos países atrasados tecnologicamente (PESAVENTO, 1997).

Então, existia uma ideia de interpretação linear da história que considerava o longo percurso humano em direção ao desejável, inferindo a continuidade indeterminada do progresso (BURY, 1971, p. 290 apud PESAVENTO, 1997, p. 46).

Nesse sentido, os eventos foram locais de divulgação, democratização e disseminação da informação, dentro do desenvolvimento tecnológico do século XIX, consideram Leonardo Lemos e Paulo Guimarães (2016). Foram neles onde as grandes invenções até aquele momento foram apresentadas, a exemplo do telefone e do fonógrafo (GUIMARÃES; LEMOS, 2016).

Dessa maneira, a disputa por mercados e tecnologias entre Estados aparece implícita no sistema de premiação aos melhores expositores das diversas categorias, almejando o intercâmbio duradouro e pacífico entre as nações (HARDMAN, 1988). Nesse sentido, para Neves (1988, p. 30), ao pretenderem substituir a guerra por meio da arte e da indústria, as exposições são consideradas “arenas pacíficas” pelos seus idealizadores. Expondo os produtos tecnológicos inovadores, e demais objetos considerados essenciais à sociedade, em redomas de vidro, com o intuito de serem contemplados, os certames constituíam-se em verdadeiras “vitrines do progresso” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 24; NEVES, 1986, p. 1).

Na visão de Schwarcz (1998), as feiras eram tomadas pelos seus diretores como forma de estimular a confraternização entre as diversas nações do mundo, já que buscavam destacar a união em um mundo cindido pelo imperialismo. Assim, era frequente a realização de congressos, nacionais ou internacionais, durante as exposições, sobre os mais variados temas, devido a necessidade exigida pela produção industrial de padronização para garantir e ampliar os mercados consumidores (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Entretanto, o aspecto da construção de um “mundo pacífico” não encontrava validade empírica. Em 1855, ao passo que Napoleão III inaugurava o “[...] templo da paz, que convida todos os povos à concórdia” (DUBOIS; VERVYNK, 1867 p. 107 apud NEVES, 1988, p. 33, grifo da autora), França e Inglaterra lutavam contra o Império Russo na Guerra da Crimeia (HARDMAN, 1988).

Para Goldman (2016), a partir da Feira de 1876, os certames foram uma disputa de poder entre os Estados Unidos em ascensão e a França ávida por mais territórios coloniais. Mesmo durante a Exposição de Paris de 1889, quando a situação era calma na Europa, a guerra foi levada às demais partes do mundo pelas potências europeias, com o intuito de ratificar seus impérios neocoloniais, na esteira de aniquilação de outras culturas (HARDMAN, 1988).

Ademais, possuíam o intento de entreter e educar as grandes massas, trabalhando a crença no progresso tecnológico e científico e a promessa de melhora das condições de vida que o avanço industrial traria (GOLDMAN, 2016). Para Moysés Kuhlmann Júnior (2001, p. 233), essas exposições possuem a alegoria de escola por ensinarem às elites nacionais e dos países visitantes a “pedagogia do progresso” necessária para fazer um Estado moderno e civilizado.

Assim, as comissões organizadoras dos eventos, no intuito de contemplar o campo produtivo e a vida social em sua completude, classificavam os produtos expostos em grupos diversos, responsáveis por dividir e elencar áreas geográficas, instituições e seres humanos – na época, o pensamento científico dividia os humanos em “tipos” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001). Apresentava-se uma versão em miniatura do mundo a mais perto possível da realidade, ao serem ali expostos objetos e relatórios detalhados considerados representantes oficiais das regiões de onde vieram (GEPPERT, 2018).

Nada melhor prova isso do que o *Guide Bleu du Figaro et du Petit Journal*, referente à Exposição de 1889, para mostrar os objetivos do certame parisiense e das expos no geral:

Com que espírito se deve visitar a Exposição? Você tem que vê-lo com o mesmo espírito que governou sua organização: *você tem que ver para aprender e para se divertir*. É para todo mundo, todas as idades, para os estudiosos e também para os menos instruídos, uma incomparável "lição das coisas" (GUIDE..., 1889, p. 5, grifo do autor, tradução nossa).

Nesse contexto, Werner Plum considera-as como palco da história social interdisciplinar porque

[t]ornaram transparente a complexidade de fenômenos sócio-culturais, já que nas exposições entreteciam-se em estreita interconexão, informações industriais, formação técnica, comunicações, congressos e movimentos internacionais, artes plásticas, assim como também manifestações de colonialismo. (PLUM, 1979, p. 60 apud SANTOS, 2013, p. 4-5).

Por isso, Pascal Ory (2010) define oito funções de utilidade social das expos: funções 1) de exibição tecnológica, por mostrar as invenções modernas científicas, sobretudo eletricidade e telecomunicações; 2) de feira comercial, ao mobilizarem capital econômico dos empresários; 3) de exercício arquitetônico, por suscitarem obras grandiosas para o evento, com algumas fugindo da efemeridade; 4) de alavanca urbanística, ao reorganizarem o espaço urbano para melhor movimentação, sobretudo pela construção de metrô e pontes; 5) de exposição de arte, haja vista a ênfase em exibir pinturas e outras artes que influenciam os artistas; 6) de “festa de jardim” (*garden party*) de poder convidativo, ou seja, como forma de alegorizar o patriotismo do Estado que as recebem e de propaganda para o país; 7) de Liga das Nações, por darem espaço ao compartilhamento de interesses nacionais de diversos países; e finalmente, 8) de festa popular, ao sempre criar obras para angariar a participação de mais e mais visitantes.

Outrossim, Geppert (2018) traz duas características: por comportarem milhares de pessoas, elas experimentaram uma forma primeva da futura sociedade global; e além disso, traziam uma dimensão europeia, haja vista terem sido criadas por aquele continente e dando uma unidade coesa à sociedade do Velho Mundo.

Dessa forma, para Tony Bennett (2005, p. 59), as exposições oitocentistas, pelos seus “complexos exibicionistas” (relações de poder e disciplina) auxiliavam uma sociedade disciplinar baseada nas ideias da elite. Assim, eles fomentavam o nacionalismo, distinguindo o corpo nacional dos outros povos considerados “não civilizados”, fortalecendo as retóricas imperialistas nas mentes dos visitantes (BENNETT, 2005). Logo, percebe-se que não era um simples nacionalismo desenvolvido naqueles eventos, mas sim um nacionalismo com forte caráter racista

associado à defesa de progresso e civilização. Por isso, o racismo<sup>9</sup> era outra característica presente nas exposições.

Nesse sentido, considera Rydell (1984), os certames oitocentistas moldavam coerentes “universos simbólicos”<sup>10</sup> os quais legitimavam e espraiavam a autoridade de uma determinada elite, caracterizados por sua diversidade inseparada dos conceitos de raça, progresso e nacionalidade. Ou seja, esse universo estabelece um panorama comum de referência e dá o senso de pertencimento aos indivíduos que nele acreditam, envolvendo-os em um universo social que sempre existiu e sempre existirá.

Como bem aponta Kuhlmann Júnior (2001), o conceito de raça era presente nos certames porque o progresso exposto aos países implicava o caminho da tutela pelos europeus brancos, por isso os organizadores colocavam lado a lado os pavilhões dos países centrais e semi-coloniais. De fato, Geppert (2018) lembra que os efeitos socioculturais reforçavam o imperialismo e suas teias de poder e conhecimento.

Isso ficava claro ao mostrar os povos europeus como os únicos no topo do progresso tecnológico, construindo a imagem dos demais povos como “exóticos” e “primitivos” nos zoológicos – inclusive humanos, mostrando nativos das mais diversas áreas –, museus de curiosidades, circos e shows sobre o Velho Oeste (GEPPERT, 2018; RYDELL, 1984).

Ainda, diz Goldman (2016), o interesse em sediar as feiras advinha da geração de empregos e das melhorias de infraestrutura e arquitetônicas à cidade, as quais são deixadas de legado. O caráter fugaz dos eventos provinha das grandes estruturas que eram construídas especialmente para os certames e destruídas após encerrados, sustenta Geppert (2018).

Assim, para Hardman (1988), monumentalizou-se a arquitetura para usá-la de arma sedutora do triunfalismo e otimismo burguês: o Palácio de Cristal, em 1851 (Londres); a Rotunda, em 1873 (Viena); o Trocadéro, em 1878, e a Torre Eiffel, em 1889 (Paris). Dessa forma, na perspectiva universalista da história, o continente europeu era colocado no centro, ao passo

---

<sup>9</sup> Para Karine de Souza Silva (2021, p. 40), o racismo é um sistema de opressão baseado na superioridade moral, física, intelectual e estética do grupo racial branco, responsável por afastar da disputa de poder e da distribuição de recursos determinados grupos (SCHUCMAN, 2012 apud SILVA, 2021, p. 38).

<sup>10</sup> Rydell (1984, n. p.) vale-se do conceito de “universo simbólico” dos sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann, que significa uma estrutura de legitimação, a qual cria um sentido na realidade social em uma unidade coesa que transcende o tempo e une os indivíduos à uma totalidade utópica, dando compreensão ao mundo social.

que as exposições mostravam-se dentro do caráter enciclopédico de sistematização da classificação, considera Hardman (1988).

As feiras também afirmavam a posição do Estado e de cidades no plano internacional, indicando prestígio e poder políticos dos realizadores (GOLDMAN, 2016). Bem lembra Goldman (2016) que os primeiros quatro eventos alternaram-se entre Londres e Paris, capitais das principais potências mundiais do século XIX. De fato, segundo Almeida (2017, p. 336), as feiras universais tinham se convertido em um assunto de Estado, criando uma espécie de “diplomacia das exposições” na Europa e na América, responsável por criar comitês nacionais integrados pela mais fina elite de cada país e por incitar o Brasil a participar dos eventos.

Sob tal ótica, Goldman (2016) considera as expos, ao lado dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol, como os principais megaeventos de caráter global. Envoltas nas efemérides, as exposições eram verdadeiros espetáculos das nações, ao criar um senso de celebração quase religiosa nas mundanas sociedades que precisavam se jubilar para esquecer os tormentos escrachados.

Adentrando a parte histórica, Rydell (1984) apresenta as raízes desses eventos na Antiguidade Tardia, quando a religião era o mote principal. Para Findling (2018), as exposições oitocentistas são provenientes das feiras nacionais britânicas do século XVIII, responsáveis por combinar trocas comerciais e entretenimento, alteradas quando da inclusão das artes industriais pela *Royal Society for the Arts*.

Entretanto, segundo Greenhalgh (1988), partiu da França o primeiro intuito de realizar grandes exposições das produções industriais, para estimular o comércio da indústria após o período da Revolução Francesa. Apesar de quem iniciou, o fato é que após realizadas, o sucesso foi tamanho a ponto de já na primeira metade do século XIX, outros países também realizaram importantes feiras, desde a Europa até os EUA (GREENHALGH, 1988).

Todavia, a virada dá-se pela Inglaterra, quando se reconheceu o crescimento da competição entre a liderança dos produtos ingleses e as nascentes produções dos outros países, daí a necessidade de convidar outros Estados para a Grande Exibição de 1851, porque assim os produtos ingleses teriam mais mercado consumidor e continuariam com sua predominância industrial.

A *Britain's Great Exhibition*<sup>11</sup> de 1851, sediada no *Hyde Park* de Londres, ocorreu graças aos esforços do marido da Rainha Victoria, o príncipe Albert, e à adoção do livre mercado pelo governo real para elevar as exportações britânicas (FINDLING, 2018). Para comportar os seis milhões de visitantes, a Comissão Real construiu o *Crystal Palace* (Palácio de Cristal), cuja estrutura de aço e vidro encantou o público e contribuiu para o sucesso do certame, diz Findling (2018). Nesse sentido, ela foi considerada a primeira de caráter “internacional”, ao denotar o projeto oitocentista da classe burguesa em implantar sua visão de mundo para além das fronteiras nacionais, alcançando todo o planeta em franca expansão comercial, considera Santos (2013).

Dentro da universalização de ideias burguesas, diz Pesavento (1997), a burguesia internaliza o capitalismo no continente americano, onde as elites ditas progressistas assimilam essas práticas e ideias, adotando traços burgueses. Sob tal ótica, construiu-se nos países da região a crença de conseguir alcançar a modernidade e o progresso, tornar-se uma nação moderna, utilizando da presença nas exposições universais (PESAVENTO, 1997).

Sob tal contexto, o Império do Brasil participou das feiras em um precoce esforço de “promoção comercial” no qual diplomatas, agentes consulares, e outros, construíam um sistema para melhor divulgação de informações e mobilização de investimentos diretos no país (ALMEIDA, 2017, p. 324). Na concepção de sociedade moderna difundida pelos certames, a autoridade técnico-científica respaldou-se nas ferrovias, nas fábricas, nas telecomunicações elétricas e nos prédios escolares, daí tudo isso ter sido distribuído pelo Brasil, a fim de serem considerados símbolos do poder do progresso (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Nessa ótica, segundo Schwarcz (1998), o papel desses certames era estratégico para o governo imperial, pois eram palcos onde o Império poderia exhibir, além das consideradas singularidades – as exuberantes florestas, a produção agroexportadora e os indígenas –, a faceta civilizada da sociedade brasileira. Os esforços constantes do Brasil para participar dos certames, bem como o esforço pessoal do monarca em patrocinar os pavilhões brasileiros, eram resultados do projeto da elite governamental em associar o país distante, agrícola, escravocrata e monárquico aos ideais de cosmopolitismo e modernidade (SCHWARCZ, 1998).

Por isso, continua Goldman (2016), desde o início, possuem uma natureza multifacetada por trabalharem a promoção comercial, a difusão cultural e, como interessa para

---

<sup>11</sup> Também conhecida de *Crystal Palace Exhibition* (Exibição do Palácio de Cristal) e formalmente chamada como *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations* (Grande Exibição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações) (FINDLING, 2018, n. p.).

este trabalho, a promoção da imagem do país no exterior. Coube ao Império e a República brasileiros utilizarem dessas ideias para mostrar uma imagem de país moderno e afeito às ideias de progresso (NEVES, 1986, 1988).

## **2.1 BREVE RETROSPECTIVA DO BRASIL IMPERIAL NAS EXPOS OITOCENTISTAS**

De fato, mostra Almeida (2017, p. 326), o Brasil não participou oficialmente do certame londrino de 1851<sup>12</sup>, devido a não autorização de despesas para tal fim, mas em nota diplomática, “entre os objetos d’arte reunidos [figurou] como produto da indústria brasileira um lindo ramo de flores artificiais”, tendo sido apresentados três produtos brasileiros no total.

Porém, no pequeno nicho manufatureiro de brasileiros, o pensamento era do cenário exterior estar se desenvolvendo rumo ao progresso industrial, e por isso cabia à periférica monarquia americana também se fazer presente nessa realidade (GOLDMAN, 2016). Assim, mostra Goldman (2016), coube a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) – grupo de estímulo à industrialização brasileira criado em 1831 – enviar seu emissário para o evento.

O Império também não teve condições de participar do evento parisiense de 1855 (ALMEIDA, 2017). Para esse, apenas foram enviados três representantes, os quais consideraram os objetos brasileiros expostos como dissonantes do propósito do evento, além de não terem chamado a atenção do público: velas de cera de carnaúba; lenços e guardanapos “remendados”; e chapéu de palha “todo amarrotado” (TURAZZI, 1995, p. 131 apud SANTOS, 2013, p. 12). Em 1851 e 1855, não foram presenças oficiais, mas o Brasil já tomava parte daqueles certames.

O Império só conseguiu debutar oficialmente nessas festas do progresso na Exposição Universal de Londres de 1862, quando no país se desenvolveu uma corrente de opinião forte que pressionou os tomadores de decisão governamentais e empresariais a aderirem ao evento (GOLDMAN, 2016). Para Schwarcz (1998), a presença do Império na exposição londrina de 1862 foi estimulada pela necessidade de mudar a imagem internacional do país e mostrar a sua face civilizacional.

---

<sup>12</sup> Segundo Greenhalgh (1988, p. 12), 34 nações aceitaram o convite para participarem do evento de 1851, incluindo o Império do Brasil. Porém, o país não participou oficialmente do evento, debutando apenas 11 anos depois. Essa confusão é plausível. Alguns poucos produtos brasileiros foram expostos nos eventos de 1852 e 1855, além de plantas cartográficas das comissões organizadoras dos eventos mostrarem áreas reservadas para o Império (ALMEIDA, 2017, p. 326; GOLDMAN, 2016, p. 58).

Assim, explica Goldman (2016), nasceram as Exposições Nacionais, iniciativas de caráter preparatório para a participação do país nos eventos universais, nas quais eram selecionados os produtos provinciais a serem expostos no exterior, sendo o padrão adotado doravante. Grande era a relação entre o monarca e essas festas do progresso a ponto da primeira exposição nacional ter sido inaugurada no dia do aniversário do soberano, cita Schwarcz (1998), sendo quase festas em homenagem ao gênio letrado e civilizado de Sua Majestade.

Na exposição nacional de 1861, preparatória ao certame de 1862, era óbvia a sua relação com a associação à crença da modernização do Império: o prédio da feira nacional possuía três janelas centrais, cuja do centro mostrava um anjo carregando uma faixa com o dizer “Progresso”, acima da cidade do Rio, enquanto as outras duas figuram alegorizavam a Ciência e a Indústria (OLENDER, 1993b, p. 8-15 apud KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 28).

Assim, na Feira Universal de 1862, a fim de atrair para si singularidade em um mundo cada vez mais manufaturado, o país mostrou o que de melhor havia no seu setor primário, levando café, chá, borracha, tabaco, abelhas entre outros, e algumas manufaturas importadas, sendo premiados o café e a cerâmica marajoara, ratificando o apelo ao exótico pela Europa (GOLDMAN, 2016; SCHWARCZ, 1998).

A partir de então, a projeção de uma imagem internacional por meio da participação brasileiras nas feiras universais tornou-se recorrente, pois era necessário alterar as impressões negativas dos produtos exibidos pelo Estado brasileiro, mostrando a civilidade do Império por meio daqueles certames (GOLDMAN, 2016). Portanto, para Almeida (2017), a competição pelo prestígio torna-se um assunto nacional, suscitando a preparação de catálogos detalhados sobre a história e economia de cada nação participante e a criação de belos álbuns e almanaques nacionais.

Quando convidado para a Feira de 1867, mesmo estando engolfado na Guerra do Paraguai, o Império se fez presente (SCHWARCZ, 1998). Almeida (2017) mostra que o pavilhão do Brasil ocupava uma área maior do que a dos pavilhões dos demais países latino-americanos, o que se pode tomar como a reiterada projeção de uma imagem de distinção em relação aos países da região (GOLDMAN, 2016).

Novamente, o caráter agrário foi ressaltado, tendo sido o Império recompensado com medalha de ouro pelas exibições de madeiras, café e algodão (ALMEIDA, 2017). Além disso, David Cizeron (2009, p. 28 apud GOLDMAN, 2016, p. 65-66) mostra que a delegação brasileira

se esforçou para projetar uma imagem de exotividade misturada com o místico, a exemplo dos produtos e da pequena floresta tropical reconstituída no pavilhão nacional (GOLDMAN, 2016). Dessa forma, entra em cena um Brasil místico e exótico, o qual atrai a atenção para si por sua exuberância e exotividade comedidas, as quais entram em sintonia com a imagem de um Brasil “civilizado” e “moderno”.

Ademais, nessa participação brasileira já se percebe a preocupação do governo imperial com o fomento à imigração. A colônia de Blumenau, em Santa Catarina, configurou na categoria de “objetos destinados a melhorar as condições físicas e morais da população”, e foi premiada em razão de não utilizar trabalho escravo, significando um avanço (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 32). Extrapolando a visão do autor e percebendo Blumenau, para além do trabalho remunerado, como uma colônia de imigrantes brancos, exposta no grupo destinado a melhorar a moral, pode-se depreender a associação entre ser branco e o progresso, como se ser dotado de brancos fosse o caminho para ser um país exemplar como as grandes potências.

De fato, a presença agrícola também voltaria a reinar na participação brasileira da Exposição de Viena de 1873, porque a maior parte dos produtos brasileiros expostos era relacionada à agricultura, com destaque para madeira e carvão, e o café e algumas fábricas baianas de tecidos receberam diploma de honra (ALMEIDA, 2017; GOLDMAN, 2016). Mesmo no afã daquelas festas industriais, mostra Goldman (2016), o Império não participou da Galeria das Máquinas, ainda que na visão do governo, tenha sido a primeira presença quase exclusivamente industrial (HARDMAN, 1988).

Por volta dos anos 1870, o governo dos Estados Unidos comemorou o centenário da Declaração de Independência com um megaevento, sediando em 1876, na Filadélfia, a *United States Centennial Exhibition* (FINDLING, 2018). Nesse sentido, Goldman (2016) ressalta que o Brasil foi o primeiro Estado a confirmar a participação, mostrando o interesse das elites políticas e econômicas em apoiar a capacidade do “Novo Mundo” de também poder sediar uma festa daquele porte, e, assim, igualar-se a Europa no tangente à modernidade. Procurou-se novamente ressaltar as singularidades do Brasil, mostrando um local pacífico e estabilizado, recém saído de uma guerra violenta, onde indígenas e brancos conviviam juntos, a ponto dos produtos dessas duas parcelas da população estarem representados igualmente (SCHWARCZ, 1998).

A partir de 1876, a qualidade da participação nos certames altera-se, porque a presença do imperador brasileiro foi associada a retórica do progresso e da inovação que regia a

exposição centenária, além de denotar um gesto diplomático para com o país que já recebia cerca de metade das exportações brasileiras, mostrando um monarca ilustrado atento às inovações tecnológicas da época (GOLDMAN, 2016).

Assim, essa imagem exterior possuiu duplo sentido, uma mescla de cosmopolitismo moderno e da exotividade tropical: ao passo que a delegação exibiu objetos indígenas e pinturas sensuais, associados ao imaginário idealizado dos bravos tupis como “bons selvagens”, também mostrava a civilização e fomento à ciência associados a d. Pedro II (SCHWARCZ, 1998).

A partir dos anos 1880, considera Kuhlmann Júnior (2001), a participação brasileira nas exposições foi mais dinâmica ao despertar a preocupação em se mostrar industrial, e não apenas um país de riquezas naturais. Esse ímpeto industrioso aparece na participação brasileira da Exposição da Antuérpia de 1885. Se nela investiu-se maciçamente na exportação cafeeira, a ponto de ter sido montado um quiosque para servir café, o relator do Império queixou-se de não ter sido exposto algo sobre as 62 fábricas de tecido de algodão (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

À luz dessas considerações, participando dos eventos, o governo imperial – e posteriormente o republicano –, exercia a oportunidade de melhorar a imagem externa do país, redimindo-o da escravidão e construindo a narrativa de ter conseguido superar os problemas existentes durante a situação colonial, principalmente quando se mostrou o Império da libertação dos escravizados na *Exposition Universelle* de 1889. Se o presente era daquelas grandes potências industriais, o futuro seria do Brasil, dotado de imensa capacidade para também conseguir atingir o ideal de progresso, civilização e indústria. Isso ficará latente nas participações brasileiras em 1889, em Paris, e em 1904, em Saint Louis.

## **2.2 A EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1889**

De acordo com Almeida (2017), a *Exposition Universelle* de Paris de 1889 foi pensada originalmente como uma mostra nacional, mas logo foi utilizada para comemorar o centenário da Revolução Francesa e ratificar para o sistema internacional o progresso, o império colonial e a influência da França republicana, motivo do boicote das principais monarquias europeias (L'EXPOSITION..., c. 2022).

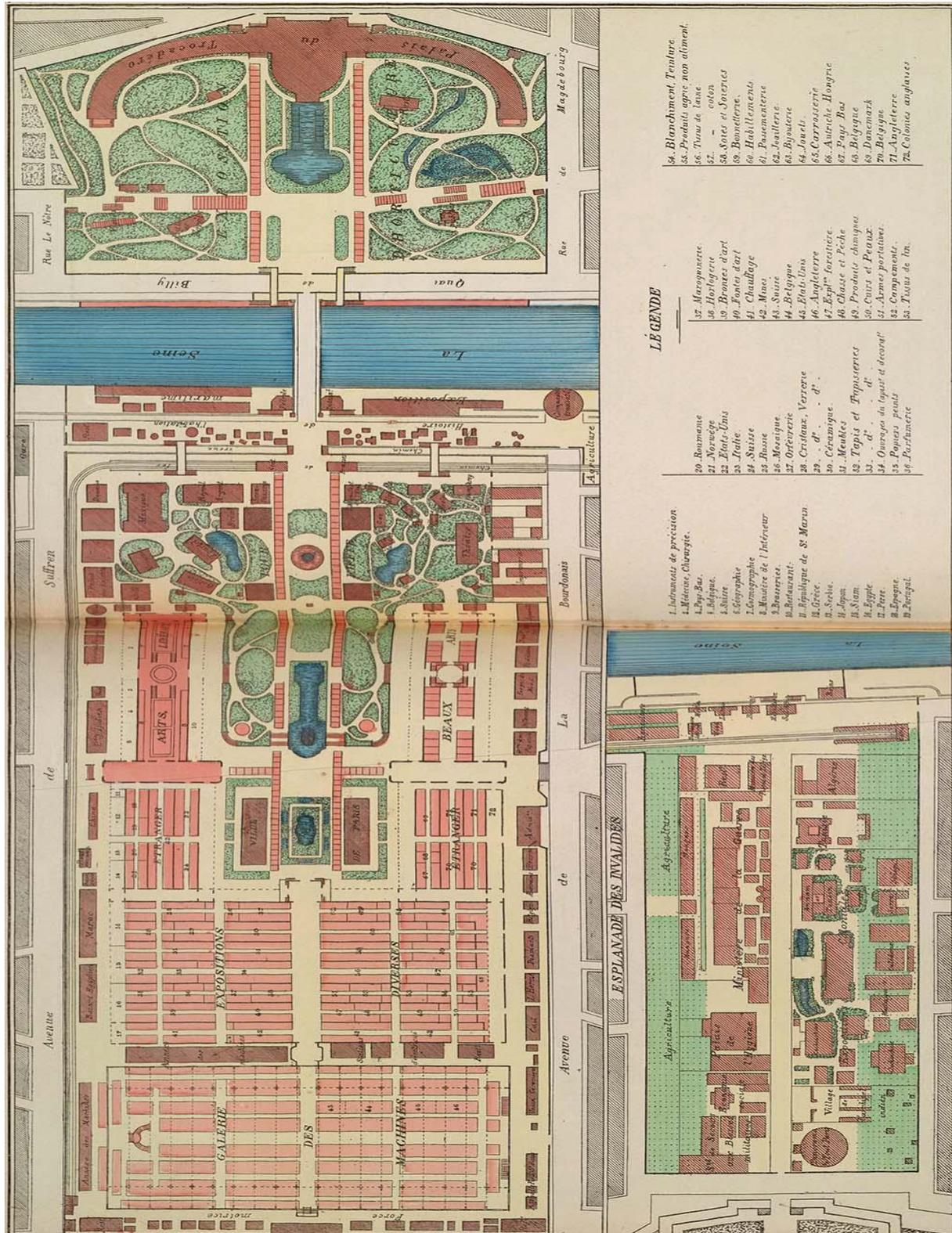
De fato, foi realizada para quebrar o isolamento diplomático internacional imposto à França pelo Império Alemão do chanceler Otto von Bismarck, líder do boicote monárquico, em razão da política imperialista alemã e dos ressentimentos de longa data com o franceses

(SCHROEDER-GUDEHUS, 1989). Assim, devido à recusa das monarquias, a diplomacia francesa engajou-se para atrair a iniciativa privada delas, enquanto as repúblicas da América tiveram presença massiva, almejando romper com o passado e se apresentar também como símbolo dos valores republicanos (L'EXPOSITION..., c. 2022; PESAVENTO, 1997).

Não fazer parte oficialmente de uma exposição não significava que o país em si não teria um pavilhão ou seus produtos não fossem ser exibidos. Basta olhar o caso brasileiro nesta exposição: o governo imperial não participou oficialmente, mas foi criada uma Comissão Franco-Brasileira para representar o Império, sob anuência imperial, bem como construído um pavilhão do país, bem ornamentado e composto por vários produtos nacionais (BRASIL, 1890).

Assim, mostra Schwarcz (1889), o certame parisiense foi anunciado em novembro de 1884, e inaugurado em maio de 1889, calculando-se 38 mil expositores e uma emissão de 30 milhões de bilhetes para os visitantes, e o local (figura 1) incluiu locais famosos como o Jardim de Trocadéro, o Campo de Marte, o Ministério de Assuntos Estrangeiros e a Esplanada dos Inválidos, todos aos pés da Torre Eiffel, feita para o evento e considerada a vitalidade industrial do país e o triunfo da Terceira República Francesa.

Figura 1 – Plano geral da Exposição Universal de 1889



Fonte: LE SPECTACULAR..., c. 2022.

Ademais, comenta Kuhlmann Júnior (2001), foi a primeira a utilizar eletricidade em grande escala, convertendo a noite em dia e transformando Paris literalmente na “cidade-luz” (SILVERMAN, 1977, p. 80 apud KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 42): um grande farol projetado no topo da Torre Eiffel projetava no céu raios azuis, brancos e vermelhos (as cores da bandeira francesa), e dois holofotes focalizavam monumentos da cidade e pavilhões da feira.

De fato, os diretores da Expo promoveram um concurso para decidir uma construção imponente a ser feita exclusivamente para o certame, e o projeto de Gustave Eiffel<sup>13</sup> venceu a disputa (PESAVENTO, 1997). Assim, diz Pesavento (1997), com vários acontecimentos da exposição ocorrendo ao redor dela – o próprio pavilhão brasileiro sediado em um de seus pés –, a Torre Eiffel logo virou símbolo da feira e da cidade, permanente até hoje.

Em 70 hectares, as seções temáticas foram divididas em nove grupos, subdivididos em 83 classes: Agricultura, piscicultura, viticultura; Educação, ensino, material e procedimentos de arte liberais; Mobiliário e acessórios; Obras de arte; Tecidos, vestimentas e acessórios; Indústrias extrativas, produtos brutos e trabalhados; Produtos alimentares; Indústrias mecânicas e eletricidade; e Horticultura (KUHLMANN JÚNIOR, 2001; SCHWARCZ, 1998).

Também vale mencionar a Galeria das Máquinas (figura 2), uma nave de metal e vidro, de 420 metros de comprimento e 115 de largura, sem suporte interior, e o Domo Central (figura 3), principal conexão entre os edifícios, ambos destruídos (L'EXPOSITION..., c. 2022).

**Figura 2 – Galeria das Máquinas**



Fonte: LIBRARY OF CONGRESS, [1889a].

<sup>13</sup> Conforme Pesavento (1997, p. 184), a ideia da metálica torre de 300 metros de altura teria sido de trabalhadores na empresa de Eiffel. Sumariamente, Gustave não demonstrou interesse, mas depois apresentou o trabalho como seu no concurso do governo (PESAVENTO, 1997, p. 184).

**Figura 3 – O Domo Central**



Fonte: LIBRARY OF CONGRESS, [1889b].

Mesmo longa, a citação mostra como esse empreendimento francês era percebido em qualquer parte e local da exposição, desde a arquitetura e apresentações, até às esculturas:

*As cinco partes do mundo* [...] trazia [sic], alegoricamente, o sentido que se atribuía a cada continente, representados por cinco figuras femininas [...]: a Europa, tendo à sua esquerda uma pilha de livros e uma prensa, expressava meditação e representava o pensamento filosófico; a América vivia o pensamento industrial, em busca da fortuna e da supremacia comercial; a Ásia, uma odalisca sensual, perseguia os prazeres materiais; a África revelava os primeiros esforços de pensamento, em contato com a civilização; e a Oceania figurava a raça humana em seu estado primitivo. (PICARD, 1891-2a, p. 324-325 apud BARBUY, 1996, p. 218).

Logo,

[o]s estereótipos ficam assim bem explícitos: a modernidade, o progresso e a cultura com a Europa, a América identificada com os Estados Unidos, a Ásia como o reduto do exótico e do sensual e a África e a Oceania como os povos selvagens e bárbaros. Se a França sediava a exposição universal, é claro que lhe cabia a posição de centro do progresso [...]. (PESAVENTO, 1997, p. 177).

Seguindo o ideário das elites, a expo delegou um certo tipo de função às regiões do mundo, como pode ser visto na citação anterior. Assim, aos países da América Latina, cabia o

abastecimento do mundo industrial pelas matérias-primas provenientes do clima seletivo e do abundante solo, e por isso, o Brasil destacava-se dentre os países do Novo Mundo, também sendo símbolo da busca do progresso, tal qual os EUA (BARBUY, 1996).

Ademais, seguindo o caráter de entretenimento e educação das massas, a organização da *Exposition* realizou a Exibição Retrospectiva da Habitação Humana. Segundo Barbuy (1996), essa exibição visava traçar uma linha do tempo das habitações humanas, desde as mais rudimentares ao ápice do conforto da época, e por isso foram enfileiradas 44 construções às margens do rio Sena, divididas nos períodos “pré-histórico”, “histórico” e “civilizações isoladas”.

A Casa Inca, chamada pelos delegados brasileiros como Palácio ou Habitação Amazônica<sup>14</sup>, era a última do subgrupo sobre os indígenas americanos, responsável por mostrar objetos sobre os “peles-vermelhas”, astecas e incas, e nela foi organizada uma mostra sobre os indígenas brasileiros, liderada pelo diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto (BARBUY, 1996).

Dentro desse contexto, mostra Greenhalgh (1988), essa *Exposition Universelle* foi a primeira a exibir aos visitantes os povos coloniais, incluindo-os no rol de produtos expostos, padrão repetido posteriormente. Essa nova abordagem deveu-se à criação e institucionalização do “entretenimento familiar”, a fim de satisfazer a curiosidade das pessoas, e à ascensão do campo da Antropologia como disciplina em Paris, a qual devia pesquisar as populações das colônias para saber como controlá-las (GREENHALGH, 1988).

Por conseguinte, diz Greenhalgh (1988), foram erguidas aldeias idênticas às das regiões colonizadas para receber famílias do Senegal, do Congo, da Nova Caledônia e grupos da Conchinchina e do assentamento Kampong-Javanese. Para tal, construiu-se um gigantesco palácio de madeira para abrigar as mostras coloniais da Argélia e da Tunísia (GREENHALGH, 1988). Fica clara a intenção de fomento ao nacionalismo, de eliminar diferenças sociais e políticas, em favor da singularidade francesa, daí a exibição dos territórios coloniais franceses mostrar a supremacia europeia e a força da França (PESAVENTO, 1997).

Sob tal prisma, a *Exposition Universelle* de 1889 foi uma festa em homenagem ao progresso tecnológico e à ciência, e a importância sumária do conhecimento industrial pode ser constatada pela imensidão das galerias criadas para comportar objetos desse nicho. Logo, a

---

<sup>14</sup> De acordo com Barbuy (1996, p. 229), ainda que a documentação brasileira denomine a Casa Inca de “Habitação da Amazônia”, essa nomenclatura não consta nos documentos oficiais franceses, à exceção do *Guide Bleu de 1889*. A denominação veio talvez para atribuir maior importância à mostra organizada por Ladislau Netto (BARBUY, 1996, p. 229).

superioridade europeia era difundida ao seu extremo. Com suas imensas galerias expositivas, suas inovações tecnológicas, sua arquitetura suntuosa, suas atrativas formas de diversão, como não sucumbir?

### **2.3 A LOUISIANA PURCHASE EXPOSITION DE 1904**

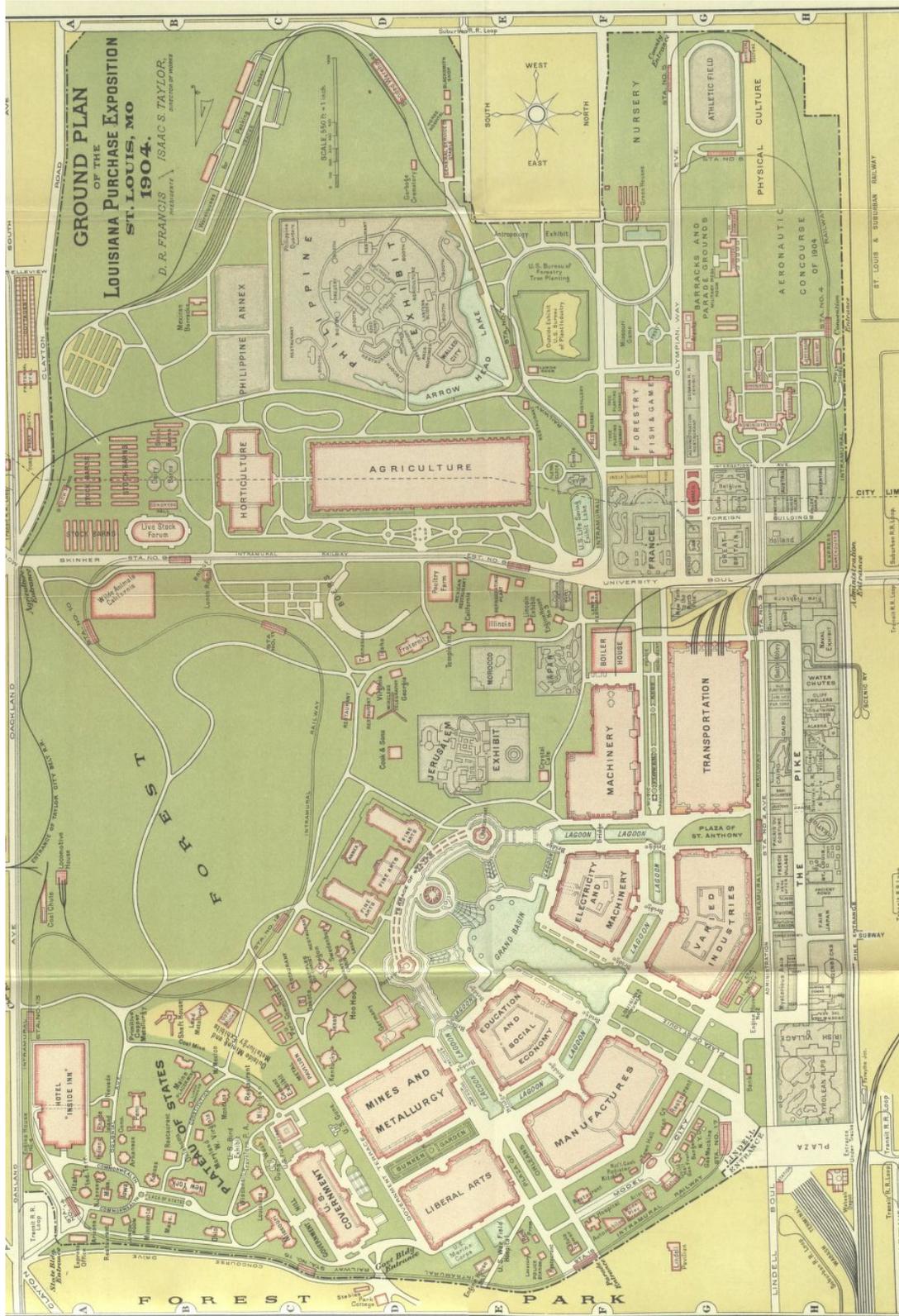
O evento em Saint Louis originou-se, cita Rydell (1984), da ideia da Sociedade Histórica do Missouri de comemorar o centenário da aquisição do território da Louisiana, e foi incumbido a David Rowland Francis em 1896, ex-prefeito de Saint Louis, ex-governador do Missouri, e então secretário do Interior do segundo governo do presidente Cleveland. Após uma votação em janeiro de 1899, Saint Louis foi eleita para sediar o evento em 1903 (BRASIL, 1905).

Todavia, quase um ano e meio antes da abertura, a empresa contratada para fazer o pavilhão dos Estados Unidos informou que só o entregaria após 1903, daí a feira ter sido postergada (BRASIL, 1905). Dessa forma, a Exposição Universal da Compra da Louisiana foi aberta oficialmente em 30 de abril de 1904, encerrando-se em 1º de dezembro do mesmo ano.

Dentre as exposições estava um imenso relógio floral com suas máquinas atrás das flores, e foi a primeira vez que o cone do sorvete (a “casquinha”) foi apresentado ao público em geral (RYDELL, 1984). Foi a primeira expo a dedicar um espaço exclusivo para educação física, responsável por também sediar a III Olimpíadas de Verão da Era Moderna, a primeira feita no hemisfério ocidental e a qual ocorreu concomitante ao evento (RYDELL, 1984).

Segundo Kuhlmann Júnior (2001), a Exposição foi organizada em 16 departamentos, com 114 grupos e 804 classes, e ocupou uma área cinco vezes maior que a de 1889: O *Forest Park*, local do evento estadunidense, foi ornamentado com 12 palácios para os departamentos, instalações esportivas, e exposições de animais (figura 4) – tudo isso interligado por uma ferrovia interna de 17 estações. Os 16 departamentos temáticos eram sobre Educação; Belas Artes; Artes Liberais; Manufaturas; Maquinaria; Eletricidade; Transportes; Mineração; Várias Indústrias; Agricultura; Horticultura; Florestas; Caça e Pesca; Antropologia; Economia Social; e Educação Física (RYDELL, 1984).

Figura 4 – Plano geral da Exposição de Saint Louis de 1904



Fonte: Brasil, 1905, p. 58.

O prédio símbolo da feira era o Festival Hall (figura 5). Utilizado para assembleias, congressos internacionais e elegantes festas de concertos e bailes, constava de um auditório circundado por colunas do tipo jônico, ornamentado ao estilo renascentista francês e com uma cúpula em ornamento clássico – tudo isso diante três magníficas fontes (BRASIL, 1905).

**Figura 5 – *Festival Hall* da Expo de 1904**



Fonte: BRASIL, 1905, p. 60.

De acordo com Kuhlmann Júnior (2001), além de instalada a Cidade Modelo, com diferentes protótipos de edifícios, sistema de abastecimento e outras inovações urbanas, havia salas de aula funcionando com alunos e professores, laboratórios demonstrando práticas da ciência doméstica e até seções públicas onde se mostrava processos didáticos para deficientes.

Por sua vez, a Rua *Pike* mostrou aos visitantes uma viagem ao mundo numa simples caminhada. Sendo o centro da Feira durante a noite, possuiu várias atrações, desde simulações de guerras (como a dos Bôeres<sup>15</sup>) e locais (Jerusalém e a Vila Irlandesa), até construções que mostravam singularidades do mundo (a exemplo do estande “Mistérios da Ásia”) (BRASIL, 1905). Portanto, para Rydell (1984), o contraste entre “barbárie” e “civilização” dava o tom

<sup>15</sup> A Guerra dos Bôeres foi um conflito neocolonial na África do Sul que opôs ingleses contra franceses e holandeses sobre o controle da região da atual África do Sul.

daquele certame internacional, oferecendo ao público uma dimensão utópica do imperialismo estadunidense.

Nesse sentido, o caso mais interessante da exposição de Saint Louis de associar a civilização aos brancos e a barbárie aos demais foi a exibição feita acerca das Ilhas Filipinas (*The Philippine Reservation*), conquistadas da Espanha no fim do século XIX e talvez o verdadeiro motivo para a ocorrência do certame. Se as expos eram formas de legitimar ações de políticas externa e doméstica, o evento de 1904, travestido inicialmente na efeméride da compra da Louisiana, tinha por objetivo legitimar aos olhos do público a anexação das Filipinas, mostrando os filipinos como capazes de atingir o progresso com a tutela dos EUA e combatendo os anti-imperialistas opostos à anexação das ilhas (RYDELL, 1984).

Cerca de 12 mil filipinos foram expostos nessas vilas, como os Visayas, tidos como os mais inteligentes, os “selvagens” Bagobos e Moros (muçulmanos) e os Negritos, considerados semelhantes a macacos (RYDELL, 1984). Por isso, considera Rydell (1984), o racismo científico deveria ser adotado pelas classes baixas a fim de conter tumultos e manter a ordem, reforçando o domínio da elite sobre essas no tangente à organização social estadunidense.

Também houve a exibição da *Indian School*, escola modelo utilizada ao redor dos Estados Unidos para ensinar e educar os indígenas aos moldes da educação governamental estatal (BRASIL, 1905). Com a expansão do “fardo do homem branco”, viria a expansão da riqueza e da civilização, o zênite majestoso do progresso humano.

Tudo isso revelava o desejo governamental de institucionalizar o domínio colonial estadunidense e de difundir a ideia de que os filipinos não conseguiriam se autogovernar, associando o domínio estadunidense ao caminho da modernidade e do desenvolvimento do arquipélago – “[n]enhuma exibição de qualquer exposição melhor demonstrou a aspiração imperialista de seus realizadores” (RYDELL, 1984).

O racismo era escancarado na ala reservada à exibição dos estados dos EUA no departamento das máquinas. Como mostra o comissário brasileiro Cordeiro da Graça, três alegorias poderiam ser notadas ali: uma montanha transposta que simbolizava os conquistadores; o protesto dos indígenas contra as ações dos “civilizados”; e o destino do progresso redentor (BRASIL, 1905). Para progredir, era necessário expandir o considerado grau de civilização a tudo e a todos, considerando aqueles que não aceitassem, inferiores por natureza.

### 3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM DOIS MOMENTOS

#### 3.1 FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO: MORTE E VIDA POLÍTICAS

##### 3.1.1 SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Para Antônio Carlos Lessa (2005), entre os anos 1870 e 1890, as relações das grandes potências foram regidas pelo sistema de alianças construído por Otto von Bismarck, chanceler do Império Alemão, e pela corrida imperialista aos territórios neocoloniais na África, Ásia e América. Após os anos 1890, a política europeia foi marcada pelas tensões imperialistas, levadas adiante pelas alianças com interesses divergentes, e por isso chocavam-se, ao ponto do rompimento das tradições anti-hegemônicas na Europa e da conseqüente Primeira Guerra Mundial (LESSA, 2005).

Aliado a isso, o capitalismo expandia-se cada vez mais devido à associação às grandes potências imperialistas. De fato, para encontrar produtores e aumentar sua força de produção, além de descobrir consumidores ao redor do mundo, as potências utilizaram os mercados das regiões controladas por elas, direta ou indiretamente, para investimento e base para suas conformações monopolistas de truste e cartel, inaugurando o capitalismo financeiro (NEVES; 2003, SANTOS, 2003).

Além disso, um novo paradigma tecnológico e científico elevou os níveis de competitividade e crescimento econômicos das potências, a partir da “Segunda Revolução Industrial”, exemplificada pela consolidação da modernização e do crescimento econômico dos Estados Unidos e do Japão (LESSA, 2015). Por isso, Lessa (2015) considera o fim do século XIX e o início do XX como o declínio da *Pax Britannica*, da hegemonia do Reino Unido no sistema internacional, calcada na política de isolamento esplêndido que fomentava a expansão dos interesses econômicos e políticos britânicos.

De um lado, mostra Lessa (2005), outros países europeus conseguiram entrar no cenário internacional econômico e retiraram o Reino Unido de sua hegemonia, a exemplo da Alemanha e dos EUA. Já por outro, as transformações produtivas foram desenvolvidas por novos métodos de produção em grande escala de aço e produtos químicos, por meio das novas fontes de energia da eletricidade e do petróleo (LESSA, 2005).

Essa época também foi marcada pelo complexo sistema de alianças construído por Bismarck, feito para arrefecer os problemas das relações internacionais entre as grandes potências

na Europa e impedir guerra entre elas, equilibrando as forças do sistema internacional (LESSA, 2005). Entretanto, mostra Henry Kissinger (2015), após a renúncia forçada de Bismarck, a partir dos anos 1890 o sistema internacional ficou mais rígido, pois o novo governo alemão tinha ímpetos imperialistas ainda mais fortes e chocava-se com os interesses britânicos. Dessa forma, criou-se uma bipolarização inflexível, onde de um lado estavam aliadas Grã-Bretanha, Rússia e França, na Entente Cordiale, após 1904, e de outro, a Tríplice Aliança, a qual reunia desde 1882 o Império Alemão, a Áustria-Hungria e a Itália (DÖPCKE, 2007).

Já no campo ideacional, o evolucionismo possibilitou a tomada de consciência da elite europeia de sua liderança na expansão mundial do capitalismo, parcialmente legitimando a “superioridade” da civilização europeia em decorrência das leis naturais que orientariam a história de todas as demais sociedades (ORTIZ, 1986). Nesse sentido, Alda Heizer e Margarida Neves (1991) mostram a crença no progresso, associada à civilização, responsável por trazer paz e prosperidade aos novos tempos.

Segundo Renato Ortiz (1986), três ideias delineiam a produção da época: o positivismo de Auguste Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. Diferentes entre si, todas carregam o mesmo aspecto da evolução histórica e linear dos povos, aceitando a ideia de que o “simples” (povos originários) evoluiria naturalmente para o mais “complexo” (as sociedades ocidentais), procurando balizar as leis que guiarão o progresso humano (ORTIZ, 1986).

Outrossim, para Wolfgang Döpcke (2007), a retomada da onda colonial por parte das grandes potências foi um fato, classificada como neocolonialismo, e também divide-se em dois períodos: de 1870 a 1890, a partilha dos territórios coloniais não suscitou muitas tensões entre as potências, e esses eram utilizados para suprimir os conflitos no continente, criando rivalidades independente das relações dentro da Europa; já a partir de 1890, a concorrência colonial aumentou as rivalidades dentro e fora do continente europeu, elevando as tensões.

Em relação à África, diz Döpcke (2007), de 10% do território controlado pelos países europeus em 1876, o número chegou a 90% em 1900, e a corrida colonial teve sua intensificação com a Conferência de Berlim de 1884-1885, a qual reconheceu a ocupação colonial efetiva das potências. Na Ásia, o imperialismo combinou a conquista territorial e a influência informal, seja com a posse britânica da Índia e o início da política colonial dos EUA, seja com os protetorados

informais criados na época, como as divisões das potências de áreas de influência na China e o protetorado estadunidense a Cuba (DÖPCKE, 2007).

Nesse sentido, a França expande seus domínios para o Mediterrâneo e o norte da África, também colonizando o Sudeste Asiático e criando sua Indochina; ao passo que a Alemanha apodera-se de territórios nas partes oriental e sudoeste africanas, também colonizando algumas ilhas do Pacífico (NEVES, 2003). Por sua vez, a Itália apodera-se da Líbia, Eritreia e parte da Somália, junto com a manutenção holandesa de possessões asiáticas e da expansão do Japão para a Coreia e a China, mostra Neves (2003). E como se não bastasse, a Rússia projeta-se na região dos Bálcãs, e os Estados Unidos começam a estabelecer sua influência nos países da América Central e nas ilhas do Pacífico (NEVES, 2003).

Dentro desse contexto, a expansão da influência dos Estados Unidos advinha da auto-legitimada Doutrina Monroe. Para Delgado de Carvalho (1998), a Doutrina Monroe significava o interesse específico e especial dos Estados Unidos pelo continente americano, sempre atento aos interesses de outros países, mormente da Europa, a serem manifestados em relação à América, sendo assim um entendimento entre os EUA e os países europeus.

Após a Guerra Hispano-Estadunidense de 1898, os Estados Unidos adentraram no cenário da política internacional, criando a política do “Big-Stick” e o “corolário” de Theodore Roosevelt, iniciando intervenções na América Latina (CARVALHO, 1998). Após tornar-se uma potência, os EUA transformaram Porto Rico, as Filipinas e Guam em colônias, ao passo que na América do Sul, o governo estadunidense adicionava novos sentidos à Doutrina Monroe para intervir nas políticas dos países latino-americanos (DÖPCKE, 2007).

### 3.1.2 CENÁRIO DOMÉSTICO

Durante o final do século XIX, o Segundo Reinado encontrou-se sitiado por várias crises domésticas, as quais promoveram o declínio da monarquia brasileira. Conforme Ricupero (2017, p. 238), a vitória da Guerra da Tríplice Aliança foi o “[...] brilho derradeiro de uma estrela em extinção”. O movimento republicano a partir de 1870, os atritos entre o Estado e os militares, e o encaminhamento da questão da abolição, minaram as bases de apoio do Império, considera Boris Fausto (2013).

Em 1872, o Nordeste comportava 46,6% da população total, ao passo das quatro províncias cafeeiras e a “Corte” terem 40,7%, o Sul com 7,3, e o Centro-Oeste e o Norte com

2,2% e 3,3%, respectivamente – o que viria a mudar em 1890, com 41,9% no Nordeste, 42,6% na região cafeeira, 10% no Sul e quase as mesmas parcelas no Norte e no Centro Oeste (ABREU; LAGO, 2014).

Economicamente, diz Fausto (2013), o país era essencialmente agrícola, com no início dos anos 1870, 80% dos brasileiros dedicando-se à agricultura, e nessa mesma época, consolidou-se a preponderância do desenvolvimento econômico da região Centro-Sul em detrimento do Nordeste, já que o consumo mundial de café aumentou vertiginosamente. Foi também a época do impulso da produção de borracha na região amazônica, com o aumento das exportações e a criação de um polo econômico regional (FAUSTO, 2013).

No afã da modernização, a partir dos anos 1870, foram criadas as linhas telegráficas para os EUA e os países europeus, e nas linhas submarinas constituídas pelos britânicos, a *Western and Brazilian Telegraph* operava os cabos marítimos costeiros, e a *Brazilian Submarine Telegraph Co.*, os transatlânticos (GRAHAM, 1968, p. 303 apud ABREU; LAGO, 2014, p. 14). Para Antônia Wright (2004), o processo de modernização e progresso aplicado apenas a uma parca parcela da burguesia, o crescimento da campanha abolicionista e a própria Abolição, auxiliaram a elite brasileira a não mais defender o regime monárquico.

Nos trinta anos finais do Império, o governo lançou sucessivas leis contrárias à escravidão, tais como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, libertando determinadas parcelas dos escravizados e colidindo com os interesses da classe social dominante (FAUSTO, 2013). Era a resposta imperial às demandas sociais, mormente ao movimento abolicionista cada vez mais forte, composto por pessoas de diversas classes sociais e etnias, ao fundar associações, jornais e realizar propaganda a fim de libertar os cativos e desorganizar o trabalho escravo nas fazendas (FAUSTO, 2013).

Diante da situação, foi criada e sancionada em 1888 pelo governo a Lei Áurea, destinada a abolir integralmente a escravidão e assinada pela princesa Isabel. Libertos legalmente, os ex-escravizados viram-se dentro de uma estrutura onde havia poucas oportunidades para eles e os preteria frente aos imigrantes nas áreas econômicas mais dinâmicas, reforçando ainda mais o preconceito e o racismo, sobretudo nas regiões de maior imigração europeia (FAUSTO, 2013).

De fato, devido ao fim do tráfico dos escravizados e as sucessivas leis abolicionistas, entre 1871 e 1880, chegaram aproximadamente 219 mil imigrantes ao Império, com média anual

de 11 mil, a maioria de nacionalidade italiana após 1870 (ABREU; LAGO, 2014). Esse número aumenta para Bethell (2014), chegando a 450 mil imigrantes europeus apenas na década de 1880, cujos dois terços concentram-se nos anos 1888 e 1889, e a grande maioria destinou-se para São Paulo, devido à disposição do governo provincial em custear as viagens – assim, somou-se uma nova dimensão nos vínculos entre Brasil e Europa.

Por sua vez, o republicanismo toma força quando é publicado o “Manifesto Republicano” e fundado o Partido Republicano Paulista, sustentando a ideia do federalismo e da maior autonomia das províncias (FAUSTO, 2013). Para Sérgio Buarque de Holanda (2005), o movimento utilizou da propaganda contra a PEB para desmoralizar a monarquia, defendendo a importância do Brasil estar presente no entorno regional não como um país intervencionista, mas sim integrado e livre dos preconceitos. Por isso, para Holanda (2005), os primeiros brasileiros a possuírem predileção aos países platinos foram os defensores republicanos.

O Manifesto sintetiza bem as demandas dos republicanos: “Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma [atual] de governo é em sua [essência] e em sua [prática], [antinômica] e hostil aos direitos e aos interesses dos Estados americanos”, e por isso “o nosso esforço dirige-se a [suprimir] este estado de [coisas], pondo-nos em [contato] fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte” (PARTIDO..., 1870, p. 85, grifo nosso).

Em outro aspecto, os militares não eram alvo de prioridade pelo governo, o qual preferia a Marinha, e as pobres condições de vida e baixa remuneração desencorajavam a participação dos filhos das elites (FAUSTO, 2013). Após a participação na Guerra do Paraguai, o Exército ganhou prestígio e passou a se expressar na política, suscitando as ideias republicanas entre seus regimentos e fomentadas pelos atritos com o regime (FAUSTO, 2013). O desfecho deu-se quando o marechal Deodoro da Fonseca foi escolhido por líderes civis e militares para liderar um movimento contra o gabinete imperial, levado à cabo após boatos da prisão do marechal e da extinção do Exército.

Ademais, como bem denota Perrone-Moisés (1997), a França foi o grande farol cultural da elite brasileira. Dela mesmo veio a ideia de uma “América Latina”: preocupado com a dominação econômica e cultural anglo-saxônica na região, Napoleão III evocou uma ideia de “Latinidade” que asseguraria a anexação do México e a aliança com os demais países da região, e embora não tendo acontecido, a vitória cultural francesa foi iminente (PERRONE-MOISÉS,

1997). No fim do Império brasileiro e no início republicano, Paris era, indubitavelmente, a capital cultural da América Latina (RIVAS, 1993 apud PERRONE-MOISÉS, 1997, p. 251).

Dessa forma, considera Perrone-Moisés (1997), o Brasil estava inserido em um contexto no qual o governo imperial (e republicano, posteriormente) construiu sua identidade como uma imagem autodepreciativa, reconhecendo sua inferioridade em relação aos cânones europeus, e por isso deveria sempre trabalhar para se igualar à Europa.

Sob tal ótica, o tema da mestiçagem retoma a imagem do Brasil como um “cadinho de etnias”, uma miscigenação que afirma a constituição do país por meio da fusão do branco, do indígena e do negro, ainda que se atribuísse a superioridade das pessoas brancas no processo civilizatório brasileiro (ORTIZ, 1986).

Nesse sentido, a elite brasileira incorporava as teorias racistas europeias, deixando de lado apenas as diferenças raciais inatas e a inferioridade do sangue mestiço, e no processo de evolução, a imigração europeia era necessária para o “branqueamento” da sociedade brasileira – tanto é que a imigração chinesa foi proibida justamente por não se enquadrar no padrão europeu (SKIDMORE, 1976). Segundo Thomas Skidmore (1976), a elite acreditava que a porcentagem da raça africana deveria diminuir e precisava desaparecer pela raça branca, ao passo do preconceito racial no Brasil diferir do ocorrido nos EUA pela diferença na condição social do mestiço.

Nesse sentido, Skidmore (1976) mostra uma certa confiança da elite brasileira em relação ao branqueamento da população. Esse otimismo se devia ao fato de que no Brasil não existiam as mesmas divisões raciais que nos EUA, o que abriu margem para a existência dos mulatos. Para essa ideia da miscigenação étnica brasileira, o componente genético do branco prevaleceria, resultando em uma população brasileira branca.

Nessa concepção, “o Império inventava-se como um bastião da civilização (‘europeia’ naturalmente) cercado de repúblicas anárquicas. Um Império distante e tropical, mas fundamentalmente civilizado, e, portanto, europeu” (SANTOS, 2004, p. 25). Findada a monarquia, o novo governo brasileiro associou sua legitimidade a ideia de nação, como já se utilizava ao redor do sistema internacional, e adotou o republicanismo, estreitando seus laços com a América, e se dissociando a Europa das dinastias do Antigo Regime, mostra Luís Santos (2004).

De fato, a abolição da monarquia e o reordenamento ilusório do poder trouxeram mudanças institucionais, alterando o regime para uma república federativa, dotando as

ex-províncias de maiores poderes. Para Fausto (2013), os partidários da república liberal apressaram-se em convocar uma Assembleia Constituinte para não estender o poder provisório de Deodoro, criando a Constituição de 1893, consagrando aos novos estados da União a capacidade de realizar empréstimos no exterior, instaurar impostos para exportação e organizar forças militares e de justiça próprias. Nem todos os republicanos possuíam as mesmas visões, mas acordos tácitos garantiam que o poder sempre remanescesse entre os militares e os fazendeiros do café (FAUSTO, 2013).

A Revolta da Armada, no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), foi um grande desafio para a estabilização do novo regime. Em setembro de 1893, o almirante Custódio de Melo e demais comandantes insurgiram-se, tendo sido necessária a intervenção estrangeira, implorada pelo governo de Floriano, para proteger a cidade e os cidadãos do Rio de Janeiro (RICUPERO, 2017). Após deliberação, os comandantes dos navios estrangeiros aportados na Baía intimaram os revoltosos, informando que se oporiam pela força contra qualquer ataque rebelde à cidade, daí conseguindo mediar um acordo entre as partes envolvidas (CARVALHO, 1998).

Porém, o almirante Saldanha da Gama adere à revolta e bloqueia a alfândega, suscitando uma nova intervenção estrangeira, dessa vez especificamente pelos Estados Unidos, e novamente engendrada pelo governo (RICUPERO, 2017). Salvador de Mendonça, representante do Brasil nos EUA, foi o grande responsável pela vitória legalista, porque conseguiu persuadir o governo estadunidense a enviar uma força naval de cinco navios para a Baía de Guanabara, salvando a manceba república (RICUPERO, 2017).

Além disso, o fluxo de imigrantes da Europa ocidental, do Japão e do Oeste Asiático intensificou-se bastante, sendo o grande momento da imigração no país, e completou a evolução para a economia capitalista assalariada ao contribuir para a formação de um mercado interno (RICUPERO, 2017). Conforme aponta Bocchi et. al (2010), ainda na vigência do modelo primário exportador brasileiro e depois de ensaios industriais fracassados, a economia brasileira já possuía um mercado de mão-de-obra assalariada, advindo da imigração em massa que paulatinamente suplantou a escravidão.

Isso contribuiu, além dos modais para o transporte efetivo da produção cafeeira e da mudança na ideologia das elites (as quais perceberam a vulnerabilidade econômica cafeeira com as crises superprodutivas), para condições mínimas da produção capitalista industrial (BOCCHI et. al, 2010). Porém, como mostra Fausto (2013), a preocupação do Estado não estava voltada à

indústria, ainda que a tenha impulsionado, mas sim nos interesses agroexportadores, e não promoveu medidas deliberadas de desenvolvimento industrial, insuficientes para abrir caminho ao seu desenvolvimento livre.

Assim, o café continuou como o principal eixo da economia, mantendo uma média de 60% nas pautas de exportação brasileira até o fim da Primeira República, e dele provinha o emprego nas áreas desenvolvidas do país e as divisas para quitar a dívida externa (FAUSTO, 2013). Também, a produção de borracha atingiu o ápice, a ponto de ser o segundo produto exportado entre 1898 e 1910, ratificando a posição de um país ainda agrícola, onde quase 70% das pessoas dedicavam-se à agricultura, e apenas 13,8% à indústria e 16,5% ao serviços (FAUSTO, 2013).

Realmente, durante o governo de Campos Sales (1898-1902), as elites cafeeiras dos principais estados consolidaram-se no poder, abrindo caminho para a construção da república das oligarquias regionais, comandada pelas elites de São Paulo e Minas Gerais (FAUSTO, 2013). Nesse sentido, Sales associou os interesses dos setores oligárquicos ao desenho republicano brasileiro, iniciando a chamada “Política dos Governadores”, garantindo ao governo federal a base eleitoral fomentada pelos governos estaduais, ao passo que destinava verbas e se retirava da política local, dando mais poder aos governadores e aos coronéis, chefes locais (NEVES, 2003).

Sob tal ótica, mostra Neves (2003), o coronelismo dominava os setores políticos e econômicos, e moldava a vida da população, principalmente o voto não obrigatório, visto como moeda para troca de favores e garantidor da manutenção das oligarquias regionais nos estados. Assim, garantia-se o apoio para a presidência da república, ora saída de São Paulo, ora de Minas Gerais, os grandes centros de café e eleitorado, respectivamente (NEVES, 2003).

Instaurada a república, as grandes novidades eram vistas no cotidiano do país, e a ideia de progresso e civilização transmutava o país, estimulando as principais cidades a difundirem a eletricidade, os bondes, a urbanização e afins. (HEIZER; NEVES, 1991). Logo, coube à presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) coroar o projeto de ordem, progresso e civilização das elites governamentais, transformando o Rio de Janeiro em uma cidade similar às metrópoles europeias e totalmente higienizada pelos esforços de Oswaldo Cruz (NEVES, 2003).

A capital, metonímia do Brasil, procurava imitar os padrões, instituições e valores das sociedades consideradas progressistas e civilizadas, associando essas características à modernidade buscada pelos governos imperial e republicano (NEVES, 2003). Assim, ela

representava para os cidadãos brasileiros e para os estrangeiros, bem como aos líderes da república, o glorioso ingresso do Brasil na seara do progresso e da civilização, defende Neves (2003).

Logo, na visão do governo, em oposição ao atraso colonial, o Brasil ingressava na mais alta seara do progresso, apresentando indústria, comércio e cultura bem mais elevada do que outrora apresentara Portugal, coroando a república com a civilização dos trabalhadores livres das modernas indústrias, ao contrário da selvageria criada pela escravidão africana utilizada nos parques engenhos que denotavam o atraso (NEVES, 1986).

Por fim, associado a essa ideia, o governo republicano continuou com a política racista de “branqueamento da população”, associada ao fomento à imigração. A elite intelectual brasileira concilia a adoção das teorias racistas estrangeiras com os desafios domésticos para criar uma identidade nacional (ORTIZ, 1986). Imbróglios como a abolição, o uso do ex-escravo como proletário, a imigração estrangeira e a proclamação da República, são arregimentados pelas teorias acerca da raça para justificar as condições reais – longe do parâmetro dos Estados dominantes – da nova república como nova forma político-econômica (ORTIZ, 1986).

Ademais, considera Ortiz (1986), também servem para projetar o futuro do país com uma nação criada propriamente dita, principalmente quando a política de imigração europeia era tomada como forma de branqueamento da população. Logo, a inferioridade de determinadas etnias explicava o motivo do atraso brasileiro, e o mestiço era considerado a saída para uma coesa unidade nacional (ORTIZ, 1986).

Como exemplo, o decreto de 28 de junho de 1890 ordenou “livre a entrada [...] dos indivíduos [...] aptos para o trabalho [...] excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso [...] poderão ser admitidos” (BRASIL, [c. 2021]), direcionando a PEB de forma a que “os agentes diplomáticos e consulares [do Brasil] obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos [imigrantes] [daqueles] continentes, [comunicando] [imediatamente ao Governo Federal] [...] quando não o puderem evitar” (BRASIL, [c. 2021]).

### **3.2 A PEB NO OCASO DO IMPÉRIO**

Ao final do Império, a distensão externa e o universalismo regeram concomitante e associadamente a política externa: a primeira foi vinculada aos eventos na região platina e

administrada pelo Estado para relacionar-se no Prata sem gerar nova guerra, gerenciado as pendências externas; enquanto o segundo foi utilizado para angariar maior prestígio e extensão à PEB para ajudar em questões econômicas e políticas (BUENO; CERVO, 2011; CORONATO, 2014).

Além disso, os problemas diplomáticos com a Inglaterra (Questão Christie) e os Estados Unidos (navegação do rio Amazonas) são encerrados, e o período também se caracteriza pela flexibilidade da doutrina brasileira de limites, aceitando arbitramentos em algumas situações, o que era tradicionalmente rejeitado visando à soberania (BUENO; CERVO, 2011). Pelas duas forças, consideram Bueno e Cervo (2011), o Brasil aproxima-se, com receio, do ressurgido pan-americanismo dos EUA para manter e ampliar a exportação de café e abrir-lhe a economia para investimentos e invenções.

Na década de 1880, a PEB dirigiu-se à região do Rio da Prata por um “retraimento vigilante”, nas palavras de Bueno e Cervo (2011. p. 117), devido ao foco do governo imperial voltar-se às questões domésticas. Conforme Ricupero (2017), os anos 1880 foram a era dourada do regime argentino, devido ao auxílio dos investimentos britânicos tornarem-no uma rica economia periférica ao Império Britânico, juntamente com a imensa leva de imigrantes europeus garantidora da mão-de-obra necessária.

Desse modo, o crescimento argentino era visto com preocupação pelo governo imperial, pois outro país poderoso o suficiente na região poderia ameaçar seus interesses. Logo, a rivalidade com a Argentina foi uma constante na PEB, principalmente após o regime argentino investir na modernização dos seus exército e marinha (RICUPERO, 2017). Para Ricupero (2017), essa rivalidade e a preocupação imperial foram alguns dos motivos para que o Império tenha se engajado em iniciativas de prestígio internacional, para concorrer com o progresso econômico e cultural de Buenos Aires.

Logo, se essa rivalidade entre os dois países era uma das causas do Império ter feito sua política externa universalista, então pode-se presumir que a participação brasileira no certame parisiense de 1889 também fora nesse sentido, qual seja, competir com o brilho e a glória da cultura e economia da Buenos Aires em ascensão. Além disso, a preocupação e rivalidade também influenciaram as posteriores medidas republicanas de realinhamento e aproximação do Brasil com os EUA, e da política do barão do Rio Branco em aproximar-se dos demais países da região do Cone Sul (RICUPERO, 2017).

Por sua vez, o universalismo caracterizava-se pela impressão de maior prestígio e extensão à PEB, sendo programadas viagens internacionais do imperador, participação do Brasil em eventos internacionais e aproximação ao pan-americanismo dos EUA – tanto d. Pedro II investe elevado prestígio pessoal para resguardar o interesse brasileiro no exterior, tornando o Brasil ainda mais conhecido, quanto ocorre a abrangência das relações internacionais, estabelecendo-se relações diplomáticas regulares mesmo com a China (BUENO; CERVO, 2011; CORONATO, 2014).

Nessa esteira, Daniel Coronato (2014) mostra que o próprio Império era convidado a participar de grandes eventos internacionais, com a presença nesses certames marcando uma atitude universalista da política externa brasileira. As exposições tornavam-se importantes por conseguirem promover comercialmente o Império do Brasil e elevar o prestígio do país frente aos demais atores da política mundial (CORONATO, 2014).

Nessa conjuntura, estava a política imperial de atrair imigrantes chineses para trabalhar nas lavouras de café, mas a maioria do Parlamento brasileiro considerava a vinda desses imigrantes como uma forma de contaminação da raça brasileira, pois trariam costumes considerados torpes para uma civilização (BUENO; CERVO, 2011; SKIDMORE, 1976). Assim, o governo não conseguiu a autorização da imigração chinesa, também barrada pela China devido à precária situação a qual seus emigrantes (*coolies*) eram submetidos tanto no Brasil quanto em outros países, dizem Bueno e Cervo (2011).

Logo, o interesse nacional no Império foi sendo construído graças ao fortalecimento da instituição política e dos órgãos que se envolveram na condução da política externa brasileira. Entretanto, mesmo com os diversos atores, segundo Amado Cervo (2003), esse interesse não era propriamente nacional, pois os dirigentes imprimiam na política exterior os próprios interesses do grupo socioeconômico predominante (dispor de mão de obra, exportar produtos primários e importar bens diversos), condicionando o processo decisório em política externa à leitura restrita do interesse nacional da elite – algo que será legado à Primeira República.

Também, Ricupero (2017) mostra que a proximidade da PEB com as monarquias europeias dava-se mormente no âmbito das solidariedades protocolar, decretando luto oficial pela morte de membros das famílias reais, e dinástica, quando o governo recebeu o representante diplomático do Império do México, governado pelo primo-irmão de d. Pedro II. Situação totalmente diferente via-se em relação aos Estados Unidos. Essas ações de afinidade à Europa

nem aproximavam e nem criavam simpatia com os Estados Unidos, cujas relações eram repletas de desentendimentos e desconfianças (RICUPERO, 2017). E não seria para menos: enquanto a solidariedade protocolar às monarquias europeias era regra na política externa imperial, o mesmo não acontecia em prol dos EUA, já que quando o presidente Abraham Lincoln foi assassinado, o governo imperial recusou a decretar luto oficial, a despeito da imensa comoção no Rio de Janeiro (HOLANDA, 1972, t. 2, v. 5, p. 43 apud RICUPERO, 2017, p. 243).

Como mostra Sérgio Danese (2017), durante os 49 anos do Segundo Reinado, o imperador d. Pedro II viajou três vezes ao exterior (entre maio de 1871 a janeiro de 1873; março de 1876 a setembro de 1877; e junho de 1887 a agosto de 1888), priorizando os países europeus e sem nunca ter visitado os países da América Latina, visitando apenas, no continente americano, os Estados Unidos e o Canadá. Nesse contexto, mostrava-se então um Brasil associado à Europa, cuja monarquia ilustrada se assemelhava aos governos perseguidores do progresso no Velho Continente, e distante da América do Sul, instável e republicana.

No âmbito diplomático, o posto brasileiro em Washington era considerado pequeno e destoante dos europeus, além de sempre tratar de questões problemáticas, enquanto os diplomatas estadunidenses eram conhecidos por seus negócios escusos (RICUPERO, 2017). Vistos como um país de governo ambicioso, os EUA não deveriam estar associados à imagem do Brasil, e por isso esse não se importava em simpatizar com o governo republicano no mesmo nível que o fazia em relação aos países europeus.

Porém, deve-se perceber que a partir dos anos 1870, as relações entre os dois países começam a melhor serem tratadas, por ambas as partes. A partir de 1873, o café brasileiro entrou livre de impostos no mercado dos EUA, pois esse se tornou o primeiro importador do produto, e doravante da borracha, gerando os *superávits* comerciais constantes e responsáveis por compensar os déficits com os países europeus (RICUPERO, 2017).

O progresso técnico e o crescimento dos EUA após a guerra de Secessão refletiam a imagem de um país em constante crescimento, rapidamente ascendendo de importância no plano internacional, e já era vista pelo governo brasileiro com curiosidade (WRIGHT, 2004). Nesse contexto, em face da grande parte das elites agrárias estar avessa às modernizações e ao progresso técnico, diversas empresas estadunidenses conseguiram realizar acordos com o governo imperial para a concessão de empreendimentos considerados modernos, como telégrafos, submarinos e linhas de transporte e de correios a vapor (WRIGHT, 2004).

Portanto, de uma constante apatia e desconfiança, o governo imperial aproximava-se lentamente dos ianques, mas ainda possuía a Europa como um forte eixo da diplomacia brasileira, e sempre taciturno diante de outras formas de relação. Desse modo, se a lenta aproximação com os EUA era uma das formas do universalismo, já reconhecidos como um nação em ascensão e em busca do progresso, a tônica em prol da Europa era clara em 1889, quando da participação brasileira na I Conferência Pan-Americana: “O Brasil não tem interesse em divorciar-se da Europa; bem ao contrário, convém-lhe conservar e desenvolver as suas relações com ela, [...] para estabelecer um equilíbrio exigido pela necessidade de manter a sua forma atual de governo” (AHI/RJ, 273/3/5 apud SANTOS, 2004, p. 117, grifo do autor).

### **3.3 A PEB DO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Segundo Ricupero (2017), ser republicano conforme os idealizadores do Manifesto não significava apenas a troca de regime, mas sim alterar a base da política externa feita pelo governo imperial, construindo outra que prezasse menos as monarquias europeias, e mais os países da América Latina.

Instaurado o novo regime, o reconhecimento internacional foi rápido pelo fato de não haver uma terceira potência associada, e no mesmo ano reconheceram 16 repúblicas americanas, ao passo das potências europeias em 1890 (CARVALHO, 1998). Para Bueno e Cervo (2011), o rápido reconhecimento das repúblicas sul-americanas decorreu da solidariedade com o novo regime brasileiro, inaugurando a tão desejada aproximação cordial dos países com o Brasil.

Conforme Carvalho (1998), foi o Uruguai quem primeiro reconheceu a república, e no mesmo dia, o governo dos EUA telegrafou para o representante estadunidense a fim de autorizar a manutenção das relações com o país tropical. Entretanto, os Estados Unidos só reconheceram o novo regime em janeiro de 1890, após uma sessão no Senado que dividiu opiniões (CARVALHO, 1998). O reconhecimento, ainda no mesmo ano, das repúblicas americanas, foi um sinal da aproximação republicana e da cordialidade com a qual esses países receberam a notícia da queda da última monarquia da região.

Desse modo, para Ricupero (2017), após a instauração da República, a política exterior caminhou para uma reorientação e ganhou três novas tendências: promoveu estreitamento da relação entre o Brasil e os Estados Unidos, devido à afirmação do poder político dos EUA; enfatizou maior cooperação com os vizinhos latino-americanos, observando a

intensificação do relacionamento cooperativo na região, seja pelo pan-americanismo seja por iniciativas regionais próprias; e inseriu-se em lances iniciais de diplomacia multilateral nas searas regional, pan-americana e global.

Essas tendências se faziam presentes ao longo de todo o período da Primeira República, sendo o barão do Rio Branco o grande responsável de um novo “paradigma” de política externa estruturado nos eixos de política territorial, e das relações de poder assimétricas – aproximação aos EUA para melhor desenvoltura regional – e simétricas – reciprocidade e liderança na região sul-americana (RICUPERO, 2017).

Logo, a política externa diminuiu seu direcionamento à Europa – pelo país não ser mais correligionário de regime e pelo receio de intervenções imperialistas –, direcionando as relações internacionais para a aliança tácita com a nova potência hegemônica da América, a “aliança não-escrita” cunhada por Bradford Burns (BUENO; CERVO, 2011). Também foi utilizada pelo chanceler Paranhos Júnior no sentido de manter o relacionamento dos países vizinhos em bom nível para recuperar o prestígio nacional na região do Prata, rompendo com o isolamento imperial pelas tentativas multilaterais, ao procurar fazer presente o país em conferências americanas e inter-regionais (BUENO; CERVO, 2011).

Para Breda dos Santos (1991), a política externa da Primeira República não representa uma cisão total em relação ao Império, representando uma continuidade em relação a certos assuntos, como a preocupação brasileira em demarcar suas fronteiras juridicamente. Entretanto, a autora também assume que houve reorientações, sendo a principal delas a substituição da estreita parceria da diplomacia brasileira do Reino Unido para os Estados Unidos, acompanhando a nova configuração mundial capitalista, tornando aqueles o novo centro da PEB – a atuação do barão do Rio Branco é o auge dessa tendência (SANTOS, 1991).

Portanto, as relações internacionais do país foram direcionadas para os EUA, havendo a “republicanização” e “americanização” da política externa, à medida que se privilegiava agora o continente americano e fechava legações europeias improdutivas (BUENO; CERVO, 2011). Foi, para Bueno e Cervo (2011), o rompimento com o Império, ao procurar ser pan-americanista e aproximar-se da região, focando nos Estados Unidos, por serem então os maiores compradores de café brasileiro.

Realmente, uma das primeiras medidas do governo provisório foi aceitar a proposta argentina de negociar uma solução para a questão fronteira pendente, desaguando no tratado

entre os dois países em 1890, o qual dividia a área contestada ao meio para as duas partes (RICUPERO, 2017). Sem dúvida, em uma trajetória de extremo cuidado com as questões lindeiras, o tratado de divisão igualitária significou a prova da americanização do novo regime, a ponto do preâmbulo do documento descrever a conjuntura “sob os auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos de fraternidade que devem subsistir entre todos os povos deste Continente” (RICUPERO, 2017, p. 259).

Assim, segundo Ricupero (2017), ainda que o Congresso tenha rejeitado o tratado, o episódio realça a tendência de sacrificar os interesses nacionais à simpatias e ilusões de afinidade ideológica, uma das características da diplomacia do início da República. Também, o regime introduziu na Constituição de 1891 dispositivos os quais exigiam recurso prévio ao arbitramento antes de declaração de guerra, e o banimento da guerra de conquista, diferenciando-se da PEB imperial avessa quase sempre ao arbitramento como meio de solução pacífica de controvérsia e que flertava com os espólios de guerra quando necessário (RICUPERO, 2017).

Outrossim, salientam Bueno e Cervo (2011), a PEB norteou-se pelos princípios do pan-americanismo – procurando aproximar-se das nações latino-americanas e principalmente dos Estados Unidos (“republicanizando” as relações internacionais e privilegiando a América) –, o juridicismo – ao realizar e respeitar tratados e convenções, bem como findar problemas lindeiros dessa forma –, o realismo – preocupação com armamentismo argentino e atenção ao equilíbrio de forças no Cone Sul – e, para Ricupero (2017), o pacifismo republicano – contrastante com a diplomacia imperial platina de intervenções nessa região.

De fato, os principais eventos históricos, de certa forma, mostram as preocupações da política externa brasileira do início da Primeira República. A participação brasileira (substituída após a queda da monarquia) na I Conferência Pan-Americana, em Washington, realizada em 1889, bem demonstra isso. Segundo Luís Villafañe Santos (2004), a participação brasileira nesta I Conferência é um exemplo da mudança de paradigma da PEB: durante a monarquia, as instruções imperiais eram desconfiadas e colocavam os representantes brasileiros contrários a quase todos os objetivos propostos para o evento, e a delegação aceitou ir na seara de mostrar o Império afeito ao progresso; instaurada a república, a nova delegação brasileira enviada foi autorizada a dar um “espírito americano” e inverteu suas posições em relação aos temas tratados, apoiando os EUA e a Argentina (SANTOS, 2004, p. 144).

Ademais, da “americanização” da política externa, foi concluído o acordo comercial de 1891 com os Estados Unidos, pelo qual a isenção de tarifas à entrada de produtos brasileiros naquele mercado seria expandida (abarcando, além de café e borracha, o açúcar nordestino), isentando o trigo e outros produtos dos EUA (RICUPERO, 2017). Mesmo que tenha sido denunciado três anos depois, o acordo não só foi aprovado por decreto presidencial por Deodoro, ante à oposição ao documento, como foi o primeiro acordo do tipo realizado pelo Brasil desde o rechaço imperial à conclusão de tratados do tipo com nações poderosas (RICUPERO, 2017).

Conforme Francisco Doratioto (2018), essa ideologia de irmandade aos países do Prata seria substituída pelo pragmatismo de Floriano Peixoto, quem voltou às ações imperiais ao conter a Argentina e intervir em assuntos domésticos no Paraguai. Porém, afora essa continuidade, outra prova da mudança de paradigma foi o uso do apoio externo para manter-se no poder e garantir a sobrevivência da república (DORATIOTO, 2018).

Quando do episódio da Revolta da Armada, o governo Cleveland foi solícito com a república de Deodoro da Fonseca a ponto de sugerir a imediata intervenção dos EUA no Brasil antes que os países europeus fizessem, e só consentiu com a intervenção coletiva quando as potências europeias declararam não possuírem objetivo se não a paz no país tropical (COSTA, 1945, p. 193 apud CARVALHO, p. 1998, p. 180). Cleveland, mostra Costa (1945, p. 193 apud CARVALHO, 1998, p. 180), chegou a aprovar a sugestão do enviado brasileiro Salvador de Mendonça de considerar qualquer intervenção nas lutas domésticas brasileiras como uma agressão à Doutrina Monroe, declarando que estaria pronto a enviar o ultimato de guerra à Europa caso houvesse ato justificável.

Como considera Graham Stuart ([s. d.], p. 485 apud CARVALHO, 1998, p. 364), desde a proclamação da república, as relações entre o Brasil e os EUA eram as mais cordiais do país ianque do que com qualquer outro país americano, a ponto do governo de Prudente de Moraes ter se mantido amistosamente neutro durante a Guerra Hispano-Estadunidense e da grande popularidade do presidente Cleveland por causa do laudo arbitral sobre o território de Palmas, favorável ao país (CARVALHO, 1998).

No governo de Campos Sales, os focos da PEB foram as relações com a Argentina e EUA, mormente com a primeira, sendo estabelecidas relações cordiais, representadas pela troca de visita dos presidentes dos dois países, e pela defesa de uma “aliança moral” por parte do governo argentino (DORATIOTO, 2018, p. 146). E uma das principais heranças do governo foi a

questão do Acre, ocupado por seringueiros brasileiros e cedido pela Bolívia ao *Bolivian Syndicate* (DORATIOTO, 2018).

Outrossim, em 1899, quando recusou o convite do czar Nicolau II para participar da I Conferência de Haia, o governo brasileiro afirmou não ter aceitado pelo fato da atenção da PEB estar voltada para a América do Sul, considerando impróprio “alimentar ciúmes entre as nações vizinhas” não convidadas e que “nossa política externa girava, portanto, em eixo diferente das conveniências do Velho Mundo” (CARVALHO, 1998, p. 246). Assim, fica exposto que a política externa brasileira da Primeira República não mais cadenciava-se com a Europa, mas sim com a cautela e vigilância perante seus vizinhos, a ponto de não querer suscitar ciúmes ou deselegâncias perante os outros governos republicanos.

Nesse sentido, segundo Bueno e Cervo (2011), a política externa engendrada pelo barão do Rio Branco procurou a solução dos problemas fronteiriços, a consequente manutenção da soberania territorial, a supremacia compartilhada na América do Sul, a defesa da agroexportação, e a restauração do prestígio internacional. A participação do Brasil na Expo de 1904 adentra os três últimos focos.

A partir da gestão do barão, cria-se uma tentativa de que a aproximação externa com os EUA não era nova, mas sim uma espécie de “longa duração” na PEB, uma constante que vinha desde a primeira hora do lançamento do pan-americanismo, utilizando o pioneirismo brasileiro em reconhecer a Doutrina Monroe (RICUPERO, 2004). Uma troca de notas de legações entre o cônsul-geral estadunidense no Brasil e o barão bem mostra a inclinação da política externa brasileira da época à maior proximidade do tácito alinhamento com os Estados Unidos.

Em nota de 20 de janeiro de 1903, o cônsul expressou a preocupação do governo estadunidense à proibição da navegação do Rio Amazonas pela Bolívia, em meio aos conflitos com o *Bolivian Syndicate*, pelo fato da medida afetar o comércio dos Estados Unidos com o governo boliviano (BRASIL, 1904b). Em resposta, Rio Branco comentou sobre um dos motivos da proibição da navegação do Rio Amazonas ter sido o fato da Bolívia “[...] claramente estar conspirando contra a chamada doutrina de [Monroe]”, ao ter transferido direitos do território contestado para o *Syndicate*, composto de europeus e estadunidenses (BRASIL, 1904b, p. 122).

Não se confunda, porém, a aproximação pragmática de Rio Branco transplantada para a PEB como uma forma submissa de alinhamento total aos interesses dos EUA. Segundo Leticia Pinheiro (2004), Paranhos Júnior percebeu o reordenamento do eixo de poder mundial para os

Estados Unidos em decorrência da expansão capitalista, e a América Latina como nova área de influência estadunidense, e a única forma de aumentar a influência brasileira no sistema internacional era obter vantagens com a mais nova potência. Aos EUA interessavam a aproximação com o Brasil, reforçando os ditames da Doutrina Monroe, bem recebida por Paranhos Júnior, e ao barão, interessava os ganhos recíprocos assimétricos, dotando a PEB de um caráter mais pragmático (PINHEIRO, 2004).

Opondo-se firmemente às potências europeias, a aproximação com os Estados Unidos convinha por dois motivos: primeiro, o Brasil era o único país latino-americano a fazer fronteira com três potências europeias (Países Baixos, França e Reino Unido) que eram atraídas para a Amazônia, numa época onde a hegemonia internacional era exercida pelas duas primeiras; segundo, veio do governo estadunidense, pelo presidente Cleveland, a consolidação da república brasileira com o apoio a Deodoro e a Floriano Peixoto, e, sobretudo, o arbitramento em favor do Brasil sobre a posse da região de Palmas, contestada pela Argentina (RICUPERO, 2017).

Ligado à Europa por afetividade e formação cultural, nos anos 1890, o barão do Rio Branco passou dois anos nos Estados Unidos, sendo de grande importância para ele observar analogias e contrastes entre os dois países, desenvolvendo sua política de aproximação com o governo ianque (CARVALHO, 1998). De fato, mostra Carvalho (1998), a convergência nasceu cedo das políticas de Paranhos Júnior, porque ao ser informado das dificuldades dos negociantes brasileiros em relação ao Acre de contatar pessoalmente o presidente Theodore Roosevelt, criou a embaixada brasileira em Washington, a primeira do Brasil.

Além da ação ser acompanhada de ato recíproco pelo governo dos EUA, para ocupar o cargo de embaixador brasileiro, foi escolhido o americanista Joaquim Nabuco, e a elevação à categoria de embaixada assinala o estreitamento de laços do Brasil com os Estados Unidos (BUENO, 2012).

A maior aproximação com os EUA também foi visível nos esforços do barão para o Brasil sediar a III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, em 1906. Realizada na capital, Rio Branco esforçou-se ao máximo para receber condignamente as 20 delegações americanas, e dos EUA viera o próprio secretário de Estado, Elihu Root, o qual constatou naquele evento a “grande unidade política das nações americanas” (CARVALHO, 1998, p. 250).

De fato, pela primeira vez, um secretário de Estado estadunidense participava de conferências na América Latina, devido a forte aliança política e econômica do Brasil com os

EUA, estimulada pelo barão e efetivada por Nabuco, além da amizade de Root com esse último, quem sugeriu a vinda (CARVALHO, 1998; SKIDMORE, 1976).

Para Carvalho (1998), o “americanismo acolhedor” da política externa brasileira foi bem realçado pela presidência da Assembleia do evento ter sido oferecida a Joaquim Nabuco, então embaixador do país nos EUA, e pelo local daquela conferência ter sido o mesmo pavilhão que o Brasil levou à Feira de 1904, sendo nomeado por Paranhos Júnior como “Palácio Monroe” durante o evento de 1906. Um dos membros da III Conferência, falando em nome das demais delegações, declarou que daquela cidade iriam sair mais americanos do que chegaram (CARVALHO, 1998).

Ademais, é importante perceber que mesmo com o foco da PEB sendo continental regional, ao mesmo tempo que sedimentava uma posição única brasileira na seara internacional, a posição do país durante a gestão de Rio Branco foi de contínua aproximação com os países europeus. Conforme Bueno (2012), a criação da embaixada brasileira nos EUA era muito mais do que o estreitamento de laços: conferia prestígio à república sul-americana e a diferenciava do conjunto das nações americanas.

Sob tal ótica, Skidmore (1976) considera o barão como um dos mais importantes propagandistas da imagem internacional do Brasil na época, realizando trabalhos imensos para apresentar uma imagem “civilizada” do país, utilizando de uma política externa racista. Para isso, ele empregava escritores em postos diplomáticos – sobretudo na Europa – e induzia figuras importantes europeias a visitarem o Brasil, mesmo antes de se tornar ministro (SKIDMORE, 1976).

De fato, a gestão do barão reforçou o caráter político elitista do recrutamento ao corpo diplomático brasileiro, decorrente da padronização da origem social dos escolhidos a diplomatas, facilitando a homogeneidade e coesão no meio diplomático (PINHEIRO, 2004). Dessa centralidade do barão nos assuntos de relações exteriores, aliada ao carisma pessoal do chanceler, o ministério das Relações Exteriores ficou sendo uma realidade a parte do governo e da sociedade, sem transparecer ao internacional a dura realidade da maioria da população, considera Zairo Cheibub (1985). E uma das consequências foi a omissão em combater o racismo brasileiro com a PEB, mantendo-o por meio da ação externa.

Nesse ato, uma das maneiras de mostrar um Brasil “civilizado” era preencher o cargo de serviço diplomático com intelectuais e homens brancos os quais poderiam passar uma ideia de

país europeizado que se tornava mais branco, sendo exemplos os diplomatas Oliveira Lima, Rui Barbosa, e Joaquim Nabuco, e escritores como Graça Aranha e Aluísio Azevedo (SKIDMORE, 1976). Raramente mestiços, e apenas para legações da América do Sul (RICUPERO, 2002).

Para Gilberto Freyre (2013), no projeto governamental de uma república neoeuropeia e longe dos traços lusitanos e africanos, Rio Branco era categórico ao considerar a etnia um critério de seleção ao seu pessoal diplomático, passando a impressão ao exterior da continuidade da aristocracia vigente do Segundo Reinado, composta de brancos elegantes versados nas educação e boas-maneiras europeias. Portanto, mesmo reorientada para o âmbito continental, e com a política do barão de estabilidade na América do Sul, a PEB era utilizada para denotar uma suposta exclusividade do Brasil em relação aos demais países do seu entorno, com a proximidade ao EUA mostrar importância regional, ter apoio contra equívocos latino-americanos ao governo brasileiro, e expor uma imagem de Brasil moderno, civilizado e associado ao progresso, assim como os Estados Unidos (BUENO, 2012; RICUPERO, 2002).

À luz dessas considerações, de um país que era considerado *outliner* e visto com insegurança por seus vizinhos, o Brasil agora estava integrado à sua vizinhança, considerado uma irmã republicana. Não era mais um país monárquico associado ao continente europeu, mas sim uma república gloriosa que encontrava em seus vizinhos governos amigos que o saudavam.

## 4 A COROA E A ESPADA NO ESPETÁCULO DAS NAÇÕES

### 4.1 A COROA EXPOSTA NA *EXPOSITION* DE 1889: “O BRILHO DERRADEIRO DE UMA ESTRELA EM EXTINÇÃO”

Participar da *Exposition Universelle* de 1889 não foi fácil. Além dos abalos nas relações dinásticas da casa imperial brasileira, contrárias aos feitos de Napoleão I (ALMEIDA, 2017), a cautela do governo brasileiro deveria ser ainda maior pela liderança alemã, importante monarquia europeia, ao boicote ao evento.

Porém, doméstica e externamente, mostra Almeida (2017), a pressão para a presença do Império era enorme. Participar daquele certame oferecia ao governo imperial e à SAIN, ambos patrocinadores da presença nacional, a oportunidade de mostrar à França e ao resto do mundo o progresso galgado pelo Império desde a última exposição parisiense (BETHELL, 2014).

Em setembro de 1885, Antônio da Silva Prado, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, comunicou ao Senado que o governo se faria representar oficialmente, mas Silva Prado acabou por deixar o governo em 1887, e o novo ministério, em janeiro de 1888, comunicou a ausência (NERY, 1889a). Por isso, a participação nasceu dos esforços de Amedee Prince, Eduardo Prado e Santa-Anna Nery em relação aos brasileiros residentes em Paris, e de outros no tangente aos franceses que negociavam com o Império (NERY, 1889a).

Porém, Antônio Prado retorna ao governo em março de 1888, e no mesmo mês, foi fundado o Sindicato do Comitê Franco-Brasileiro, o qual contactou o governo brasileiro imediatamente a fim de pedir apoio para a participação brasileira no evento do ano seguinte, conseguindo a anuência do imperador (NERY, 1889a).

Logo, a última monarquia da América participaria do certame, mas não em caráter oficial, e sim pelos auspícios do Sindicato. Por um contrato entre o Comitê Franco-Brasileiro e o governo imperial, aquele seria o responsável pela participação brasileira no certame (NERY, 1889a). E como de costume, uma exposição nacional, ocorrida entre 1888 e 1889, foi inaugurada pelo imperador (ALMEIDA, 2006; SCHWARCZ, 1998).

Segundo Almeida (2017), o governo imperial foi o grande auxiliador, concedendo trezentos mil réis para auxiliar a Comissão no certame. Sob a presidência do visconde de Cavalcanti, e da presença de 15 comissários, como Eduardo da Silva Prado e Santa-Anna Nery, coube à Comissão organizar e classificar criteriosamente os produtos brasileiros a serem expostos

em Paris no pavilhão brasileiro, além de formular publicações que detalhassem mais sobre o Império tropical para os visitantes da feira (BRASIL, 1890).

Sob tal ótica, o país apresentou um quadro cronológico das leis de emancipação dos escravizados, corroborando o desejo de ser visto sob uma novo olhar a partir daquele evento (GOLDMAN, 2016). Dessa forma, a participação de 1889 mostrava uma trajetória rumo ao progresso iniciada antes, comprovada no certame (NERY, 1889a).

O Brasil também contou com um pavilhão nacional (figura 6), instalado ao lado de um dos pés da Torre Eiffel. Por uma publicação da SAIN, o empresariado brasileiro ratificou que o pavilhão não deveria ter o recorrente “aspecto silvícola” (GOLDMAN, 2016, p. 74). Planejado por Luiz Dauvergne e dividido em três andares, possuiu 400 metros quadrados, e também uma galeria aberta que ligava o pavilhão a uma estufa octogonal de vidro e ferro (BRASIL, 1890).

**Figura 6 - Pavilhão brasileiro na Exposição Universal de 1889**



Fonte: LE EXPOSITION..., c. 2022.

Além disso, detalhe interessante são as alegorias dos seis principais rios brasileiros, feitas na figura de seis indígenas, todos com traços físicos europeus, e representavam o aborígene, a fertilidade da abundante terra brasileira e a integração do território, também remetendo às descobertas do continente americano pelos ibéricos (BARBUY, 1996).

No jardim, foi construído um lago artificial cuja temperatura de 30°C era mantida por um sistema de aquecimento, tido para comportar as vitórias-régias, e diversas espécies de plantas

tropicais foram dispostas, dando ênfase às palmeiras, araucárias, e bananeiras (BRASIL, 1890; SCHWARCZ, 1998). Ademais, para expandir o comércio de café, anexo ao pavilhão havia um bistrô de degustação dele, de mate e licores de frutas (BRASIL, 1890; SCHWARCZ, 1998).

Conforme Barbuy (1996), o pavilhão não refletia o estilo arquitetônico nacional, e sim o “hispanico-mouro”, presente na estrutura quadrada e no grande minarete de 40 metros com seu terraço à frente. Essa arquitetura singular levada à Expo de 1889 é uma prova da busca imperial de se associar à Europa. Para Barbuy (1996), essa hispanidade do pavilhão brasileiro refletia a visão do governo e da elite brasileiros como integrantes da América Latina, e por conseguinte, a Europa. Como visto, o conceito de latinidade era associado a Napoleão III para assegurar os empreendimentos da França no sistema internacional (PERRONE-MOISÉS, 1997).

A projeção ao exterior do potencial industrial brasileiro agora era uma necessidade para a participação nacional, que contou, pela primeira vez, com “comissões de publicidade e propaganda” (GOLDMAN, 2016, p. 73) destinadas a coordenar os esforços da divulgação da imagem internacional do Brasil (TURAZZI, 1995, p. 153 apud GOLDMAN, 2016, p. 73).

Nessa perspectiva, no afã para divulgar a imagem do Brasil, a Comissão Franco-Brasileira encomendou a Santa-Anna Nery um volume de apresentação sobre o país, nomeado *Le Brésil en 1889*, que tivesse como intuito ampliar o panorama de conhecimento sobre o Império (GOLDMAN, 2016). Outros documentos também foram utilizados na Exposição, sobretudo a separata *Le Brésil*, organizada por Émile Levasseur e originalmente um verbete para a *Le Grand Encyclopédie*, e o Guia do Imigrante, também de Santa-Anna Nery.

Além desses, Werneck da Silva (1991) considera a publicação do semanário francês de oito páginas *L'Amérique*, de maio a novembro de 1889, a principal iniciativa da *intelligentsia* brasileira associada ao certame. Na visão de Silva (1991), duas informações são depreendidas do *L'Amérique*: seus criadores e participantes eram associados à viabilidade do Terceiro Reinado da princesa Isabel e das reformas liberais ao último gabinete; ademais, esses participantes defendiam e exportavam a ideia do Império ser a nação mais civilizada da América Latina, conseguindo adentrar no progresso se a Europa o enviasse capitais, imigrantes e técnicas.

Também, a associação entre a natureza e a urbanização atestava o ímpeto imperial de mostrar o avanço da civilização no país, para isso também apresentando fotografias dos principais centros urbanos que davam a impressão de um Império europeizado (BARBUY, 1996).

Logo, a proximidade com a Europa e demonstrar-se “civilizado” andavam de mãos dadas, porque ao fim e ao cabo, um significava o outro.

Ainda, Nery (1889a) afirmou que a delegação mostrou o respeito do Brasil aos direitos humanos e ao progresso, ao se mostrar o país da abolição dos escravizados:

Em 1889, ele veio mostrando sua bandeira verde e dourada da qual desapareceu a mancha negra da escravidão. Ele traz uma Bastilha destruída, e a emancipação de mais de um milhão de homens. Ele traz para ela uma Revolução feita ontem, e que, por sua vez, só fez derramar lágrimas de gratidão. (NERY, 1889a, p. XI, tradução nossa).

Goldman (2016) mostra que a aliança do Governo com o setor privado fez o país participar de quase todas as categorias do evento, exibindo maior diversidade de produtos manufaturados, os quais iam de produtos farmacêuticos até metalomecânicos, assegurando presença da Galeria das Máquinas.

Também foram expostos minérios brasileiros e diversos produtos agrícolas, destacando-se arroz, cacau, mate, açúcar, borracha, e uma coleção de madeira das diversas províncias (BRASIL, 1890). No pavilhão, com o intuito de louvar a indústria ferroviária do país, foram mostrados planos das diversas linhas férreas e tudo mais relacionado, focando-se na Linha Dom Pedro II. No mesmo andar mostrou-se a produção têxtil, considerada a verdadeira e robusta indústria do país e que ratificava o progresso nacional (BRASIL, 1890).

Entretanto, o grande carro-chefe foi o café, em todas as suas variedades, exposto em suas diversas denominações, reiterando a posição do Brasil de principal produtor do gênero. Nesse sentido, o produto era essencial para a atração de mão-de-obra imigrante, haja vista o próprio barão de Marajó, em seu relatório, citar o lucro das plantações brasileiras de café, devido a exportação entre junho de 1888 e julho de 1889 ter superado o número exportado de todos os demais concorrentes (BRASIL, 1890).

Logo, esse produto era considerado como parte da indústria do país, a ponto de associações enviarem ao exterior amostras do produto junto com folhetos ilustrando todo o processo cafeeiro, desde a colheita até o processamento, e provando ser o produto superior aos semelhantes internacionais (ALMEIDA, 2017).

Por sua vez, como parte da Exibição Retrospectiva da Habitação Humana, organizou-se na Casa Inca, uma mostra sobre os indígenas brasileiros (BARBUY, 1996). Dedicada à história de indígenas e mestiços da província amazonense, e aos objetos, retratos e

armas, foi organizada pelo diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto (SCHWARCZ, 1998). 190 objetos dos “[...] nossos selvagens do Amazonas” figuraram, sobressaindo as cerâmicas dos povos indígenas marajoaras e uma cabeça mumificada de um indígena (BRASIL, 1890, p. 17).

Por isso, considera Barbuy (1996), os esforços do Comitê Franco-Brasileiro eram destinados a melhorar o lugar do Império na ordem internacional vigente, utilizando da construção de sua imagem no exterior para tal. Isso era feito pela elite europeizada consciente do atraso do Império, composta pelos “[...] ‘verdadeiros europeus’ da América do Sul” (BARBUY, 1996, p. 234).

Contudo, a situação do âmbito doméstico já não mais poderia ser alterada com a presença brasileira no certame. Os problemas advindos da mudança do sistema de mão de obra, o declínio do apoio da Igreja Católica em um país confessional e, além de tudo, o espraiamento dos ideais republicanos, já dominavam quando do fim da exposição. Em 31 de outubro de 1889, o Império se despedia de Paris; duas semanas depois, o Império se despedia do Brasil.

#### **4.2 A ESPADA REPUBLICANA NA *WORLD’S FAIR DE 1904***

Caída a monarquia, não houve uma revisão na política de participação nos eventos universais, mas uma continuação, haja vista a retórica do progresso estar intrinsecamente ligada ao processo positivista republicano, e ao interesse de prestigiar os Estados Unidos logo na exposição seguinte, em Chicago, em 1896, por ter sido a primeira potência a reconhecer a república brasileira e ser grande mercado para o café (GOLDMAN, 2016).

No relatório do Ministério das Relações Exteriores feito pelo ministro Olinto de Magalhães, o governo reconhece ter sido convidado para a Exposição de Saint Louis em 1901 (BRASIL, 1902). O país não teria conseguido participar do evento se ocorrido na data original (1903), mas ao ser informado, em junho de 1903, da postergação para 1904, o presidente Rodrigues Alves agiu rapidamente: pediu autorização do Congresso Nacional para obter mil e cem contos de crédito para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP), a fim de representar o Brasil no certame, recebendo o aval legislativo em julho (BRASIL, 1905, [1907]).

Essa pressa foi devida à mensagem recebida de Lauro Severiano Müller, então ministro do MIVOP e principal responsável pela presença brasileira, incitando fortemente a participação. Como dizia a mensagem: “[o] Brasil, como todas as nações cultas do globo, [...] foi

[oficialmente] convidado a comparecer a esse grande [certame] internacional, [...] [atestando] o [grau] de civilização e progresso [...]” (BRASIL, 1905, p. 123).

Participar da festa das nações era estar dentro da construção de progresso que a república nascente tanto desejava. A mensagem feita por Müller esboça duas grandes imagens que o país quis passar na expo de Saint Louis: o Brasil se mostraria como um país também agrário, a despeito do almejado desenvolvimento industrial; e próximo aos Estados Unidos da América. Para Müller, era “[...] certo que, sendo bem dirigida e esmerada a nossa [exibição], poderemos tornar [útil] e proveitosa a propaganda sobre as riquezas [naturais] do [país], de sua produção agrícola, principalmente a do café [...]” (BRASIL, 1905, p. 123).

De fato, antes mesmo de se dirigir ao Congresso, o presidente brasileiro tinha criado a Representação do Brasil na Exposição Universal da Compra da Louisiana, para organizar o orçamento, a coleta e a remessa dos objetos brasileiros a serem expostos (BRASIL, 1905).

Segundo Oigres Macedo (2012), alguns estados organizaram exposições preparatórias locais, e todo o material foi analisado e escolhido na Exposição Nacional de 1903, na capital do país (LEVY, 2008, p. 68-69 apud MACEDO, 2012, p. 39). Para Livia Rezende (2010), cada estado foi responsável por escolher os produtos a serem enviados, mostrando a ideia de otimismo e crescimento econômico. Os comissários enviados aos estados mandariam as peças para à capital nacional, e dali o governo enviaria aos EUA. Como era de se esperar, pelo país tardiamente ter aceitado o convite, a organização foi um pouco conturbada.

Para a delegação, ainda com todos os problemas, era essencial resolvê-los sem pressa, pois aqueles objetos a serem expostos iriam representar a manceba república no espetáculo das nações. Uma boa propaganda do país deveria ser o objetivo mister da representação nacional.

Na grande empreitada propagandística, duas obras merecem destaque: o livro *Brazil at the Louisiana Purchase* e o folheto *Brazil and the coffee*. O livro, cuja edição foi ordenada pelo ministro Müller, apresenta mapas, informações, estatísticas, e demais dados, e foi traduzido para o inglês especialmente para ser difundido em todo os EUA e na Europa (BRASIL, 1905).

Por sua vez, o folheto reivindicou a origem do café e expôs sobre o plantio, tratamento nas fazendas, colheita e venda nos mercados nacional e internacional (BRASIL, 1905). Sob o auxílio de Müller, foi produzido pelos comissários de Agricultura e Horticultura e de Antropologia, considerando o produto como uma bebida essencial para o ser humano (BRASIL, 1905).

O pavilhão nacional foi projetado pelo arquiteto Francisco Marcelino de Souza Aguiar, também presidente da Comissão Brasileira em Saint Louis, e foi considerado pelos participantes da feira como “a pérola do diadema formado pelos edifícios [estrangeiros] [...]”, e montado novamente na capital brasileira após a Feira<sup>16</sup> (BRASIL, 1905, p. 224).

O pavilhão nacional (figura 7) foi construído no estilo do renascimento francês, todo branco, em forma retangular e com duas varandas meias-luas colonadas, repleto de colunas no estilo coríntio, tendo três domos no teto (BRASIL, 1904a). O brasão nacional republicano foi reproduzido nas colunas externas, e dois leões ornamentavam as duas entradas, representando força e solidez, ao passo da cúpula central ostentar a bandeira do país (BRASIL, 1905). O pavilhão brasileiro ficava próximo aos belga, cubano, francês e chinês (BRASIL, 1905).

**Figura 7 - Pavilhão Brasileiro na Exposição Universal de Saint Louis de 1904**



Fonte: BRASIL, 1905 (p. 121-122).

O edifício tinha dois pavimentos – o térreo e o primeiro andar –, um mezanino e um porão, onde era feito o café servido diariamente aos visitantes, informa o relatório do Brasil (1905). No térreo, quadros de paisagens, construções e estatísticas decoravam as paredes, mas a seção principal era a completa exposição de café, a qual mostrava algumas máquinas elétricas utilizadas na escolha e tratamento do grão, e uma planta de café com frutos no centro do saguão,

<sup>16</sup> Segundo uma instrução do governo, o pavilhão seria reconstruído na capital, ao fim da Avenida Central, e foi batizado de Palácio Monroe em 1906 devido à Terceira Conferência Pan-Americana (DANTAS, 2010, p. 105). Ele abrigou a Câmara dos Deputados (1914-1922), o Senado Federal (1925-1960) e o Estado Maior das Forças Armadas, até ser demolido pelo regime militar em 1976 (DANTAS, 2010, p. 105).

enviada por São Paulo (BRASIL, 1905). Já no primeiro andar, ficavam a sala dos membros da Comissão e a área de descanso (MACEDO, 2012).

Segundo o livro do Brasil (1904a), o país participou em 12 departamentos estabelecidos na expo. Mostraram-se fotografias de diversos trechos e construções das estradas de ferro brasileiras e de imensas obras públicas finalizadas e projetos arquitetônicos, além das manufaturas de uma fábrica gaúcha de papel e fotografias de fábricas e casas de comércio (BRASIL, 1905).

No geral, a sessão brasileira de agricultura foi disposta tanto no pavilhão nacional quanto no departamento do tema, e nesse, informa o comissário Ferreira Ramos (BRASIL, 1905), 60 colunas de vidro exibiram os principais produtos, tais como o café (utilizando maior número de colunas, 39), feijão, mate e cacau, além da grande máquina de beneficiamento cafeeiro.

A Comissão salienta a importância dos produtos primários levados, suscitando seu valor diferenciado dentre todos os demais países. Então, nota-se a grande importância que o setor primário adquiria: “Os [líquidos], as conservas, em vidros claros, em frascos de [cristal], [...] [têm] outro valor, [aumentam] as boas qualidades aos olhos do espectador. As madeiras [...], em amostras [razoáveis] [...], produzem sempre bom [efeito]” (BRASIL, 1905, p. 136).

No departamento de antropologia, foram apresentados utensílios e armas de populações indígenas, fotografias de hábitos e costumes delas, e até uma cabeça de liderança indígena, sem crânio, apenas com couro cabeludo, barba e cabelo, “[...] de modo a conservar sua primitiva feição [...]” (BRASIL, 1905, p. 360).

Para Macedo (2012), a presença brasileira no certame, desde a arquitetura do pavilhão até o trabalho dos comissariados, confirmou os ideais da elite dirigente brasileira para o ímpeto de transformações imposto ao país por ela, servindo de base para as ações governamentais. Na expo, a representação esforçou-se em mostrar um país apto a receber os investimentos diretos dos estadunidenses para ali gerarem altos lucros, e por isso mostrava um país sem disputas entre patrão e empregado e onde indígenas eram domesticados pelo catolicismo (MACEDO, 2012). Era a “destropicalização” do país, defende Rezende (2010, p. 175).

Portanto, os ímpetos industrial e agrícola se fizeram mais presentes em 1904 do que em qualquer participação brasileira anterior. Os estudos e planejamentos expostos no certame procuravam denotar um país do progresso, na esteira da modernização e do espraiamento de máquinas na sociedade e na economia, associadas à produção agroexportadora brasileira.

Se em 1904, mostrava-se um país mais tecnológico e desenvolvido em relação a 1889, a delegação brasileira foi responsável por cimentar a visão das oligarquias cafeeiras agora ainda mais poderosas, daí a preeminência da exibição no departamento de Agricultura e a detalhada mostra de café no pavilhão do Brasil, chamado também de “Palácio do Café” (REZENDE, 2010, p. 189). Assim, se em Paris, mostrou-se o “Império Cafeeiro”, em 1904, era a civilizada “República cafeeira” quem aparecia no certame (REZENDE, 2010, p. 186).

### 4.3 UMA COMPARAÇÃO ENTRE 1889 E 1904: O BRASIL E SUAS IMAGENS INTERNACIONAIS

No aspecto político, a delegação brasileira em 1889 mostrou um Brasil monárquico estável afeito às dinastias europeias, longe das instáveis repúblicas sul-americanas, ao passo que em 1904, a imagem foi de uma república americanista, próxima aos Estados Unidos da América.

Ao versar sobre a história do Brasil, no capítulo de História do *Le Brésil en 1889*, Paranhos Júnior (2012) elogia as atitudes de d. João VI, ao elevar a condição de colônia a Reino Unido, e criar imprensa e escolas superiores, e de d. Pedro I em enfrentar as Cortes Portuguesas e declarar a independência do país. Já durante a regência, é mostrado o embate entre os federalistas (defensores da descentralização do poder) e os monarquistas reacionários, responsáveis por criar instabilidade e colocarem em xeque a unidade territorial do país (PARANHOS JÚNIOR, 2012).

Coube a d. João VI romper os grilhões do pacto colonial e construir o aparato cultural, com as escolas, o fomento à imprensa e o estímulo à vinda de artistas franceses. E foi o herói d. Pedro I quem trouxe efetivamente a independência. Logo, após galgados esses passos, d. Pedro II conseguiu liderar o Império em prol do progresso: “É aliás de 1850, fim do período das guerras civis, que datam verdadeiramente os progressos realizados pelo Brasil” (LEVASSEUR, 2000, p. 66). Assim, depreende-se uma espécie de continuação do avanço do processo de progresso, vindo desde o período joanino até o seu ápice no Segundo Reinado.

Sobre a descentralização proposta pelos federalistas, Paranhos Júnior vale-se de uma citação comparativa de Saint Hilaire, entre o regime federalista adotado nos EUA e o Império:

Os brasileiros, ao contrário, não poderiam estabelecer o sistema federativo sem começar pelo rompimento dos frágeis vínculos que ainda os unem. [...] [M]uitos chefes altivos dessas aristocracias patriarcais de que o Brasil está coberto apelam sem dúvida para o federalismo com todo empenho; mas que [...] os levaria à anarquia e às afrontas de uma multidão de pequenos tiranos, mil vezes mais

insuportáveis do que um único déspota. (SAINT-HILAIRE, 1832 apud PARANHOS JÚNIOR, 2012, p. 104-105).

Logo, o livro faz uma crítica imensa ao federalismo e suas desintegrações em pequenos territórios de poder, dado por certo que, se as demandas desses exaltados tivessem sido atendidas, “[...] teriam destruído a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas como as que entravaram o progresso de muitos Estados hispano-americanos” (PARANHOS JÚNIOR, 2012, p. 105, grifo nosso).

Assim, *Le Brésil en 1889* sedimenta sua defesa à monarquia unitária centralizada, sustentando seu argumento com o exemplo da Guerra da Tríplice Aliança. Sobre ela, a ênfase na monarquia e no afastamento dos instáveis países vizinhos é reafirmada, pois mostrou o Paraguai de Solano López como uma república despótica. Era como se o Paraguai – republicano; viciado no cristianismo jesuíta; e por consequência despótico – fosse o extremo oposto do Império do Brasil – monárquico; cristão, embora tolerante com as demais religiões; e defensor da democracia por ser liderado por um monarca sábio, ilustrado e misericordioso. Distância da república, ode à monarquia: essa era a frase da ordem e do progresso.

De fato, Pires de Almeida (1889 apud KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 46), propagandista voluntário no certame, chegou a conclusão do Império ter sido “certamente, dentre todos os países da América do Sul, aquele que maiores provas deu de amor ao progresso e à perseverança na trilha da civilização”. Também a corroborar o afastamento são as extensas páginas sobre as instabilidades dos revolucionários republicanos na região hispano-americana durante as descolonizações, ao passo do Brasil continuar uma monarquia unida.

Sobre a emancipação de escravizados, *Lé Brésil en 1889* mostrou um governo imperial sempre disposto a extirpar a mácula, resvalando as medidas não tomadas nos problemas externos (as guerras) e nas dificuldades em responder à falta de mão de obra dos latifundiários, demitindo gabinetes até achar um consenso (PARANHOS JÚNIOR, 2012). Desse trabalho incessante da monarquia e do imperador, “[a] supressão da escravatura foi realizada pacificamente no Brasil, sem custar uma gota de sangue” (LEVASSEUR, 2000, p. 70).

Destarte, o Brasil foi apresentado como

[...] um dos mais florescentes [países da América do Sul] pelo conjunto de sua situação política e econômica e o mais importante por sua riqueza agrícola [...] Ele se desenvolveu bem mais rápido no século XIX, desde que se tornou um império autônomo, governado por uma Constituição monárquica, parlamentar e muito liberal. (LEVASSEUR, 2000, p. 168, grifo nosso).

Sendo uma monarquia constitucional, o país prosperou em reta ascendente, sempre visando o futuro adiante. Se era bem verdade que o país possuía enormes desafios, o governo soube lidar com todos eles, ora resolvendo-os, ora atenuando-os. Na falta de comunicação, investiu em ferrovias e serviços a vapor; na falta de operários e mão-de-obra, incentivou a imigração europeia; fomentou o desenvolvimento moral e material do Império, e conseguiu extinguir o principal problema do país, a escravidão, sabendo lidar com a crise gerada pela abolição (LEVASSEUR, 2000; NERY, 1889a).

Como informa Nery (1889a), as importações feitas pelo governo vinham majoritariamente da Grã-Bretanha. Nota-se a ação do livro em expor todas as principais qualidades daquele país europeu, ao passo que sequer o faz em relação aos Estados Unidos, principal comprador dos produtos brasileiros.

Ademais, a explicação do comércio com Portugal é a perfeita metonímia da ida brasileira: “O Brasil é apenas um pedaço de terra lusitana costurada aos flancos da América do Sul; falamos sua língua; temos seu sangue em nossas veias; ele nos deu nossa dinastia, nossa religião, nossos costumes, nossa civilização; ele ainda nos fornece os braços de seus filhos” (NERY, 1889a, p. 461, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, nas duas situações anteriores, percebe-se a construção de uma aproximação do Império com a Europa, seja por meio das suas importações, seja por ligações antigas que sobreviveram ao fim do monopólio da potência europeia colonizadora. No segundo caso, isso fica ainda mais perceptível. Apenas “costurado” na América do Sul, o Império se via como uma ramificação da Europa, dela receptor das melhores qualidades, tendo a infelicidade de ser separado do Velho Continente por um oceano.

Já para a Representação em Saint Louis, “[o] Brasil é praticamente novo, e cresce e se desenvolve, especialmente nos últimos anos, depois da troca da forma de governo ter sido estável e rápida” (BRASIL, 1904a, p. 157, tradução nossa). Nesse sentido, ao falar sobre as condições econômicas e sociais, a Comissão afirma que o Brasil guiava-se pelos resultados dos EUA, fazendo alterações quando necessárias (BRASIL, 1904a). Logo, pode-se perceber uma associação entre o regime republicano e o desenvolvimento do país, o qual ainda observava os caminhos do seu professor civilizado para conseguir realizar o mesmo caminho.

Em relação a todos os palácios expositivos, a comissão do Brasil exaltava o progresso dos Estados Unidos, dizendo ao governo nacional o farol a ser seguido pela nascente república na

América do Sul, a fim de também conseguir desenvolver-se plenamente. Para a delegação brasileira:

O sucesso [...] dos americanos foi [fácil] e completo. Para [ele] cooperaram com desmedido empenho o governo central, as repartições [oficiais] dos [e]stados, as instituições agrícolas e sobremaneira o [entusiasmo] de centenas de [industriais] exclusivamente dedicados [à] lavoura. (BRASIL, 1905, p. 107).

Na república brasileira, então dominada pelos produtores rurais de leite e café, nada mais cômodo do que exaltar o êxito dos EUA, naquela área a qual também era exitoso aos olhos internacionais, não só para ter um guia de como continuar progredindo, mas também para solidificar laços com o país sede.

Após enaltecer a índole guerreira e industrial dos estadunidenses, o relatório da Representação do Brasil (1905, p. 152) nota o fato de “[...] nenhum outro povo, pelo [acúmulo] de [imensas] riquezas [,][...] pelas [restrições] cada vez maiores [criadas] ao emprego de [capitais], tem mais necessidade de buscar novos centros onde [aplicá-los]”. Caberia ao Brasil, depois de participado da exposição, ser um dos grandes centros receptores desse investimento externo, que traria não só o valor monetário a ser investido no país, mas também as qualidades daquele mesmo povo do norte (BRASIL, 1905).

Ainda assim, informa o relatório, os empecilhos de ser um país vasto, mormente o retardo das comunicações, não seriam problemas, já que a participação brasileira na expo ensinava o melhor caminho. Para progredir, devia-se propagandear o país ainda mais para os empresários estadunidenses, exaltando o diferencial dos produtos brasileiros como uma excelente prova de lucro no investimento (BRASIL, 1905).

Dessa forma, a Comissão agiu para melhorar a imagem do Brasil perante os Estados Unidos, exibindo o melhor existente no país tropical. O comissário Graça Couto não esconde sua grande estima aos EUA, suscitando a necessidade de maior contato entre as duas repúblicas:

[...] [há] de promover e realizar mais constantes, [diretos] e [rápidos] meios de [comunicação] entre as duas [Repúblicas] da [América], lucrando ambas [elas] com o [aumento] das [máximas] [relações] [comerciais] e a troca dos [produtos] das suas [indústrias] e [permitindo-se] que maior [número] de brasileiros venham colher, neste grande centro de progresso e de [civilização], [frutosos] elementos de estudos, a bem do desenvolvimento e prosperidade da nossa [pátria]. (BRASIL, 1905, p. 189, grifo nosso).

Outrossim, a Comissão realizava diversas festas em seu edifício, talvez daí conseguindo grande simpatia e prestígio dos estadunidenses. Bem mostra o relatório que nessas

elegantes festas, celebrando efemérides brasileiras, conseguia o país reunir a alta elite estadunidense visitante da feira. O ponto auge foi a visita do presidente Theodore Roosevelt, com seu vice e sua comitiva especial, a qual incluiu o pavilhão no passeio oficial. O presidente chegou a saudar o governo brasileiro e elogiou sobremaneira os sentimentos patrióticos dos cidadãos brasileiros (BRASIL, 1905).

Dessa forma, o fomento de uma boa imagem do país para os convidados, e principalmente uma excelente relação com o governo dos Estados Unidos, ficam notórios por meio dessas ações. O relatório do Brasil (1905) não deixa dúvida: “Essa frequente intimidade [permitia] tornarmos cada vez mais conhecido o [país], ministrando informações, satisfazendo justa curiosidade sobre [assunto] de nosso interesse” (BRASIL, 1905, p. 137).

Logo, parecia

[...] inaudito assegurar que ainda [éramos] [geralmente] conhecidos na [América] do Norte, em relação [à] nossa vida industrial de hoje, ao progresso que [estamos] conquistando em todos os estados da vida social, no mesmo pé de trinta [anos] passados. [...] É necessário, [indeclinável], entreter, cultivar essas relações, não desprezando qualquer correspondência que nos venha, sob pena de irmos perdendo o que tivemos a [admirável] felicidade de alcançar com um golpe. (BRASIL, 1905, p. 151-152, 153, grifo nosso).

A visita do presidente Roosevelt ao pavilhão brasileiro também denota a reciprocidade daquele movimento de aproximação. Theodore fez questão de visitar a representação brasileira em sua caminhada oficial com a comitiva, e é ainda mais interessante ao compararmos com a presença brasileira em 1889, onde sequer o pavilhão do Império integrava as caminhadas oficiais dos políticos franceses (BARBUY, 1996).

Exaltando as imensas inovações estadunidenses no setor maquinário, bem acredita um representante no espírito da época: “uma nação que educa sua mocidade assim, [pode] confiar no seu porvir, porque prepara homens. Os [países] que não seguirem a mesma rota e permanecerem nas trevas, devem [recrear] muito do futuro da [pátria]” (BRASIL, 1905, p. 237).

A delegação do Brasil, ao mencionar sobre o departamento de Educação, quase se prostrou de joelhos perante aos EUA. Sobre a república do norte, a “[...] [instrução] é inquestionavelmente o elemento primordial de seu progresso, constituindo por isso [objeto] de [sérias] cogitações por parte dos homens [...] de responsabilidade nas [coisas] públicas” (BRASIL, 1905, p. 83). Se cada certame internacional era um degrau na história universal do ensino (BRASIL, 1905), participar dessas feiras era estar presente neste movimento de

aprendizagem, crescendo e enriquecendo sob a égide da educação, tal como considerada ter sido feito pelos estadunidenses.

Logo, deveria o Brasil aprender com aquele país que liderava essa seara. Na seção de eletricidade, a comissão ressaltou a imensa presença dos mais modernos produtos elétricos levados à cabo por companhias públicas e privadas em diversas cidades estadunidenses, sendo descritos a fim de detalhar os produtos desconhecidos ao Brasil para serem aplicados nacionalmente no futuro (BRASIL, 1905).

Sobre a nuance da modernidade, ambas as imagens levadas foram a de um país civilizado e ciente da indústria, também contaminado pelo progresso. Em 1889, no capítulo de vias e meios de comunicação, destacam-se as ferrovias que o governo imperial estava construindo desde meados de 1850, quando foi inaugurada a Estação de Ferro D. Pedro II, a fim de ligar o interior aos portos de escoamento de produção. Nessa parte, cita-se uma exaustiva lista com as principais linhas entre as cidades, desde as regiões cafeeiras às províncias do Norte e Nordeste. Essas construções de ferrovias, sempre em expansão, eram mostradas como uma alegoria da expansão do progresso no país, argumenta Hardman (1988).

Segundo a Comissão, a construção de ferrovias era um elemento basilar para o desenvolvimento industrial e o alcance ao progresso. Para o *Le Brésil en 1889*, “[e]m um país novo e grande como o Brasil, é [...] o fator principal e indispensável também para a criação da indústria” (NERY, 1889a, p. 383, tradução nossa). Também, afirmava, “[...] esse novo sistema de transporte era a força motriz mais segura para o desenvolvimento de um país” (NERY, 1889a, p. 384, tradução nossa). Naquele certame, a presença nacional trouxe a indústria (BRASIL, 1890).

O governo imperial estava na liderança desse empreendimento, guiado pelas suas concomitantes irmãs europeias civilizadas, e agora colhia os frutos da sabedoria. Destarte, talvez seja Fernandes Pinheiro, escritor do capítulo de ferrovias do *Le Brésil en 1889*, quem mais explicita a visão que o governo brasileiro trouxe de si na *Exposition Universelle* nessa imagem:

A indústria penetra nos centros remotos, a agricultura desenvolve-se com um impulso prodigioso; a civilização e o bem-estar não são mais prerrogativas dos países ribeirinhos de sua costa; o país, enfim, está em plena prosperidade [...] Hoje, quando a sociedade moderna vai comemorar o centenário dos grandes princípios da humanidade e da dignidade humana, o Brasil independente, o Brasil livre [...] pode dizer-lhe: Foi o que fiz! (NERY, 1889a, p. 432-433, tradução nossa).

E a prova mais altiva disso foi a abolição dos escravizados em 1888 – a prova que o progresso e a civilização finalmente tinha chegado ao Império tropical, após tanto esforço:

O Brasil hoje tem pelo menos quatorze milhões de habitantes, e nenhum escravo! A própria palavra escravidão desapareceu de nosso país, foi apagada de nossas leis. Só há cidadãos livres sujeitos aos mesmos deveres e gozando dos mesmos direitos. [...] [S]em derramar sangue, como nos Estados Unidos. Nós [a] despojamos em meio às aclamações de um povo que celebrava sua entrada definitiva na civilização e aos aplausos de todo o mundo, que nos parecia grato por tanta audácia. (NERY, 1889a, p. XV, tradução nossa).

Dessa forma, o governo monárquico foi tido como o principal ator responsável por combater a escravidão, libertando o Império de uma chaga já bastante conhecida no cenário internacional. Esse episódio foi a coroação das medidas do regime de d. Pedro II para adentrar ao rol dos países “civilizados”. Para a Comissão, “[o]s resultados obtidos desde o encerramento do período revolucionário são já consideráveis: em nenhuma parte da América, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, o progresso foi mais rápido” (LEVASSEUR, 2000, p. 68).

Por isso, os feitos do país desde a participação da exposição parisiense de 1867 até a expansão dos telégrafos eram visíveis no ano de 1889: “Hoje, fios terrestres e cabos submarinos ligam-no às duas Américas, à Europa, ao mundo, podendo corresponder-se com o Universo. O telefone penetrou até a Amazônia e os bondes cruzam as ruas de todas as nossas grandes cidades” (NERY, 1889a, p. XVII, tradução nossa). Fica nítido a construção feita pela Comissão de mostrar um país em processo de modernização pela absorção das novidades tecnológicas e pela adoção de meios de comunicação que conseguiam se espalhar por todo um território continental.

Seria questão de tempo o Império estar no mesmo nível das grandes potências, já que após a abolição da escravidão, “[...] observou-se um despertar geral em todo o país. O espírito de iniciativa e progresso ganhou novo impulso ali, e o governo soube secundar esse despertar admiravelmente por meio de medidas sábias e liberais” (NERY, 1889a, p. 341, tradução nossa).

Nesse viés, considera Nery (1889a, p. XIII, tradução nossa), “as regiões, que mal se falavam há vinte anos, cresceram e tomaram seu lugar ao sol da civilização”, e para provar isso, ele mostra o crescimento econômico das províncias, tanto do eixo cafeeiro quanto das províncias menos conhecidas, também em rumo à industrialização (NERY, 1889a).

Para o capítulo sobre a indústria da separata *Le Brésil*, o Império possuía grande parte das indústrias existentes, comparadas sem desvantagem às similares europeias (LEVASSEUR, 2000). Nesse contexto, o país, tão rico e vasto, estaria despertando para realizar esforços

industriais: “Nossas províncias realizam esta dupla evolução: do estado comercial, passam ao estado agrícola e industrial simultaneamente” (NERY, 1889a, p. XV, tradução nossa).

Pode-se perceber a tentativa da Comissão de mostrar um país cada vez mais industrial, devido aos esforços da monarquia, já possuindo as bases para futuramente poder adentrar ao seletorol daquelas máquinas que figuravam nos grandes palácios temáticos.

Logo, comprova-se que o Império era representado naquele certame como um governo que cada vez mais trabalhava para alcançar o progresso, o prêmio merecido de um futuro próximo. Na visão do governo, estava-se caminhando para alcançar a coroa de louros:

E em toda parte se observa o mesmo progresso, incessante, sério, profundo, nas artes, letras, ciências, como na agricultura, na indústria e no comércio – na própria política e na administração, como na economia social e no conhecimento humano. O Brasil está trabalhando, e o trabalho segue tranquilo [...] Já fizemos muito; ainda temos mais o que fazer. [...] Então adiante! E para o progresso! (NERY, 1889a, p. XVIII, tradução nossa, grifo nosso).

Já em 1904, a delegação brasileira solicitou áreas de 1858 m<sup>2</sup> para dispor suas seções de Manufaturas, Agricultura e Florestas, tendo obtido muito menos da metade (BRASIL, 1905). Em um país agroexportador ávido por se fazer reconhecer moderno, nada mais lógico do que exibir o maior número de objetos nesses três temas. Isso bem informa as principais nuances do país naquele certame, se também percebido o alto requerimento nos pavilhões de Transportes e Artes Liberais: um país agrário, despertando uma vocação industrial, a fim de se fazer reconhecer moderno pelas suas estradas de ferros e afins.

Os produtos expostos pelo país na seção de Educação foram feitos majoritariamente pelos alunos das principais escolas mantidas pelos governos municipais e estaduais, junto com plantas de edifícios, publicações e mobílias escolares (BRASIL, 1904a). Também é dito sobre todo estado do país possuir seu sistema educacional, e as escolas técnicas serem bem equipadas de instituições e materiais didáticos e científicos (BRASIL, 1904a).

A preocupação em mostrar um governo ativo com a educação é nítida. Citando as instituições e detalhando a quantidade de livros e documentos guardados por elas, o mesmo país que mostrava sua nascente indústria era aquele que investia em educação para continuar com o crescimento industrial e adentrar na senda do progresso.

Ademais, a preocupação em se mostrar moderno pode ser vista na parte do livro dedicada aos produtos brasileiros na seção de Eletricidade em 1904. De acordo com a Comissão, várias cidades do país tinham sido dotadas de eletricidade nas ruas, movida a vapor e a

hidrelétricas, afirmando ser o uso dela uma constante na indústria, na navegação e nos serviços médicos (BRASIL, 1904a).

Logo, percebe-se que a Comissão queria mostrar um Brasil moderno e dentro do rol do progresso, juntamente com as grandes potências, mormente os Estados Unidos. É um fato: “[Há] [dois] modos de um [país] concorrer [às] feiras: — pelo interesse do [negócio], vendendo quanto seja exposto, ou no intuito de patentear os recursos, o progresso nacional. Estamos no segundo caso” (BRASIL, 1905, p. 143).

Para a Comissão, a mostra no departamento de artes liberais (fotografias, livros, cifras e outros), exprimiu uma modernidade tecnológica; “[...] dava uma boa ideia do alto degrau de perfeição por essas diferentes classes de trabalho” (BRASIL, 1904a, p. 94, tradução nossa). Realmente, nessa seção também foram expostas as plantas de engenharia acerca dos melhoramentos das cidades e das construções de portos e ferrovias (BRASIL, 1904a), dando a impressão de trabalho constante em prol da modernização do país, corroborada pela grande quantidade de livros e produtos da indústria farmacêutica.

Nesse sentido, o comissário Costa Couto se esforçou em mostrar como as principais cidades do interior do vasto território nacional eram ligadas telegraficamente não só à capital nacional e aos EUA, mas também aos demais quatro continentes, devido aos convênios telegráficos e tráfego mútuo com ferrovias, e um cabo submarino (BRASIL, 1905). Outrossim, mostrou-se o pioneirismo do Brasil ao utilizar um sistema para acelerar trocas de correspondências telegráficas, o qual sequer tinha sido instalado nos EUA (BRASIL, 1905).

Porém, como de esperado, foi o café o grande produto brasileiro levado para Saint Louis. Todos os principais tipos conhecidos no mercado internacional foram expostos em fina mobília de madeira brasileira, e alguns grãos jorravam em cascatas do mostrador Santangelo, efeito aumentado pelos espelhos refletores ao redor (BRASIL, 1905). Na festa das indústrias, o Brasil passava uma ideia de também estar naquela seara, pois se não tinha as mais modernas máquinas no tangente à eletricidade, engenharia, transportes, higiene pública e afins, as diversas nuances do maquinário de trabalho do café exposto pareciam sisudas e tecnológicas. A descrição da Companhia Mecânica Importadora corrobora isso:

[...] recebe o café em coco ou em casquinha e o [restitui] [...] perfeitamente beneficiado e classificado. Dispõe [ela] para isso um ventilador de coco, um descascador [...], um ventilador duplo, um separador Schulman [originalíssimo] [...], [dois] catadores e [diferentes] elevadores, [...] e um ciclone para receber a

palha do café. Todo o maquinismo achava-se [instalado] em um espaço [limitado] e [construído] de modo a eliminar o pó [inerente] a [tais] máquinas. A sua capacidade podia se elevar a 100 sacas [...] O motor elétrico que a [acionava] tinha [...] motor a corrente [elétrica]. (BRASIL, 1905, p. 290).

Ainda, como consta no livro *Brazil at the Louisiana Purchase*, após explicar sobre o algodão, é mostrado o interior da fábrica Paulistana, exibindo as diversas máquinas de fiação daquele produto, e na página 50 são expostas 6 fotos sobre algumas fábricas de açúcar. Nessas fotos, também são ressaltadas as imensas máquinas e engrenagens responsáveis pelas produções, dando um caráter ainda mais factível ao que se pretendia passar.

Sobre a agricultura, no relatório do Brasil (1904a, p. 45, tradução nossa), o foco é dado à produção cafeeira, relatando ser um “fácil e lucrativo negócio” devido às favoráveis condições climáticas e a adaptação ao solo. Tanto a produção dele quanto a da borracha aumentariam se fábricas fossem instaladas no país (1904a).

Na agricultura, o desenvolvimento industrial era nítido e o consumo desses produtos só aumentava, e a prova disso era o uso de máquinas nas produções de café, tabaco, açúcar, e demais produtos primários, capturado pelas fotografias expostas, responsáveis por ilustrar “[...] os processos e sistemas agrícolas e tudo mais conectado às indústrias agrícolas do país” (BRASIL, 1904, p. 118, tradução nossa).

Para o livro *Brazil at the Louisiana Purchase*, ao observar os produtos levados pelo Brasil, um visitante poderia ficar curioso sobre o progresso e os recursos naturais daquele país, e o próprio relatório era uma forma de disseminar informações para os representantes industriais, os quais iam à exposição para estudar os meios de aumentar sua produção e importar o melhor material agrícola dos países agroexportadores (BRASIL, 1904a).

Portanto, percebe a associação recorrente entre a produção primária e a manufatura industrial. Segundo o livro, “o Brasil ainda não é um país industrial [,] mas possui todas as condições naturais as quais, se desenvolvidas, o colocarão entre os primeiros em poucos anos” (BRASIL, 1904a, p. 54, tradução nossa). Galgando o caminho do progresso e da industrialização, ao menos em seu mais importante setor econômico, naquele certame o Brasil tinha a ânsia de se mostrar como um país inteiramente a par das novidades tecnológicas, e ainda com o adicional de possuir excelente clima e solo para praticamente qualquer atividade agrária.

No aspecto econômico, as duas imagens construídas em 1889 e 1904 primaram em buscar a mão de obra imigrante para o fomento da agroexportação. Em Paris, a atração de

imigrantes europeus era essencial para negociar com os ex-proprietários de cativos e impedir a queda econômica do país – isso comprovado com o aumento da produtividade agrária no país após a emancipação dos escravizados (LEVASSEUR, 2000).

Detalhando os climas no país, o livro *Le Brésil en 1889* expõe a preocupação do governo em atrair os imigrantes europeus para a região cafeeira e outros locais, mostrando que neles o clima era mais próximo ao da Europa, e por isso o imigrante europeu poderia melhor se adaptar: “[...] o Brasil apresenta ao europeu: uma zona quente que não lhe é muito favorável; uma segunda zona, onde com uma higiene bem compreendida, pode adaptar-se facilmente; e uma terceira zona onde [...] encontra o melhor e mais saudável dos climas” (NERY, 1889a, p. 54, tradução nossa).

Nesse sentido, após mencionar a aprovação e sancionamento da Lei Áurea de 1888, Levasseur (2000, p. 70) mostra a concepção da Comissão brasileira e do império, no certame, sobre a emancipação dos escravizados: “Ela não se efetuará todavia sem criar dificuldades econômicas [...] Ser-lhes-á necessário substituir uma parte dos escravos por operários livres; o Brasil procura atrair imigrantes com esse objetivo”. Além disso, a comparação de baixos pagamentos de impostos pelos brasileiros em relação aos europeus e estadunidenses foi outro artifício para incitar europeus a imigrarem para o império.

De fato, para a Comissão, “[o]s europeus que chegarem ao Brasil viverão em meio a uma nação educada e amigável; gozarão de total segurança e total independência, terão finalmente apoio e proteção sob a égide de um governo e instituições [...]” (GRELLE, 1888, p. 21 apud NERY, 1889a, p. 507, tradução nossa, grifo nosso).

No capítulo de imigração da separata *Le Brésil*, dissertou-se sobre o fomento governamental e das iniciativas privadas à imigração ao Império, como a fundação das colônias de imigrantes, no intuito de suplantarem o decadente trabalho escravo e valorizar a terra, e hospedarias nacionais as quais alojavam e alimentavam os imigrantes enquanto esses se instalavam e definiam o novo local de trabalho (LEVASSEUR, 2000).

Outrossim, o Comitê Franco-Brasileiro publicou o Guia do Emigrante ao Brasil (*Guide de l'émigrant au Brésil*), escrito por Santa-Anna Nery, de quase 200 páginas. Para Barbuy (1996), apenas o fato de uma publicação desse tipo ter sido realizada especialmente para o evento parisiense mostrava a disposição da delegação brasileira em apresentar um país repleto de riquezas a serem encontradas e produzidas pela mão-de-obra europeia.

Realmente, segundo Nery (1889b), o Império oferecia aos imigrantes europeus um imenso território de mais de oito milhões de metros quadrados, imerso em variados climas semelhantes aos do velho continente, de fácil assimilação pelos novos trabalhadores. Além disso, Nery (1889b, p. 18, tradução nossa) considerava precisar o Brasil “[...] de uma grande população para desenvolver as extraordinárias riquezas de seu solo”, cabendo aos imigrantes a tarefa.

Ao ser um país livre, defendia Nery (1889b, p. 20, tradução nossa), o imigrante encontraria no Império o descanso e a liberdade que tanto lhe eram tolhidos na Europa em guerra, podendo naturalizar-se caso quisesse, e “[...] tornar-se amanhã, com muito trabalho e economia, um dos mercadores ricos ou um dos grandes latifundiários de terra na região”. Outrossim, os novos integrantes do império não precisariam se preocupar com a discriminação, porque no Brasil imperial não havia discriminação de qualquer tipo (NERY, 1889b).

Encerrada a escravidão, mais como uma ação de caridade e ato divino do que como o primeiro passo para o reconhecimento de uma terrível mácula, os imigrantes integrariam a cidadania brasileira (FERREIRA; FERNANDES; REIS, 2010). A vida desses imigrantes no Império, na visão da Comissão, seria gloriosa a ponto deles pedirem para serem naturalizados, auxiliando em outro projeto já iniciado pelo governo: o de construção de uma nação.

Dessa forma, acertam Ferreira, Fernandes e Reis (2010) ao considerar a história narrada no *Le Brésil en 1889* como a de um país sem conflitos entre escravizados e homens livres, negros e brancos, e imigrantes e donos de terras. Um visitante da expo que lesse aquelas produções da Comissão ficaria encantado com as numerosas oportunidades que eram suscitadas no país tropical. E se o foco era na imigração para as plantações, essa era apenas o primeiro passo para a imigração de pessoas pertencentes às classes liberais, a exemplo de advogados, médicos e empresários (NERY, 1889a).

Portanto, na concepção da Comissão, desenvolvimento e progresso eram objetivos que o Brasil conseguiria alcançar por meio da imigração, como já feito por d. João VI: “dois anos após a proclamação da independência do Brasil, um novo governo, que só podia seguir as tendências do regime anterior em suas visões de progresso e desenvolvimento do país, retomou a ideia de colonização estrangeira” (NERY, 1889a, p. 483, tradução nossa, grifo nosso).

E o crescimento não era por acaso: os imigrantes europeus eram responsáveis por construir fábricas as quais desenvolviam as máquinas que antes o país comprava da Europa e

dos EUA, ratificando que a “[...] indústria local nos torna cada vez menos dependentes da Europa para os objetos manufaturados que precisamos [...]” (NERY, 1889a, p. XIV-XV, tradução nossa).

Logo, na concepção dos livros organizados por Nery (1889a, 1889b), findada a escravidão, a imigração europeia seria a principal mão-de-obra responsável por elevar ainda mais o progresso e a civilização no Império, pois atraídos pelo trabalho livre, esses imigrantes prosperariam aqui e auxiliariam o novo desafio econômico com suas práticas e conhecimentos.

Imigração e modernização, mormente pela expansão das manufaturas e dos meios de transportes liderada pelo governo, estavam intrinsecamente ligadas, sendo aquela uma propulsora natural daquela última. E novamente, imigração estava associada ao crescimento da indústria e a expansão de ferrovias, já consideradas símbolos de modernidade. O trio de imagens imperava absoluto.

Por sua vez, em 1904, sobre imigração, exortou-se a prosperidade das colônias de imigrantes fundadas no país, ratificando o fato do movimento ser natural e sem contar com a subvenção do governo federal (BRASIL, 1904a). Porém, na tentativa de aumentar o fluxo migratório para o país, o relatório do Brasil (1904a) informa sobre as companhias de imigração responsáveis por abrigar e alimentar os imigrantes que chegam ao país, além de afirmar a existência, em todos os estados, de leis facilitadoras da compra de terras por essas pessoas para instalarem as famílias e trabalharem nela.

Conforme o representante Ferreira Ramos, pela agricultura ainda ser a principal fonte de riqueza dos EUA e da sisuda maioria dos países do mundo, ao passo das largas quantidades de produtos produzidas e do crescimento da população, a área cultivável dos EUA ia se esgotando (BRASIL, 1905).

Logo, seria essencial ao país do norte que importasse produtos do setor primário, cabendo ao Brasil esse chamado, daí a imperativa necessidade de atendê-lo, o qual concorreria para a glória e a grandeza da república: “É na agricultura, pois, que se deve firmar nosso principal ponto de apoio, visto que, não dispondo em tão larga escala destes elementos, [possuímos] o solo e o clima como nenhum outro povo [possui]!” (BRASIL, 1905, p. 284).

O cenário de um país próspero para fazer fluir o trabalho era tamanho a ponto do livro desconsiderar a necessidade de sindicatos, porque quase não havia conflitos entre patrões e empregados, ambos podendo dispor de instituições de previdência e, para os operários, moradias feitas exclusivamente para eles (BRASIL, 1904a).

Ademais, a produtiva ação propagandística seria realizada por intermédio da cooperação entre o governo federal e o comércio, a ponto do comissário de Agricultura, reconhecendo os pedidos de não-intervenção governamental, considerasse não ser “[...] menos certo que a sua [ação] [indireta] sobre os elementos encarregados da distribuição do café muito pode produzir” (BRASIL, 1905, p. 291).

Por fim, na seara racial, o racismo estava presente naquelas duas imagens, porquanto a imigração estimulada pelos governos ser apenas de brancos, a fim de ser utilizada no projeto de branqueamento da população brasileira, e para demonstrar um país majoritariamente branco.

Escondendo todas as lutas sangrentas das populações pretas para que a escravidão acabasse, Levasseur (2000, p. 70), ao discorrer sobre a libertação dos escravizados e a produtividade agrícola, ressalta: “No Brasil, aliás, o preconceito de cor não existe como nos Estados Unidos e em várias colônias”.

Na consideração do *Le Brésil en 1889*:

Se foi o último Estado cristão e civilizado que ao menos manteve a escravidão, abolindo-a, elevou os escravos da véspera ao nível de seus antigos senhores, e soube [...] demolir os preconceitos que, em outros países, estabeleceram uma barreira intransponível entre as raças. Lá, os negros libertos podem ter a certeza de viver em condições de perfeita igualdade social com as outras raças. (NERY, 1889a, p. 205-206, tradução nossa, grifo nosso).

Desse modo, quase 40 anos antes da consolidação da ideia da “democracia racial” pela interpretação dos estudos de Gilberto Freyre, construía-se o mito de uma convivência harmoniosa entre as diferentes raças que compunham a sociedade brasileira, sedimentando uma retórica da não existência de preconceito racial no Brasil.

Desse modo, na visão do livro, a imigração europeia conseguiu extirpar a principal chaga do Império tropical, por isso os brancos estavam destinados a serem preponderantes numericamente e reabilitar o africano de sua condição de escravo (NERY, 1889a). Conforme o comissário Eduardo Prado, “a raça branca deve [...] ajudar a acabar com o tráfico de escravos pelo qual a escravidão está constantemente recrutando africanos bárbaros, em vez de criar a moralidade e o princípio civilizador da família” (NERY, 1889a, p. 490, tradução nossa).

Segundo ele, a língua tupi-guarani, difundida no país antes da chegada dos europeus, estaria fenecendo em consequência do desaparecimento dos povos indígenas (LEVASSEUR, 2000). E ainda afirma: “a influência africana foi mais fraca que a da língua tupi no português brasileiro; na segunda geração, os negros trazidos de África não conhecem mais seu dialeto de

origem” (LEVASSEUR, 2000, p. 127). E “inicialmente todos os índios do Brasil se parecem mais ou menos por seus caracteres físicos e por seus costumes” (LEVASSEUR, 2000, p. 49).

Nessa concepção, ao passo de todos os indígenas serem similares, os traços humanos não deixam de notar também semelhança com os europeus. Basta notarmos as imagens reproduzidas dos indígenas no livro *Le Brésil*: nariz afilado, rosto em formatos hexagonal e losango, lábios finos e cabelos lisos – semelhantes às feições europeias dos indígenas adornados na fachada do pavilhão nacional.

Das 5 civilizações mostradas, uma se sobressai, para os autores: os botocudos (aimorés), pelas feições mais marcantes e por possuírem rodela de madeira nos lóbulos das orelhas e no lábio inferior. Foi proposital: a Comissão os considerou “[...] o último dos homens. O puro tipo botocudo é de crânio elevado e estreito, [...] de nariz medianamente largo, de capacidade craniana fraca” (LEVASSEUR, 2000, p. 50).

E se era bem verdade que havia alguns “botocudos tratáveis” (LEVASSEUR, 2000, p. 50, grifo do autor), trabalhando com missionários e os colonos imigrantes de milho e café, também era que “[...] não modificaram seu estado social; nem elevaram mais seu nível intelectual e moral. [...] [E]stão [...] sempre num estado de inferioridade intelectual e moral em relação aos brancos e aos negros [...]” (LEVASSEUR, 2000, p. 50, grifo nosso).

Outrossim, a mestiçagem era uma realidade brasileira inquebrantável, responsável por embranquecer a população aos poucos. Ao almejavem o futuro, os autores consideram: “Os índios e os negros de pura raça acabarão provavelmente por desaparecer numa mestiçagem geral com a raça branca, reforçada cada dia pela imigração” (LEVASSEUR, 2000, p. 50).

Em todos os sentidos, procurava se distanciar das raízes africanas, assim como mostrar o desaparecimento daqueles indígenas não participantes da senda do progresso. Realmente, na escrita de Paranhos Júnior (2012) sobre a história do Brasil, nota-se a ausência sobre a vida antes da chegada de Cabral ao Brasil, numa clara posição contrária a reconhecer a história e os direitos dos povos indígenas já estabelecidos.

Ademais, sem sair da crença do “cadinho cultural”, o racismo levado ao certame é notado como um elemento central na sociedade brasileira: “Os negros importados no Brasil até 1850 pertenciam aos melhores tipos da África [...]” (LEVASSEUR, 2000, p. 110, grifo nosso). A liberdade veio, mas o preconceito perpetuava-se.

Por isso, para a delegação, as populações indígenas eram cada vez mais raras no país, com a crença de não ultrapassar 200 mil, devido ao incessante serviço do Estado imperial de civilizar aquelas populações nativas, emitindo enormes quantias de dinheiro para os governos provinciais, realizadores da tarefa (LEVASSEUR, 2000).

Como consequência disso, “[o] índio começou a desaparecer. Os negros importados da África morreram em grande número e pouco se reproduziram na escravidão” (NERY, 1889a, p. 474, tradução nossa). Assim, por meio da imigração europeia, os traços da considerada barbárie ainda existente no Império eram pouco a pouco desmantelados por causa da “[...] influência moral e civilizadora [...]” (NERY, 1889a, p. 485, tradução nossa) daquele processo. Logo, era o Estado quem retirava os indígenas da obscuridade para a sociedade moderna em construção no Brasil.

Para Marta Amoroso (2006 apud SANJAD, 2017, p. 807), a maioria dos objetos brasileiros etnográficos exibidos na expo vinham de aldeias missionárias, e as descrições deles consideravam os povos indígenas como selvagens à beira da extinção, remetidos a um passado superado pela ação do Estado e da Igreja.

Ao versar sobre a população brasileira, um ponto interessante: consta o brasileiro ser composto das raças de negros africanos, indígenas, mestiços e brancos descendentes de portugueses, mas com visível desigualdade de predominância. Utilizando-se do censo de 1872, informou-se que do ponto de vista de raça, aproximadamente 39% eram mulatos e mestiços, 38% caucasianos, 3% indígenas e apenas 20% descendentes de africanos (NERY, 1889a).

Foi visível a preocupação da Comissão Franco-Brasileira em mostrar um determinado tipo de povo brasileiro. Para a delegação, o Império era um país composto por brancos caucasianos e mestiços que não eram negros, ao passo do desaparecimento dos indígenas. Era como se um homem se recuperasse de uma doença: o progressista Império do Brasil estava se recuperando dos selvagens incapazes de assimilar a modernização e o progresso.

Dessa forma, mostrou-se um número igual de mestiços e caucasianos, e quase o dobro do de pretos, muito na esteira do que Skidmore (1976) aponta sobre o governo imperial já começar a passar uma ideia de declínio de negros na sociedade, com a abundância dos mestiços até a predominância dos brancos. Levasseur (2000) mostra que o número da população negra em São Paulo caíra de 20% para 10,4% entre 1872 e 1886, em contraste com o grande número de

brancos (67,7%). O que mais seria isso se não a imagem de um país em processo de embranquecimento?

Já em Saint Louis, como visto, o racismo, naquela época “ciência”, era escrachado na Expo de 1904. E consonante a isso, a delegação brasileira, igual a 1889, reproduziu a imagem racista no certame. A discriminação fica clara segundo a comissão brasileira:

Devemos lembrar a [presença] de alguns [tipos] de [raças] inferiores [...] levados a feira, [aí] mantidos durante [meses]. Um grupo de pygmeus, batwas, oriundos da [África] central [...], empregando meios ainda muito primitivos; outro de [esquimós] [...]; um grupo da [tribo] de Tehuelche, Argentina, composta do chefe, mulher, filhas e mais quatro homens. (BRASIL, 1905, p. 118, grifo nosso).

Nesse contexto, a delegação do Brasil (1905, p. 153, grifo do autor) lembra o debate que houve na sociedade brasileira acerca de incentivar a imigração japonesa, a fim de modificar as etnias brasileiras, muito na esteira da política discriminatória do “embranquecimento da população: “Há poucos [anos] ainda levantou-se [no Brasil] corrente favorável [à] [ideia] de melhorar a raça pelo cruzamento entre [japoneses] com povos de [tipo] mais alto e mais forte””.

Vale lembrar que mesmo não sendo parte da Europa branca, o Japão era considerado um modelo por ter conseguido ascender ao plano das grandes potências civilizadas e industriais em apenas um quarto de século (BRASIL, 1905).

Se estudiosos japoneses não aprovavam a imigração japonesa para o Brasil, ou por conhecer a deletéria maneira pela qual imigrantes não europeus eram tratados nesse país (vide os chineses *coolies*), ou por racismo, o fato é que determinados japoneses eram considerados melhores do que várias etnias existentes no Brasil, e por isso deveriam auxiliar no processo de apagamento das heranças africanas e indígenas do país.

Sobre a educação dos nativos, “um problema que muito nos interessa, porque nada temos feito para a educação dos nossos [índios]”, os EUA são elogiados no empreendimento de educá-los e evitar que virassem inúteis à mercê do Estado, tornando-os úteis para a sociedade (BRASIL, 1905, p. 161). Muito teria o Brasil a fazer em relação aos seus indígenas, assemelhando-se aquele país que parecia trilhar o caminho do sucesso nessa empreitada.

Ainda, compreendeu-se a necessidade de impor o dito progresso e civilização a qualquer custo, mesmo que significasse perpetuar práticas racistas. Ao falar sobre as três alegorias na exibição nacional dos EUA no Palácio das Máquinas, as quais fomentavam a dita

modernidade sobre os considerados “selvagens” inibidores daquelas novidades, um delegado assenta o modelo a ser seguido pelo Brasil:

[...] a Montanha – transposta pelos [audazes] e [inteligentes] conquistadores; [...] o – Protesto – do selvagem contra a civilização; [...] [e] o – Destino – que aguarda o ignorante. O selvagem nas grotas e cavidades dos rochedos, [exausto] da luta, foge da luz: O progresso. Estas alegorias são um ensinamento. (BRASIL, 1905, p. 237, grifo nosso).

Sobre a participação na ala de transportes, o comissário Miranda Correia reclamou de terem sido apresentadas “[...] embarcações [indígenas] como [se] ainda nos [achássemos] no estado primitivo e [não] [tivéssemos] outra navegação” (BRASIL, 1905, p. 277). A associação com os objetos das sociedades indígenas, em searas as quais deveriam mostrar a tecnologia e a industrialização, era vista como uma situação de inferioridade, pois aos indígenas não se aplicava o rótulo de civilização, a exceção daqueles sob égide do Estado e da Igreja.

Na sessão de antropologia, a Comissão não esconde sua discriminação. A imagem de um país racista, ainda que não reconhecida oficialmente, tornava a aparecer naquele certame. Bem nota a Comissão sobre as populações dos artigos levados pelo país: “[...] muitos destes povos, com o progresso da [civilização], havendo de todo [desaparecido], um pequeno [número] ainda existindo em zonas [próprias] e sustentados pelo Governo [federal]” (BRASIL, 1905, p. 329). Para a Representação, “[se] é verdade que o *surviving of the fittest* é um [lema] muito [aceito] neste [país] de [atividade] e progresso, [...] é [...] [aceito] hoje por todos os povos cultos [...]” (BRASIL, 1905, p. 361, grifo nosso).

Logo, não estaria o Brasil fora de tudo isso. A exposição de artigos indígenas feita pelo padre Balzala, oriundo do Mato Grosso e diretor de uma colônia indígena, mantida desde 1903 por missionários católicos e educando 150 indígenas, mostrava a instrução desses pelos religiosos (BRASIL, 1904a). Ainda que o documento não deixe explícito, pode-se depreender o ensino católico sem levar em consideração a cultura daqueles indígenas, forçando-os a um modo de viver que os afastava de suas tradições e os aproximava de uma sociedade dita civilizada.

À luz dessas considerações, pelas citações e análises acima, pode-se depreender sobre o desaparecimento das populações indígenas ser uma das consequências do considerado processo de progresso civilizatório, passo reconhecido pelo Brasil como já operante em território brasileiro, desde a feira de 1889.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Findling (2018), as exposições universais (*world's fair* nos EUA; *exposition universelle* na França; *universall/international expositions* na Europa continental e na Ásia; *exhibitions* na Grã-Bretanha) eram exibições da variada teia de produtos científicos, industriais e culturais, possuindo grande significado ao influenciarem crenças e valores da sociedade, pela autoridade e prestígio das elites dirigentes das expos (RYDELL, 1984).

De fato, considera Greenhalgh (1988), a partir do momento em que as exposições universais se consagraram na mente e no calendário de eventos dos Estados, um aparato de justificação para os certames foi necessário, e encontrado nas justificativas morais das elites nacionais, em quatro elementos: na promoção da paz entre as potências; na educação moral, principalmente das massas; no fomento ao comércio, responsável pela pujança ocidental; e no estímulo ao progresso, visto nas inovações tecnológicas e certo no futuro da sociedade.

E se nelas, a propagação de ideias era um pilar de sua ocorrência, nada mais lógico do que também serem usadas como palco de propagação de imagens oficiais criadas pelos governos dos Estados nacionais à época. No caso brasileiro, as participações do Brasil nas exposições revelam o interesse das elites econômicas e políticas nacionais da época em superar, ou ao menos atenuar, a situação periférica no sistema internacional, associando-se às grandes potências do centro do poder (GOLDMAN, 2016).

Para atingir tal objetivo, os governos monárquico e republicano utilizaram da participação do Brasil nas exposições universais. Nesse ensejo, para Kuhlmann Júnior (2001), as feiras associaram educação com o caráter da modernidade, como ocorrido no Brasil durante o Império e a Primeira República. Por isso, as participações nacionais nas expos são uma ação pioneira de promoção da imagem internacional do país no exterior, independente da queda de regime e de alteração nas prioridades da política externa brasileira (GOLDMAN, 2016).

Realmente, a literatura de política externa brasileira sustenta a mudança dessa conforme a monarquia brasileira é substituída pela República, a despeito de continuidades no início do novo regime, e sem descuidar da Europa (BUENO; CERVO; 2011; CARVALHO, 1998; DORATIOTO, 2018; RICUPERO, 2017; SANTOS, 1991; SANTOS, 2004, 2014). De uma almejada aproximação com as potências europeias, aversão ao multilateralismo regional, distanciamento dos países da região por serem considerados instáveis repúblicas, a PEB prezaria o maior contato com as “irmãs” republicanas, “americanizando-se” por denotar especial atenção

aos países da América do Sul e por associar-se ao regime republicano, mormente com os Estados Unidos da América. Com a gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, a alteração ficou mais visível, havendo uma nova síntese da política externa em três novas áreas: o Brasil inicia sua participação ativa em foros multilaterais, sobretudo nos âmbitos pan-americano e global; a cooperação entre o país e seus vizinhos aumenta, devido às iniciativas regionais e ao pan-americanismo ressuscitado; e por fim, uma acomodação diplomática frente aos Estados Unidos, suscitando um estreitamento das relações estratégicas entre Brasil e EUA, transformando esse último no mais importante aliado brasileiro (RICUPERO, 2017).

Na *Exposition Universelle* de 1889, ao mesmo tempo em que a Comissão mostrava um Império tropical, afeito aos estereótipos dos europeus e de uma riqueza agroexportadora incalculável, também defendia a imagem de uma monarquia trilhando o progresso e assimilando as novidades modernas, exemplificadas pelo crescente urbanismo, pela construção de ferrovias e pelo trabalho científico (BARBUY, 1996). Era o meio para conseguir arrecadar investimento e mão-de-obra branca a fim de sustentar o ímpeto de mudança a ser visto no Terceiro Reinado.

Enquanto diversos países expunham máquinas que já representavam a Segunda Revolução Industrial, o Brasil mostrava sua nascente indústria associada à exportação de bens primários e aos produtos de bens de consumo. Ainda que o Império procurasse mostrar uma imagem moderna e industrial, o foco era em sua singularidade, naquilo que era melhor em relação às monarquias europeias e o transformava em um ator a ser deslumbrado e conhecido.

Desse modo, exortava-se a mística do Império tropical pronto para receber os capitais e imigrantes dos países estrangeiros, e de uma terra onde quem quer que aportasse, conseguiria enriquecer por causa das imensas riquezas naturais oferecidas pelo país, do solo fértil ao clima que auxiliava a produção de qualquer produto.

Dessa forma, pode-se depreender a tentativa brasileira de, mesmo aceitando a “vocação agrária”, considerar seus produtos melhores do que qualquer outro similar, incessantemente trabalhando essa imagem no plano internacional pela sua diplomacia. Além disso, na visão do governo, se o café era industrial (ALMEIDA, 2017), continuar com a agroexportação era justamente continuar rumo à industrialização.

Dessa forma, pode-se considerar a participação do Império como mais uma forma de se aproximar à realidade europeia, confirmando o caráter universalista da política externa brasileira do final do Império. Basta lembrar que a participação nesses certames era uma forma

de estreitar laços do visitante com o país-sede (GOLDMAN, 2017), e logo, a presença brasileira era mais uma forma de se aproximar da França.

Entretanto, esse “espírito industrial” brasileiro, como chamou Kuhlmann Júnior (2001, p. 47) ficou mais acentuado nos relatórios das exposições a partir do século XX. Sob tal ótica, instaurado o regime republicano, o binômio progresso-civilização continuou a vigorar no pensamento político brasileiro, a ponto do governo considerar: “[d]e uma raça inferior e engolfada na barbárie fez-se um povo que [...] lutou pelo progresso [...], roteou todos os campos da ciência [...] e da indústria, conquistou enfim um lugar no concerto dos povos cultos”. (ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL, [s. d.], p. vii-viii apud KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 48-49, grifo nosso).

Como bem mostra Luís Santos (2004), desde o início, o Império brasileiro tivera receio de se associar ao pan-americanismo, tendo que cair a monarquia para que o novo regime pudesse aproximar-se dessa política, a exemplo da mudança imediata na I Conferência Pan-Americana, ocorrida durante a queda do regime. O americanismo marcou a república nascente contra o europeísmo que era identificado com o regime monárquico deposto.

Dessa forma, na *World's Fair* de Saint Louis de 1904, o Brasil novamente se apresenta um país de vocação agrária e excelentes oportunidades para o investimento externo de estrangeiros. O café foi a grande estrela apresentada, mas outros produtos também figuraram para diversificar a pauta exportadora brasileira, a exemplo do mate paranaense e da borracha amazonense. Não à toa, no pavilhão nacional (futuramente chamado Palácio Monroe), uma imensa planta de café foi exposta no centro do térreo, e também uma imensa máquina de beneficiamento do grão, trabalhando sem parar.

Porém, ao passo de estimular um país rico e indispensável para o trabalho, dotado de terras férteis de climas primordiais para as plantações, a delegação se esforçou em mostrar um país ainda mais tecnológico e industrial do que o era nas exposições anteriores. Novamente, foram enviados mapas, plantas, e materiais das estações brasileiras, das obras de infraestrutura, estudos sobre eletricidade, imagens de costumes e arquitetura de cidades europeizadas.

Sob tal prisma, o *Brazil at the Louisiana Purchase*, livro feito pela Representação do Brasil naquela exposição, trazia imagens relacionadas, mostrando plantações de café, praças e ginásios de cidades brasileiras, no afã de mostrar sua civilidade por meio dessas construções, além de exibir o produto brasileiro responsável por colocar o Brasil no trilho. Diversos institutos;

plantações e máquinas agrícolas; paisagens europeizadas urbanas das capitais brasileiras; tudo foi organizado em prol de mostrar um país mais próximo ao centro de poder internacional.

Dessa forma, utilizando da mudança de prioridades na política externa brasileira, o presente trabalho tratou de analisar as imagens internacionais do Brasil levadas pelas representações do país nos dois certames trabalhados: a *Exposition Universelle* de 1889 e a *World's Fair* de 1904. Analisando quatro documentos realizados pelas representações brasileiras nos dois certames – *Le Brésil* e *Le Brésil en 1889*, para Paris (1889); e o Relatório da Comissão Brasileira de 1904 e *Brazil at the Louisiana Purchase*, para Saint Louis (1904) –, delimitou-se quatro vertentes de imagens a serem analisadas: política, da modernidade, econômica e racial. Nessas quatro, apenas em uma seara, a política, houve mudanças, resultado da manutenção das estrutura agroexportadora a despeito da mudança de regime.

No trilho político, se antes o Brasil mostrava-se como uma monarquia afeita à Europa, em 1904 mostrou-se uma República afeita à América, e sobretudo aos Estados Unidos. Antes, o país era uma monarquia “costurada” à América e infelizmente dividida do continente pelo oceano, e daquele regime provinha todo o trabalho em prol do progresso. Em 1904, o novo regime mostrou uma república forte e trabalhando continuamente para alavancar a modernidade e a civilização do país, responsável por ambos.

Na seara da modernidade, tanto em Paris quanto em Saint Louis, as delegações mostraram um país em busca do progresso e da civilização, em vias de ser industrial. Enquanto monarquia, a representação exibiu os incessantes trabalhos governamentais na área, em especial ao finalmente ter mostrado o incessante trabalho da monarquia em findar pacificamente a escravidão. Já em Saint Louis, os dois livros mostravam cidades europeizadas e intensas máquinas de manufatura dos produtos primários, associando a agroexportação ao nascente ímpeto industrial.

Por sua vez, no trilho econômico, prevaleceu o fomento à imigração para a mão-de-obra, destinada às plantações e outros setores primários exportados no comércio internacional. Em Paris, o Comitê Franco-Brasileiro chegou a escrever um livro de quase 200 páginas apenas para incentivar a vinda do imigrante europeu ao Império. Também, em qualquer parte do território, o imigrante conseguiria prosperar, haja vista a facilidade de plantio e colheita. Do mesmo modo, em 1904, a imigração foi suscitada ao serem descritos os alojamentos responsáveis por acolhê-los e as facilidades governamentais de custeio da viagem e mantimentos

(como no Império), e dela vinha o fomento à industrialização do país, por ter acomodado a produção agroexportadora mesmo com o fim da escravidão.

Por fim, na seara racial, a imagem passada foi de um país predominantemente de pessoas brancas, a fim de afastar-se das influências africanas e prosseguir com o projeto governamental de embranquecimento da população. Além disso, em ambas as exposições, levou-se uma imagem do país estar civilizando seus indígenas graças ao Estado e a outros atores, e aqueles os quais não conseguiam isso, estavam desaparecendo devido ao avanço civilizatório. Também nas duas exposições, a imigração estimulada era francamente a de brancos, a fim de auxiliar no processo de embranquecimento, porque com a mistura de etnias, as raças pretas e indígenas iriam desaparecer ante a predominância das populações brancas.

Outrossim, esses quatro trilhos não são dispersos, desconexos entre si, mas possuem uma cadência própria e são interligados: ser uma monarquia europeia ou república americana era ser moderno e afeito ao progresso e em busca da industrialização, por estar espelhando-se naquelas potências que o eram. Para alcançar esse patamar, era necessário fomentar a imigração, pois assim seriam assimilados os ímpetus industrial e moral civilizacional. E ao estimular essa deslocação, o foco não era em imigrantes no geral, mas pessoas brancas da Europa central. Todos esses trilhos direcionavam para o mesmo lugar: elevar o Brasil dentre seus congêneres internacionais.

À luz dessas considerações, os governos monárquico e republicano brasileiros esforçaram-se, por intermédio das representações nacionais nas duas exposições universais, para imprimir determinadas imagens internacionais, as quais, ao fim e ao cabo, também foram uma forma de fortalecer sua legitimidade no poder e continuar existindo enquanto regime político. Comparando as imagens, percebe-se mais permanências do que descontinuidade, mas da mesma forma como na política externa, o eixo é centrado.

Na continuidade, se o molde de progresso era a Europa, os imigrantes chamados eram europeus e o racismo prevalecia com o embranquecimento, em 1904, era dos Estados Unidos da América que viriam os imigrantes e o modelo a ser aprendido a ser moderno, progressista, além das formas como civilizar os indígenas e estimular o embranquecimento. O eixo do espelho das imagens das exposições universais muda, acompanhando a reorientação da política externa brasileira. E de fato, mostravam o mais profundo desejo dos dirigentes do país nas épocas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia das exposições: as vitrines do capitalismo. *In: Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 3. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017. v. 1. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1212-Formacao-da-diplomacia-economica-no-brasil-VOL1.pdf>. Acesso em 19 out. 2022. p. 321-344.
- BARBUY, Heloisa. Brigitte Schroeder-Gudenus e Anne Rasmussen. *Les fastes du progres: le guide des Expositions universelles 1851-1992*. Paris, Flammarion, 1992. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, [online], Nova Série, v. 1, n. 1, p. 297-304. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5287/6817>. Acesso em: 19 out. 2022.
- BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-261, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5342/6872>. Acesso em: 19 out. 2022.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. *In: KOTHE, F. et al. Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 30-43.
- BENNETT, Tony. The exhibitionary complex. *In: FERGUSON, Bruce W.; GREENBERG, Reesa; NAIRNE, Sandy (eds.). Thinking about Exhibitions*. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2005. p. 58-80.
- BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO; Amado Luiz; SILVA, Roberto da. Pesquisa: conceitos e definições. *In: BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO; Amado Luiz; SILVA, Roberto da. Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 60-63.
- BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. *In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). A Construção Nacional: 1830-1889*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. p. 131-177.
- BOCCHI et. al. Origens da indústria. *In: BOCCHI et. al. Economia brasileira*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. n. p.
- BRASIL. Comissão de Representação do Brasil na Exposição Louisiana Purchase. **Brazil at the Louisiana Purchase**. Saint Louis, 1904a. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/18006587/>. Acesso em: 19 out. 2022. 184 p.
- BRASIL. **Decreto nº 4897 – de 21 de julho de 1903**. Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.100:000\$, ouro, para ocorrer ás despesas a realizar com a representação do Brazil na Exposição Universal de S. Luiz, dos Estados Unidos da America do Norte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1907]. Disponível em: [https://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18744/collecao\\_leis\\_1903\\_parte2.pdf?sequence=5](https://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18744/collecao_leis_1903_parte2.pdf?sequence=5). Acesso em: 19 out. 2022. p. 572.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Brasília: Câmara dos Deputados, [c. 2021]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889.** Relatório. Pará: Typographia de Pereira e Faria, 1890. 87 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatorio do ano de 1902 e 1903 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o periodo deccorrido de 28 de Maio de 1902 a 31 de agosto de 1903.** Anexo n. 1. Rio de Janeiro, 1904b. Disponível em: [https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio\\_1902-1903.pdf](https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1902-1903.pdf). Acesso em: 19 out. 2022. p. 119-123.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1901 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores dr. Olyntho de Magalhães em 28 de maio de 1902.** Exposição. Rio de Janeiro, 1902. Disponível em: [https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio\\_1901.PDF](https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1901.PDF). Acesso em: 19 out. 2022. p. 50-51.

BRASIL. Representação do Brasil na Exposição Universal da Compra da Luisiana, E. U. A. **Relatório apresentado ao exm. sr. dr. Lauro Severiano Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo general F. M. de Souza Aguiar, presidente da Comissão.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em: <https://mdh.contentdm.oclc.org/digital/collection/muellis/id/8091/rec/38>. Acesso em: 19 out. 2022. 317 p.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil.** 4. ed. rev. ampl. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 139-237.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 2, p. 170-189, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JTJnXW6pm5XScYCd38pYtdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História diplomática do Brasil.** Introdução de Paulo Roberto de Almeida. Ed. fac.-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 165-182; 243-252; 282-293; 357-369.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

- CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/326242/mod\\_resource/content/1/CHEIBUB%2C%20Zairo\\_Diplomacia%20e%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%20O%20Itamaraty%20em%20Perspectiva%20Hist%C3%B3rica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/326242/mod_resource/content/1/CHEIBUB%2C%20Zairo_Diplomacia%20e%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%20O%20Itamaraty%20em%20Perspectiva%20Hist%C3%B3rica.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.
- COFFEY, Jeffrey; GEPPERT, Alexander C. T.; LAU, Tammy. **International Exhibitions, Expositions Universelles and World's Fairs, 1851-2005: A Bibliography**. Berlim, Fresno: Freie Universität Berlin, California State University, 2006. Disponível em: [https://www.geschkult.fu-berlin.de/e/fmi/astrofuturismus/publikationen/Geppert\\_-\\_Expo\\_bibliography\\_3ed.pdf](https://www.geschkult.fu-berlin.de/e/fmi/astrofuturismus/publikationen/Geppert_-_Expo_bibliography_3ed.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.
- CORONATO, Daniel. Rei. A política externa das últimas décadas do Império Brasileiro (1870-1889). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 15, p. 113-131, 2014. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1427>. Acesso em: 19 out. 2022.
- DANESE, Sérgio. A diplomacia de cúpula na história diplomática brasileira: da fundação ao fim do Império. In: DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/diplomacia-presidencial.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022. p. 277-297.
- DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 77-129.
- DORATIOTO, Francisco. Política externa na Primeira República: entre mudanças e continuidades. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção O Brasil Republicano, v. 1). p. 292-317.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto. 14. ed. atual. e ampl., 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 185-236.
- FERRAZ, Luiz Pereira do Couto; RAMOS, José Ildefonso de Sousa. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris**. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242455>. Acesso em: 19 out. 2022. p. 3.
- FERREIRA, Gabriela Nunes; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi; REIS, Rossana Rocha. “O Brasil em 1889”: um país para consumo externo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, p. 75-113, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/RCBN98KxGVffnRvjJF8hZFr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

FINDLING, John. World's Fair. *In*: ENCYCLOPAEDIA Britannica. [S. l.]: Enciclopedia Britannica Inc., 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/worlds-fair>. Acesso em: 19 out. 2022.

FREYRE, Gilberto. Nota bibliográfica. *In*: FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. Apresentação de Nicolau Sevcenko. 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2013. p. 57-58.

GEPPERT, Alexander C. T. **World's Fairs**. European History Online, Mainz, 15 jan. 2018. Disponível em: <http://ieg-ego.eu/en/threads/crossroads/knowledge-spaces/alexander-c-t-geppert-worlds-fairs>. Acesso em: 19 out. 2022.

GOEHLERT, Robert (dir.). **World's Fairs: A Guide to Selected English-Language Resources**. Bloomington: Indiana University, 2005. Disponível em: <https://global.indiana.edu/documents/bibliographic-guides/WorldFairGuide.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

GOLDMAN, Flávio. **Exposições universais e diplomacia pública**. Brasília: FUNAG, 2016. (Coleção CAE). Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1156-exposicoes-universais-e-diplomacia-publica.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022. p. 17-77.

GREENHALGH, Paul. **Ephemeral vistas: a history of the Expositions Universelles, great exhibitions and world's fairs, 1851-1939**. Manchester: Manchester University Press, 1988. p. 1-26, 46, 57, 85-89.

GUIDE Bleu du Figaro et du Petit Journal avec 5 plants et 31 dessins – Exposition de 1889. Paris: Imprimerie Chaix, 1889. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1265607t/fl.item>. Acesso em: 19 out. 2022. p. 5.

GUIMARÃES, Paulo Vazquez; LEMOS, Leonardo Hermes. A contribuição das exposições universais para a sociedade da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 639-650, ago./nov. 2016. Disponível em: [https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1205/pdf\\_1](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1205/pdf_1). Acesso em: 19 out. 2022.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HEIZER, Alda; NEVES, Margarida de Souza. **A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910**. São Paulo: Atual, 1991. p. 1-97. (Coleção História em Documentos).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Lei Saraiva. *In*: **O Brasil monárquico, v. 7: do Império à República**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (Coleção História geral da civilização brasileira). t. 2, v. 7. p. 292-298.

HUDSON, Valerie M. The history and evolution of foreign policy analysis. *In*: DUNNE, T.; HADFIELD, A.; SMITH, S. (eds.). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. 3 ed. Oxford, Estados Unidos da América: Oxford University Press, 2016. p. 14.

KISSINGER, Henry. O sistema de balanço de poder europeu e o seu fim. *In*: KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Tradução de Cláudio Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 42-62.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas** – A educação brasileira e as exposições universais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 7-137; 233-262.

LAMONT, Christopher. Qualitative Methods in International Relations. *In*: LAMONT, Christopher. **Research Methods in International Relations**. 1. ed. Londres: SAGE Publications Ltd., 2015. *E-book*. ISBN 978-14462-8605-0. n. p.

LESSA, Antônio Carlos. O declínio da Pax Britannica (1870-1890). *In*: LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais** – A Pax Britannica e o mundo do século XIX. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 119-141.

L'EXPOSITION Universelle de Paris de 1889. **Un Jour de Plus à Paris**, [online], c. 2022. Disponível em: <https://www.unjourdeplusaparis.com/paris-reportage/exposition-universelle-1889>. Acesso em: 19 out. 2022.

LE SPECTACULAR World's Fair Exposition Universelle in Rare Pictures, 1889. **Rare Historical Photos**, [online], c. 2022. Disponível em: <https://rarehistoricalphotos.com/paris-exposition-universelle-in-rare-pictures-1899/>. Acesso em: 19 out. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Central Dome, Paris Exposition, 1889. [1889b]. 1 print fotográfico. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/92519798/>. Acesso em: 19 out. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. Interior of Gallery of Machines, showing machinery, Paris Exposition, 1889. [1889a]. 1 print fotográfico. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/cph.3c09439/>. Acesso em: 19 out. 2022.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. **Construção diplomática, missão arquitetônica**: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20062012-155123/publico/tese\\_oigres.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20062012-155123/publico/tese_oigres.pdf). Acesso em: 19 out. 2022. p. 14-70.

MESQUITA, Rafael. A identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 5–31, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/496>. Acesso em: 19 out. 2022.

NEVES, Margarida de Souza. As “Arenas Pacíficas”. **Revista Gávea**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 28-41, abr. 1988. Disponível em: [https://issuu.com/rlprod/docs/g\\_vea\\_5](https://issuu.com/rlprod/docs/g_vea_5). Acesso em: 19 out. 2022.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Finep; CNPq, 1986. Disponível em: [https://www.academia.edu/38118529/As\\_vitrines\\_do\\_progresso](https://www.academia.edu/38118529/As_vitrines_do_progresso). Acesso em: 19 out. 2022.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, v. 1). Disponível em: [https://www.academia.edu/20078850/NEVES\\_M\\_de\\_S\\_Os\\_cen%C3%A1rios\\_da\\_Rep%C3%BAlica\\_O\\_Brasil\\_na\\_virada\\_do\\_s%C3%A9culo\\_XIX\\_para\\_o\\_s%C3%A9culo\\_XX](https://www.academia.edu/20078850/NEVES_M_de_S_Os_cen%C3%A1rios_da_Rep%C3%BAlica_O_Brasil_na_virada_do_s%C3%A9culo_XIX_para_o_s%C3%A9culo_XX). Acesso em: 19 out. 2022. p. 14-44.

NERY, F. J. de Santa-Anna. **Guide de L'Émigrant au Brésil**. Paris: Charles Delagrave, 1889b. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4957>. Acesso em: 19 out. 2022. p. 1-22.

NERY, M. F.-J. de Santa-Anna (dir.). **Le Brésil en 1889: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes**. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518666>. Acesso em: 19 out. 2022. 699p.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-44.

ORY, Pascal. Les Expositions universelles, de 1851 à 2010: les huit fonctions de la modernité. *In*: DUANMU MEI; TERTRAUS, Hughes (dir.). **Temps croisés I**. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2010. Disponible sur: <https://books.openedition.org/editionsmsmh/931>. Généré le: 19 oct. 2022.

PARTIDO Republicano (1870). *In*: MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482>. Acesso em: 19 out. p. 59-88.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 235 p.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 245-259, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9005>. Acesso em: 19 out. 2022.

PINHEIRO, Letícia. Desenvolvimento econômico e alinhamento político. *In*: PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira (1889-2002)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004. p. 11-21.

PORTUGAL. **Decreto do Governo nº 72/83, de 6 de setembro de 1983**. Protocolo que modifica a Convenção Relativa às Exposições Internacionais, assinada em Paris em 22 de Novembro de 1928. Convenção assinada em Paris em 22/11/1928, modificada e adaptada pelos Protocolos de 10/5/1948, 16/11/1966 e 30/11/1972 e pela Emenda de 31/5/1988. Lisboa: Ministério Público, [c. 2021]. Disponível em:

<http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dec72-1983.pdf>.

Acesso em: 19 out. 2022.

REZENDE, Livia Lazzaro. **The Raw and the Manufactured**: Brazilian Modernity and National Identity as Projected in International Exhibitions (1862-1922). 2010. Tese (Doutorado em Filosofia em História do Design) – Royal College of Arts, Londres, 2010. Disponível em:

[https://researchonline.rca.ac.uk/1143/1/Rezende\\_Livia%2C\\_The\\_Raw\\_and\\_the\\_Manufactured\\_Brazilian\\_Modernity\\_and\\_National\\_Identity\\_as\\_Projected\\_in\\_International\\_Exhibitions\\_%281862%E2%80%931922%29%2C\\_2010.pdf](https://researchonline.rca.ac.uk/1143/1/Rezende_Livia%2C_The_Raw_and_the_Manufactured_Brazilian_Modernity_and_National_Identity_as_Projected_in_International_Exhibitions_%281862%E2%80%931922%29%2C_2010.pdf). Acesso em: 19 out. 2022. p. 153-194.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil - 1750–2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017. p. 244-329.

RICUPERO, Rubens. Apresentação. *In*: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). Apresentação do embaixador Rubens Ricupero. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 11-19.

RICUPERO, Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais. *In*: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: EMC, 2002. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc\\_pdf/595/1/rio\\_branco\\_a\\_america\\_do\\_sul\\_e\\_a\\_modernizacao\\_do\\_brasil](http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/595/1/rio_branco_a_america_do_sul_e_a_modernizacao_do_brasil). Acesso em: 19 out. 2022. p. 79-109.

RYDELL, Robert. **All the World's a Fair**. Visions of Empire at American International Expositions, 1876–1916. Chicago: The University of Chicago Press, 1984. n. p.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, p. 785-826, jul./set. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Gfjz6kn7bGspj83MFdbWpRt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014. (Coleção CAE). Disponível em:

<http://funag.gov.br/loja/download/1099-a-america-do-sul-no-discurso-diplomatico-brasileiro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022. p. 25-80; 179-188.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). Apresentação do embaixador Rubens Ricupero. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 1-74; 131-147.

SANTOS, Norma Breda dos. **Revista de Informação Legislativa – RIL**, Brasília, DF, v. 28, n. 111, p. 253-270, jul./set. 1991. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/175905/000458572.pdf?sequence=1&isAlloWed=y>. Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, Paulo César dos. Um olhar sobre as exposições universais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-15. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42500/1/2013\\_eve\\_pcsantos.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42500/1/2013_eve_pcsantos.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. Les Grandes Puissances Devant l'Exposition Universelle de 1889. **Le Mouvement Social**, [online], n. 149, p. 15-24, oct.-dec. 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3778403>. Acesso em: 19 out. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. *E-book*. ISBN 85-7164-837-9. n. p.

SILVA, José Luiz F. Werneck da. O Jornal L'Amérique e a historiografia da crise do final do Império Brasileiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 16., 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** [S. l.]: CNPQ/InFour, [199-], p. 47-50. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545848660\\_12b5ff485bb4399e0e1443c0a1219e23.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545848660_12b5ff485bb4399e0e1443c0a1219e23.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, Karine de Souza. Esse silêncio todo me atordoa: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa – RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril\\_v58\\_n229\\_p37](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37). Acesso em: 19 out. 2022.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976. p. 19-163.

THE EXPOS. **Bureau International des Expositions**, [online], c. 2022. Disponível em: <https://www.bie-paris.org/site/en/#>. Acesso em: 19 out. 2022.

WRIGHT, Antônia. Brasil-Estados Unidos, 1831-1889. *In*: ELLIS, Myriam et. al. **O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império**. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (Coleção História geral da civilização brasileira). t. 2, v. 6. p. 202-238.